



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**AGATHA CHRISTIE ALBUQUERQUE DE SOUZA DOS ANJOS**

**ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL DO SÉCULO XX:  
UMA LEITURA A PARTIR DE ANÍSIO TEIXEIRA**

**RIO BRANCO  
ACRE – BRASIL  
JANEIRO – 2024**

AGATHA CHRISTIE ALBUQUERQUE DE SOUZA DOS ANJOS

**ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL DO SÉCULO XX:  
UMA LEITURA A PARTIR DE ANÍSIO TEIXEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Acre como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Educação para a obtenção do título de mestra em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa 1: Políticas e Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Dr. João Francisco Lopes de Lima

RIO BRANCO  
ACRE – BRASIL  
JANEIRO – 2024

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**AGATHA CHRISTIE ALBUQUERQUE DE SOUZA DOS ANJOS**

**ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL DO  
SÉCULO XX: UMA LEITURA A PARTIR DE ANÍSIO TEIXEIRA**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado em 29 de janeiro de 2024, por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. João Francisco Lopes de Lima  
Orientador – Universidade Federal do Acre

Prof.<sup>a</sup> Dra. Giane Lucélia Grotti  
Examinadora Interna – Universidade Federal do Acre

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos  
Examinador Externo – Universidade de Brasília

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

---

- A599e Anjos, Agatha Christie Albuquerque de Souza dos, 1980 -  
Escola pública e educação democrática no Brasil do século XX: uma leitura a partir de Anísio Teixeira / Agatha Christie Albuquerque de Souza dos Anjos;  
Orientador: Dr. João Francisco Lopes de Lima. -2024.  
113 f.: il.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Mestre em Educação, Rio Branco, 2024.  
Inclui referências bibliográficas.
1. Anísio Teixeira. 2. Escola Nova. 3. John Dewey. I. Lima, João Francisco Lopes de (orientador). II. Título.

---

CDD: 370

*“Então orou Ana, e disse: O meu coração exulta ao SENHOR, o meu poder está exaltado no SENHOR; a minha boca se dilatou sobre os meus inimigos, porquanto me alegro na tua salvação. Não há santo como o Senhor; porque não há outro fora de ti; e rocha nenhuma há como o nosso Deus”.*

1 Samuel 2:1,2

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao Senhor Jesus, por me dar sabedoria, força e saúde durante toda a caminhada, pois, sem o seu amor e luz seria impossível.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. João Francisco Lopes de Lima, por toda a paciência e gentileza em me auxiliar durante todo esse percurso, e tornar esse sonho possível.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/UFAC), por me proporcionar mais uma etapa formativa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por me conceder a Bolsa de Estudos.

Aos queridos professores do Mestrado, que proporcionaram novos conhecimentos e compartilharam suas experiências, favorecendo meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

À Coordenação do PPGE/UFAC, Prof. Dr. Nádson Araújo dos Santos e Prof<sup>a</sup> Dra. Lúcia de Fátima Melo, e ao Secretário Roney Meireles, por sempre estarem disponíveis e atentos.

Aos membros da banca examinadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Giane Lucélia Grotti e Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos, pelas contribuições no Exame de Qualificação e na avaliação final desta Dissertação de Mestrado.

À minha família, meus filhos Arthur Albuquerque Souza dos Anjos e Matheus Albuquerque Souza dos Anjos, e ao meu marido, Marcelo Silva dos Anjos, pela compreensão e torcida durante toda a caminhada.

Aos meus pais, Arnaldo Custódio de Souza e Marília Albuquerque de Souza, que, mesmo distantes, são a minha maior torcida.

Mais um capítulo se escreve na minha vida, meu muito obrigada!

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa da família Teixeira em Caetité, sertão baiano.....	20
Figura 2 – Anísio em Viagem à Europa.....	26
Figura 3 – Anísio na cidade de Nova Iorque.....	31
Figura 4 – Alguns pioneiros da Escola Nova de 1932.....	62
Figura 5 – Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia (1947-1950).....	72
Figura 6 – Bairro da Liberdade, décadas de 1940 e 1950.....	88
Figura 7 – Bairro da Liberdade, década de 1940.....	89
Figura 8 – Planta do Centro Educacional Carneiro Ribeiro.....	90
Figura 9 - Professor Anísio Spínola Teixeira na Escola Parque de Salvador, em 1952.....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cronologia da vida de Anísio Teixeira.....	17
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF/34	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934
CF/46	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAC/BA	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
LDB/61	Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961
OEA	Organização dos Estados Americanos
TRT1	Tribunal Regional da 1ª Região
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## RESUMO

O Direito à Educação na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934 é o marco temporal da luta de Anísio Teixeira em prol de Educação Pública brasileira. Direito esse marcado sob forte influência da democracia liberal e do pragmatismo de John Dewey, pelo advento do Movimento pela Escola Nova no Brasil e que se expressa formalmente no documento “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932”, dirigido ao povo e ao Governo. A causa da educação e as conquistas do século passado em prol de uma educação pública, obrigatória, laica e para todos permanece até hoje. A presente pesquisa tem por objetivo investigar o pensamento educacional do intelectual e educador Anísio Teixeira, as suas contribuições para uma educação democrática pela escola pública no século XX, na defesa da Escola Nova, baseada no pragmatismo de John Dewey, com base filosófica na experiência e no processo educacional progressivo que viabiliza a incorporação dos atributos necessários pelo indivíduo para o meio democrático, através da universalização da educação pública no Brasil. O processo metodológico pelo qual se constitui a pesquisa consiste em estudo bibliográfico e análise documental, considerando as perspectivas de Marconi e Lakatos (2003). Na primeira parte do trabalho, apresenta-se o educador Anísio Teixeira, no intuito de conhecê-lo melhor e entender a raiz do seu pensamento liberal e como ele era visto por aqueles que o tiveram por perto. Na segunda parte, busca-se descrever a sua visão de educação e seu sonho como educador, baseado na Escola Nova, partindo do seu surgimento na Europa, Estados Unidos da América e América Latina, abordando sobre os seus adeptos e intelectuais. Além dele, apresenta-se John Dewey e a Educação Nova norte-americana, no sentido de entender a educação na perspectiva deweyana, e estabelecer alguns contrapontos entre Educação Nova e Educação Tradicional. Já na terceira parte, busca-se apresentar os sustentáculos básicos da visão de educação pública na perspectiva de Anísio Teixeira, para uma educação eficiente em prol de uma reconstrução social do país: o fundo de educação, a municipalização e a Escola Integral. O estudo aponta que para viabilizar a educação democrática na perspectiva de Anísio Teixeira, é primordial o financiamento educação pública, a descentralização da gestão da educação, para que desburocratize a utilização das verbas públicas e gere celeridade nas resoluções, de acordo com as peculiaridades locais e, por fim, a educação em horário integral, já que, para ele, uma formação de verdade, é mais do que o ensino intelectual, é uma condição de vida.

**Palavras-chave:** Anísio Teixeira. Escola Nova. John Dewey. Democracia. Escola Pública. Política Educacional.

## ABSTRACT

The right to Education in the 1934 Constitution of the United States of Brazil marks the historical milestone of Anísio Teixeira's struggle for Brazilian Public Education. This right is strongly influenced by liberal democracy and the pragmatism of John Dewey, through the advent of the New School Movement in Brazil, formally expressed in the document "The Manifesto of the Pioneers of the New Education of 1932," addressed to the people and the government. The cause of education and the achievements of the past century in favor of public, mandatory, secular education for all persist to this day. This research aims to investigate the educational thinking of the intellectual and educator Anísio Teixeira, his contributions to democratic education through public schools in the 20th century, advocating the New School based on John Dewey's pragmatism. The philosophical foundation lies in experience and the progressive educational process that enables the incorporation of attributes necessary for individuals in a democratic society through the universalization of public education in Brazil. The research methodology involves bibliographic study and document analysis, considering the perspectives of Marconi and Lakatos (2003). In the first part, Anísio Teixeira is presented to better understand him and grasp the roots of his liberal thinking and how he was perceived by those around him. The second part describes his vision of education and his dream as an educator, based on the New School, tracing its emergence in Europe, the United States, and Latin America, addressing its followers and intellectuals. John Dewey and American New Education are also presented to understand education from the Deweyan perspective and establish some contrasts between New Education and Traditional Education. In the third part, the basic pillars of the vision of public education from Anísio Teixeira's perspective are presented for efficient education in favor of social reconstruction: the education fund, municipalization, and the Integral School. The study indicates that to enable democratic education from Anísio Teixeira's perspective, it is crucial to finance public education, decentralize education management to streamline the use of public funds and expedite resolutions according to local peculiarities. Lastly, education on a full-time basis is emphasized since, for him, genuine education is more than intellectual instruction, it is a way of life.

**KEY WORDS:** Anísio Teixeira. New School. John Dewey. Democracy. Public School. Educational Policy.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O EDUCADOR ANÍSIO TEIXEIRA.....</b>	<b>19</b>
2.1 Um Teixeira em direção à educação.....	19
2.2 O despertar pela educação: o encontro com o seu educador .....	28
2.3 Anísio em vozes.....	37
<b>3 O INÍCIO DE UM SONHO: MOVIMENTO PELA ESCOLA NOVA.....</b>	<b>43</b>
3.1 O surgimento da Escola Nova na Europa e na América Latina.....	44
3.2 John Dewey e e Educação Nova norte-americana.....	50
3.3 O novo pensar em educação face à educação tradicional.....	54
3.4 Anísio Teixeira frente ao seu sonho possível: o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova de 1932.....	58
<b>4 ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL DO SÉCULO XX NA PERSPECTIVA DE ANÍSIO TEIXEIRA.....</b>	<b>68</b>
4.1 O fundo de Educação .....	69
4.2 A municipalização do ensino público .....	81
4.3 A escola pública em horário integral.....	87
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### *Da vivência ao propósito de vida.*

No percurso da pesquisa sobre o professor Anísio Teixeira (1900-1971), a memória da pesquisadora revisita os fatos sobre a sua vida. Neta de baiana, filha de professora de ensino básico (2º ao 9º ano), a primeira pessoa e mulher ter ensino superior na família. Criada em meio aos livros, recebi o nome de uma notória escritora inglesa, Agatha Christie. Durante a infância fui criada em contato constante com sala de aula, pois acompanhava a minha mãe nas aulas para não ficar sozinha em casa. Além de corrigir várias provas com ela, era o seu braço direito.

Muito cedo, a escola se tornou a referência na minha vida, e desde bem jovem já tinha plena convicção de que a educação era o único meio de alcançar uma profissão descente e uma vida digna. Nesta etapa da vida, sou advogada, estou em processo de finalizar a minha segunda graduação, desta vez uma Licenciatura em Ciências Sociais e me tornando Mestra em Educação, prestes a concluir uma pós-graduação num Mestrado em Educação.

Os anos foram passando e cada vez mais tive a certeza sobre o valor da educação para construir um futuro na vida, realizar projetos. Eu me sentia bem naquele lugar, era um meio que preenchia o meu coração, ver aqueles professores e professoras conversando e trabalhando com os seus alunos me maravilhava. Como uma boa filha de professora, tive o meu primeiro “estágio docente forçado”, numa turma de 8ª série [na época]. Esse amor pela educação somente aumentou. Todavia, no meio desse caminho, desviei do caminho do Magistério e fui para o curso de Direito, pelas melhores ofertas de salário, e confesso, só agregou em minha vida, tanto profissional quanto humanamente falando. Sou a primeira advogada da família. Logo, logo, a primeira mestra também. Mas, o que o Anísio tem a ver com isso?

A pesquisadora responde-lhe, tudo. Pois, por mais que tomemos outros caminhos, voltamos para aquele que o coração sempre se inclinou. A pessoa, Agatha Christie, criada e instruída nas paredes da Escola, em meio as Marílias, Malis, Aparecidas e Antônio, ficou marcada com o propósito de vida, pois, por mais que a educação tenha dado a possibilidade de exercer o que ela quisesse,

ela teve plena consciência daquilo que a preenche. Como foi na vida do educador Anísio Teixeira, formado em ciências jurídicas, também, empresário no ramo de cimento, manganês, comércio de automóveis. No entanto, em todas essas coisas, ele sempre soube onde estava o seu propósito de vida, na educação.

Esse início introdutório é para situar as semelhanças entre o autor e a pesquisadora, em relação a importância da educação e da Escola na vida de ambos. O que nos permite perceber que ambas são atemporais, que os seus papéis ultrapassam as gerações. Assim como o legado do nosso autor em prol da educação laica, pública, universal e obrigatória, em pleno século XXI, permanece vivo, em cada rosto, sentimento e sonho de quem se senta na carteira escolar e reflete: “eu serei alguém”. Para Anísio, isso se deu através do seu esforço em nunca desistir, da sua luta incansável por educar para a democracia em pleno século XX, considerando que o homem é pleno, em posse das suas liberdades fundamentais, inclusive com o direito à educação.

De fato, hoje estamos de posse desse direito, mas, sem a propriedade dele, o que isso quer dizer? É que temos a Escola Pública obrigatória, mas não temos o domínio da educação socialmente transformadora, no sentido das liberdades fundamentais tanto defendida por Anísio Teixeira, aquela que faz a diferença social. Na sua época, a educação democrática, na nossa realidade, essa pauta se reveste na verdadeira educação inclusiva, diversificada, de qualidade, eficiência, com acesso, permanência e transformação social.

Por essa oportunidade tão célebre de sermos agraciados com a sua voz em prol da educação pública, obrigatória e universal para todos os brasileiros, essa pesquisa é sobre o professor Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), a respeito da sua genialidade de pensar em seu tempo a educação pública como instrumento de mudança e de democratização da nação através da escola.

Homem sertanejo, nascido no fim do século XIX, em uma família numerosa e oligarca no sertão baiano, na cidade de Caetité, ele teve a oportunidade de estudar no melhor ensino ofertado à sua época desde a infância, a educação jesuíta. Essa experiência foi de fundamental importância para sua formação e história, já que, juntamente com a sua essência brilhante e inteligência, pôde se destacar entre os demais e se tornar um dos mais importantes intelectuais da educação brasileira no século XX.

Além da sua excelente educação, juntou-se a isso o poderio político influenciador da família, principalmente do seu pai, que era um oligarca, médico e político. Formou-se em Direito. No ideal da família, “temos um magistrado”, mas o destino o levou a outros ventos, para a inspetoria de educação do seu Estado. A princípio, para a Igreja. Era um plano de Deus em relação à permanência da sua influência na educação. No entanto, quando o jovem sertanejo descortinou o seu olhar para a realidade do povo baiano, entendeu que, de fato, era missão divina estar naquela posição. Contudo, sua sede de conhecimento o levou além-mar, para a Europa e os Estados Unidos da América (EUA), onde se encontrou com uma filosofia educacional de inspiração deweyniana, que lhe moveu durante a vida.

Na mala, retorna ao seu povo as boas novas. Ao retornar da sua última viagem, em 1929, de posse do título de mestre em Educação pela Universidade de Columbia (EUA), traz consigo uma carta do amigo Monteiro Lobato, apresentando-o a Fernando Azevedo como a inteligência mais brilhante e o maior coração que já havia encontrado nos últimos anos de sua vida”. O Brasil recebe um educador “lapidado pela América”, um homem de pensamento e de ação.

Os ensinamentos do pensamento de John Dewey amadureceram Anísio Teixeira ao olhar outro mundo e ver como o homem é tratado em outra sociedade, considerada por ele como vivenciando os benefícios do progresso social pela educação de seu povo. Diz o próprio Anísio: “[...] estamos realmente iniciando uma nova ordem de coisas”, [...] o homem está refazendo a vida, para sua maior tranquilidade, seu maior bem-estar, sua maior dignidade e a sua maior felicidade” (Teixeira, 1930, s.p.), através da industrialização, com a “completa exploração dos recursos materiais do planeta” (Teixeira, 1930, s.p.), a multiplicação do rendimento do trabalho humano, pois, “o trabalho atual de um homem equivale ao de 40 homens fisicamente validos” (Teixeira, 1930, s.p.), alertando para a nossa maior riqueza, “temos além disto um sentimento novo da nossa profunda dependência dos demais centros de produção ou de cultura” (Teixeira, 1930, s.p.).

Anísio Teixeira percebeu que o Brasil tinha todos os atributos necessários para se desenvolver, mas o povo precisava de um socorro renovador, para acompanhar o progresso do mundo, precisava reformar a sociedade pela

educação. Inspirado nos ensinamentos da filosofia da educação de John Dewey, acredita que a educação gera transformação social e constrói as condições para uma sociedade verdadeiramente democrática. Como um bom aluno, trouxe para o Brasil essa nova ideia, de uma Educação Progressiva, termo que ele e Dewey preferiam ao designar a Escola Nova. Esse seria o modo de colocar o homem “no mundo contemporâneo”, em que a “Democracia é essencialmente esse modo de vida social em que cada indivíduo conta como uma pessoa” (Teixeira, 1930, s.p.). Isso para que o homem tenha “oportunidade para a expressão máxima dos seus valores, como lhe assistirá permanentemente o dever de se exprimir de sorte a não reprimir valores de ninguém” (Teixeira, 1930, s.p.). Em suma, preparar o homem através da educação pública, laica, obrigatória e para todos, pois, cada indivíduo tem o seu valor e direito de participação social, assim ele entendia que sem conhecimento e educação os homens não são verdadeiramente livres.

Desse modo, livre no sentido de proporcionar um homem econômica e individualmente capaz e responsável pelo bem social, apto a viver em sociedade, pois a escola se encarregaria de criar a adaptabilidade e ajustamento necessário para a sociedade, educando “um indivíduo que pense e que se dirija, por si, em uma ordem social, intelectual e industrial eminentemente complexa e mutável” (Teixeira, 1930, s.p.). Percebemos que os ensinamentos e inquietações de Anísio Teixeira, ainda no primeiro terço do século XX, permeiam nossa sociedade atual, pois a luta pela educação pública de qualidade permanece, embora sob outros prismas.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o pensamento educacional do intelectual e educador Anísio Teixeira. Considera as suas contribuições para uma educação democrática pela escola pública no século XX, na defesa da Escola Nova, baseada no pragmatismo de John Dewey. Considera como base filosófica na experiência e o processo educacional progressivo que viabiliza a incorporação dos atributos necessários pelo indivíduo para o meio democrático, através da universalização da educação pública no Brasil.

Para isso, durante o trajeto da pesquisa, buscamos responder à seguinte pergunta norteadora: *“Quais os fundamentos filosófico-políticos e organizacionais que caracterizam o modelo de escola pública de acordo com pensamento liberal de Anísio Teixeira no Brasil do século XX?”* Essa questão

desdobra como objetivo geral deste estudo: *Caracterizar os elementos constituintes do modelo de educação pública defendido por Anísio Teixeira para a reconstrução educacional do Brasil, ao longo do século XX.*

Para obtermos tal resposta, foi necessário estruturar o trabalho em três seções, quais sejam:

- a seção intitulada “O educador Anísio Teixeira”, possui a seguinte pergunta orientadora: “quem foi o homem, amigo e educador Anísio Teixeira?”, cujo objetivo específico é apresentar Anísio Teixeira, a sua origem, o seu pensamento, influências que teve na sua formação, a sua decisão em ser educador, seu primeiro contato com a educação, amizades e algumas superações pessoais;
- a seção intitulada “O início de um sonho: a Escola Nova”, surge das seguintes perguntas: “como se deu o surgimento dessa ideia reformadora da educação? E de que maneira essa educação nova seria aplicada no Brasil na visão de Anísio Teixeira?” A seção desdobra os fundamentos do Movimento pela Escola Nova e o modo como Anísio Teixeira desdobra essas ideias a partir da influência de Dewey e do que vivenciou nos EUA;
- adiante, seguimos para a seção intitulada: “A luta: educação para a democracia” e para responder à seguinte pergunta: como deveria ser a escola pública brasileira na visão de Anísio Teixeira?” e que pretende compreender a estrutura da escola pública para Anísio Teixeira sob uma nova perspectiva de redemocratização, fundamentada em três sustentáculos básicos: o Fundo de Educação, a Municipalização do ensino público e a Escola Pública em horário integral.

Para a construção e desenvolvimento da pesquisa utilizamos de forma sistemática os materiais disponíveis na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, que possui um vasto repertório de bibliografias do autor, de terceiros sobre o autor, correspondências pessoais e de terceiros, artigos científicos do autor e de terceiros, além de algumas imagens que ilustram a sua trajetória. E para complementação das discussões textuais, utilizamos a plataforma *Google* acadêmico, bem como alguns textos da plataforma *Scielo*, algumas revistas científicas e outras bibliografias referentes aos temas em estudo.

De posse de todos esses materiais desenvolvemos uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. Já que, a pesquisa bibliográfica “trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica” (Boccatto, 2006, p. 266). Além disso, também foi necessário o uso do “planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação” (Boccatto, 2006, p. 266).

Para melhor análise foi necessário a elaboração de fichamentos, que são resumos com as seguintes características:

a) não é um sumário ou índice das partes componentes da obra, mas exposição abreviada das ideias do autor; b) não é transcrição, como na ficha de citações, mas é elaborada pelo leitor, com suas próprias palavras, sendo mais uma interpretação do autor; c) não é longa: apresentam-se mais informações do que a ficha bibliográfica, que, por sua vez, é menos extensa do que a do esboço; d) não precisa obedecer estritamente à estrutura da obra: lendo a obra, o estudioso vai fazendo anotações dos pontos principais. Ao final, redige um resumo, contendo a essência do texto (Lakatos, Marconi, 2003, p. 58-59).

Esses fichamentos são catalogados com a data dos eventos, os quais auxiliaram nas citações dos textos, pois, contém as páginas, o ano e o assunto da obra. Também foi necessário construir um quadro esquematizado com as datas dos eventos sobre a vida de Anísio Teixeira.

Para isso, nos baseamos na obra *Anísio Teixeira: a poesia da ação* (Nunes, 2000) já que o seu texto foi construído na ordem cronológica da vida do autor. Colocamos em ordem os eventos mais relevantes, de 1900 (nascimento) a 1971 (morte), para ter uma melhor visão das suas ações. Vejamos:

Tabela 1 – Cronologia da vida de Anísio Teixeira

1900	Nascimento
1924-1929	Inspetor-Geral de ensino da Bahia
1925	Viagem à Europa
1927	1ª viagem aos Estados Unidos da América (EUA)
1928	2ª viagem aos EUA
1931-1935	Diretor do Departamento de Educação da Capital da República.
1932	Participação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
1937-1945	(Estado Novo) Empresário na atividade de extração e exportação de manganês, calcário e cimento, do comércio de automóveis e tradutor de livros na Editora Nacional.
1946	Conselheiro da Organização para as Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO)

1947-1951	Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia
1951-1964	Secretário-geral da (CAPES)
1952-1961	Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)
1962-1968	Conselheiro Federal de Educação do Rio de Janeiro
1963-1964	Vice-reitor da Universidade de Brasília
1960-1970	Tradutor na Editora Nacional
1971	Morte

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Nunes (2000)

Essa tabela, na percepção da pesquisadora fez uma grande diferença, já que, ao ler um texto do autor, e consultá-la, percebia de imediato em qual tipo de atividade ele estava inserido. Com isso, em qual período político-social ele também se encontrava.

Em relação à parte documental, no que cabe às leis, os decretos, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, a Constituição de 1934 e a Constituição de 1946, buscamos utilizar tais documentos legais para mostrar, junto com as bibliografias, as ações de Anísio Teixeira em prol da educação pública, passo a passo na história brasileira, visto que cada documento marca um determinado contexto histórico no país.

## 2 O EDUCADOR ANÍSIO TEIXEIRA

Homem de escasso repertório de prazeres, desinteressado da mesa e de confortos, gostava, no entanto de alguns sabores não sofisticados. Farofa, por exemplo. Idem, a carne-de-sol. Algum vinho. E possuía uma reação estranhíssima: ao apreciar sabor estimulante, lacrimejava.

(Távola, 1992, p.185)<sup>1</sup>

Anísio Teixeira (1900-1971) foi uma das figuras mais importantes do século XX na luta pela universalização da educação e na defesa da escola pública. Acreditava numa educação de qualidade, pública, laica e universal para o povo brasileiro. Defensor da Escola Nova, da educação democrática e progressiva, inspirada pelo filósofo norte-americano John Dewey, o educador e intelectual Anísio Teixeira abriu caminhos e incomodou autoridades para que a educação elementar fosse vista como direito de todos e dever do Estado ainda nos anos 1930. Diante da sua trajetória e das contribuições para a educação brasileira, o objetivo desta seção é responder à seguinte questão: quem foi o homem, amigo e educador Anísio Teixeira? Através dessa resposta, saberemos sobre Anísio Spínola Teixeira, advogado contra a sua vontade, mas educador por escolha e vocação.

### 2.1 Um Teixeira em direção à educação

Nono filho de uma família oligárquica, numerosa e nordestina, Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, no sertão baiano, em Caetité.

Seu pai, médico, político, e possuidor de uma grande fazenda, Deocleciano Pires Teixeira e, sua mãe, uma herdeira vinda de famílias ricas e aristocráticas, Anna de Souza Spínola, “Donana”. Iniciou o curso primário na sua cidade, na escola de Maria Teodolina das Neves Lobão, a primeira professora a lecionar para a classe de homens em Caetité. Depois, transferiu-se para a escola da sua tia, a professora Priscila Spínola.

---

<sup>1</sup> Paulo Alberto Monteiro de Barros, Artur da Távola (1936-2008), jornalista, professor, advogado, genro do educador Anísio Teixeira (Rocha, 2018).

Figura 1 – Casa da família Teixeira em Caetité, sertão baiano



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (s.d.)

O menino magrinho, de estatura pequena e de olhos atentos terminou o primário no recente Instituto São Luiz Gonzaga, de ensino católico-jesuíta, ainda em sua cidade. De acordo com Lima (1978), Anísio se destacou como bom aluno no Instituto Luiz Gonzaga em relação a seus irmãos, Jayme e Nelson. Além de ganhar prêmios, Anísio cumpria com bom desempenho suas lições e deveres, demonstrando interesse especial pela religião. Os padres que administravam o instituto logo perceberam a qualidade do aluno Anísio, que já demonstrava sinais de sua intelectualidade. No entanto, Jayme e Nelson também eram excelentes estudantes.

Com o término do primário, Anísio foi cursar o ensino secundário em Salvador, no Colégio Antônio Vieira, no ano de 1915, em formato de internato, também de ensino católico-jesuíta. Durante o seu percurso no Antônio Vieira, conquistou admiração de seus colegas e vemos “Anísio já envolto em auréola de estudante excepcional” (Lima, 1978, s.p.). Com a conquista em oito exames finais ao Ginásio da Bahia, conquistou o apreço do padre Luís Gonzaga Cabral, pela sua intelectualidade e desenvoltura em argumentar.

Para Anísio, o padre Luís Gonzaga Cabral era um “jesuíta da velha escola que dividia seu fervor pelas duas paixões da Companhia: a da inteligência e a do ascetismo” (Lima, 1978, s.p.). Com sua amizade e carisma e a base

educacional humanista cristã que recebeu desde o primário, Anísio desenvolveu a vontade de ingressar na Companhia de Jesus, nos anos finais do ensino secundário.

No primeiro ano do curso de Direito, teve contato inicial com disciplinas como Filosofia do Direito, ensinamentos opostos à sua linha de pensamento. Surge então o primeiro contato com o racionalismo científico<sup>2</sup>. O Direito não lhe agradava, frequentava o curso a contragosto, pois ainda nutria em seu coração a vontade de fazer parte da Companhia de Jesus, e com muito respeito e delicadeza comunicou sua vontade a seus pais numa carta datada de 25 de março de 1920:

[...] todas as razões por que tomei a resolução firme de entrar para a Companhia de Jesus e que, em conversa, não tive a sorte de expender muito claramente. Cristão pela graça de Deus, tive a felicidade de, desde cedo, ser educado em colégios católicos, que me souberam imprimir um grande amor à minha religião [...] Porque não desejo partir sem esta bênção de meus pais, que é consentimento e que será para mim o mais doce e suavizante [...] bálsamo para a despedida (FGV/CPDOC -Teixeira 1920, CARTA AOS PAIS).

Esse trecho evidencia o desejo do jovem Anísio desenvolvido durante o período escolar, em meio à educação jesuíta que recebera, “fundamentada nos ensinamentos humanistas de Santo Inácio de Loyola, São Tomás de Aquino e no Evangelho de Jesus Cristo, lapidados pela liderança, eloquência e a sagacidade de padre Luís Cabral” (Nunes, 2000, p. 62). Essa influência reforçou seu amor ao catolicismo, à vida pela abnegação, renúncia, amor ao próximo, reparação e sofrimento, o que lhe fez, nessa carta, pedir a bênção dos seus pais para sua ida ao noviciado. Em resposta, através de carta datada de 14 de abril de 1921, sua mãe lhe orientou:

[...] Meu filho, você não compreende o que é o amor de uma mãe! Como hei de concordar que você seja jesuíta, e fazer uma separação eterna em vida. Isto para mim parece impossível. A resposta que tenho para lhe dar é o mesmo que lhe dizia aqui: se você quer servir a Deus e tem vocação para ser Padre, vai ser Padre secular, porque assim você servirá a Deus, à família e à sociedade, e com os bons exemplos que você há de dar, servirá muito para a religião. Tenho certeza de que assim você será mais feliz do que sendo jesuíta [...] Compreendo que

---

<sup>2</sup> De acordo com Mascaro (2022, p. 226), “o racionalismo foi uma perspectiva filosófica adotada por toda a Europa continental e por países que receberam a sua influência” como o Brasil, que consolidou a instrumentalização de normas previamente criadas e estabelecidas e que não tem nos costumes grande fonte de regulamentação jurídica, sendo imposta a perspectiva racional, prévia, metódica e da verdade normativa.

you are fulfilling your duty, you are also serving God, perhaps more, than being enclosed in a convent (FGV/CPDOC- Ana Teixeira, 1921, CARTA A ANÍSIO).

In words, his mother evidences the affection she felt for Anísio and the relief that he was not enclosed in a convent. Although she knew of Anísio's desire to join the Company of Jesus, she hoped that he would find a different path. This maternal posture allowed him to go to Rio de Janeiro to continue his studies in Law, started at the Faculty of Bahia. Father Luís Cabral, upon learning of the mother's decision for Anísio, encouraged him to follow the Law course and enter the novitiate only after graduation, as stated in a letter dated April 20, 1921, written by her:

I heard that Anísio was going to Rio [...] what I told you, my dear son, about the decision? In the first place, I'm not surprised by the difficulty of Papa and Mama. [...] your good brother Nelson appreciated the more illustrated Christian way, in a letter that he wrote me, the maternal opposition [...] And now, what about the decision with respect to you? My first idea - I already declared on another occasion - was that you should go to the Holy Novitiate after finishing your Law course in Rio [...] (FGV/CPDOC -Cabral, 1921, CARTA A ANÍSIO).

Anísio went to Rio de Janeiro to continue his Law course, following the advice of Father Cabral. In Rio de Janeiro, he "did not get along very actively with his classmates [...] was not very assiduous in class, [...] liked to debate, [...] the development of his reasoning fascinated everyone" (Lima, 1978, s.p.). Despite his personal qualities, which demonstrate essential ones for the course he was enrolled in, Anísio dedicated himself to ecclesiastical readings and did not think of evolving in the legal area.

He lived in a pension located in front of the Palácio do Catete, in the city of Rio de Janeiro, sharing the space with his uncle Rogociano and enjoying the proximity to the Marist church, which he frequented assiduously. His academic journey culminated with the conclusion of the course in 1922, when he obtained the degree of Bachelor in Law and Social Sciences.

After graduation, Anísio and Father Cabral traveled from Rio de Janeiro to Caetité, with the intention of starting the novitiate, as had been agreed upon. Father Cabral remained there for a month, firm in his purpose, but did not succeed. Considering the opposition of his parents as before, he had

manifestado, Anísio assim permaneceu, porque seu pai, “distante de qualquer convicção religiosa, sonhava este com brilhante carreira política para o filho” (Viana Filho, 1990, s.p.). Eles não quiseram que ele se tornasse apenas um sacerdote pregador do Evangelho, mesmo sendo cientes da vontade do seu filho.

Tal negativa em servir à Companhia de Jesus obrigou Anísio a permanecer em Caetité, em meio a sua ambição política familiar. Segundo Lima (1978), o ano de 1923 foi muito difícil para Anísio, pois, contrário à sua vontade, auxiliou seu “pai na campanha pró-Arthur Bernardes” para a Presidência da República. O seu desempenho na campanha sertaneja, entretanto, lhe renderia frutos. Com a vitória de Arthur Bernardes e a sua posse, logo no início de 1924, um novo governador foi indicado para a Bahia. Trata-se de Francisco Marques de Góes Calmon, que era advogado e docente de História no Ginásio da Bahia, homem de boas relações com políticos locais, inclusive com os Teixeiras. Com a sua posse, Deocleciano solicitou para Anísio a Promotoria de Caetité (Nunes, 2000).

Com isso, o jovem rapaz candidato a uma vaga de promotor foi ao encontro do governador Francisco Góes Calmon em Salvador, porém “coube a Hermes Lima mudar a porta do destino. Ciente do desejo do Governador, que buscava preencher a Diretoria da Instrução, Hermes sugeriu-lhe o amigo” (Viana Filho, 1990, s.p), que conhecia desde o internato Antônio Vieira e do curso de Direito no Rio de Janeiro. Logo, sem cerimônias, Calmon “reteve-o para o almoço em família”, dizendo que sobre a promotoria conversaria com o rapaz no dia seguinte (Viana Filho, 1990. s.p).

Calmon ficou “impressionado com a boa conversa do rapaz [que sem dúvidas] sobrepujara o fato dele não ter qualquer título específico para o desempenho da função[...] por que não lhe dar uma chance?” (Nunes, 2000, p. 87). Diante de tantos indicativos positivos, inclusive a própria sugestão do amigo Hermes Lima, “no novo encontro, Calmon foi categórico em relação a Anísio Teixeira: ‘Decidi, quero-o para meu Diretor de Instrução Pública’” (Viana Filho, 1990, s.p.).

Em 19 de abril de 1924, Anísio, com apenas vinte e quatro anos de idade, foi nomeado inspetor-geral do Ensino pelo governador Calmon. Segundo Lima (1978), isso provocou espanto e protesto para alguns, já para os padres do

Colégio Antônio Vieira, foi visto “como um sinal divino” (Nunes, 2000, p. 87). Tal notícia chegou aos ouvidos do seu pai, em Caetité, como um alívio, pois seu filho teria carreira política e vida pública, o que significaria fortalecer mais a influência política da família, agora em âmbito estadual.

Já empossado como inspetor-geral do Ensino, Anísio se instalou na Pensão Tanner, área nobre de Salvador, localizada no Corredor da Vitória. Ele conquistou muitas amizades, como a de Godofredo Filho, que lhe convidou para ser secretário particular primeiro e depois seu auxiliar de gabinete para auxiliá-lo nas demandas de trabalho, que eram numerosas. Em seu trabalho, “Anísio parecia infatigável, era a atração das inteligências”, relata Viana Filho (1990, s.p.).

O seu primeiro passo como inspetor-geral de Ensino foi ouvir sugestões e conselhos de Afrânio Peixoto e Antônio Carneiro Leão sobre a área em que atuaria, os quais lhe apresentaram um livro que há tempo fora indicado pelo próprio Calmon, *Métodos americanos de educação*, do autor belga Omer Buyse, somente para adquirir conhecimentos pedagógicos da área na qual iria atuar, não surtindo impacto algum sobre ele, destaca Nunes (2000).

Já Schaeffer (1975) pensa diferente. A obra do educador belga Buyse teria despertado inquietação nele e um novo modo de perceber a educação. Segundo o autor, Anísio compreende que a chave da prosperidade norte-americana seria ter um sistema educacional integrado à sociedade moderna, resultando em uma sociedade vitoriosa tanto na seara política quanto na econômica, ou seja, a lógica do progresso social e econômico do país estaria diretamente ligada ao investimento na instrução pública. A apropriação dessa ideia foi visivelmente evidenciada no relatório de 1925 apresentado ao governador Calmon.

Anísio, em seu relatório, fez um minucioso estudo da realidade educacional baiana, realizou levantamento de dados e pesquisas pedagógicas para compreender as condições da educação do Estado. Foi quando o jovem titular da Inspeção do Ensino sentiu o primeiro impacto da situação do Estado com um “número vertiginoso de analfabetos [e um] serviço escolar [...] de um longo período de abandono, abandono que emprestou ao nosso ensino primário uma atmosfera de desânimo” (Teixeira, 1925).

O sistema educacional baiano da época era precário e tinha “[...] uma organização pedagógica rotineira e pobre, 600 escolas elementares isoladas e apenas 1 grupo escolar custeados pelo Estado e cerca de 500 escolas municipais, com a matrícula de 23.428 alunos nas classes estaduais” (Lima, 1978, s.p.).

Anísio se deparou com um vultoso número de alunos para somente 600 escolas elementares ainda de classes isoladas, no modelo não seriado, cada uma regida por um professor e composta por alunos com diferentes níveis de aprendizagem. Havia somente um grupo escolar, seriado anualmente, com alunos em classes conforme os seus níveis de aprendizagem, e apenas 500 escolas municipais para todo o estado da Bahia (Lima, 1978).

Além da escassez do número de escolas, Anísio também detectou a falta de estrutura dos prédios escolares e a insuficiência de recursos financeiros para a educação. Ele identificou que os prédios não possuíam mobiliário escolar e tudo era improvisado. Anísio “chegou a presenciar [...] alunos escreverem no chão, estirados de braços sobre papéis de jornal [...] de joelhos” (Nunes, 2000, p. 90), uma situação calamitosa de descaso e miserabilidade educacional.

Diante de toda essa situação calamitosa na educação, Anísio desenvolveu um plano de reforma educacional, que sofreu muitas emendas e discussões, resultando na “Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, e no Decreto nº 4312, de 30 de dezembro de 1925, a primeira reformando a Instrução Pública do Estado da Bahia e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal” (Abreu, 1960, s.p.). Essas legislações permitiram a remodelação da função de Anísio de inspetor-geral do ensino para diretor geral da Instrução e um novo plano de ação para o Estado.

Nessa legislação já podemos notar o direcionamento do pensamento de Anísio a respeito da educação, antes mesmo de ele conhecer John Dewey. Essa reforma proposta por Anísio chama a atenção quando destaca, no texto do artigo 65 da Lei nº 1.846/1925 que, na fase primária integral o foco deveria estar no “desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças” (Ferro, 1984, p. 4), através de atividades que estimulassem raciocínio e imaginação, enfatizando a história, a pátria e a língua nacional e o desenvolvimento de aptidões físicas, da acuidade visual e capacidade sensório-motora, bem como de noções completas

de higiene corporal, como destaca Ferro (1984), mostra a preocupação integral com o ser humano que ainda está em desenvolvimento.

Anísio percebia a necessidade de “adaptação do homem ao seu meio ambiente físico e social e a sua capacitação para fazer boa utilização dos recursos que o meio lhe oferece, estimulando o desenvolvimento regional” (Ferro, 1984, p. 4), tendo esse entendimento conscientemente enraizado, de que a educação deve servir à sociedade, e a escola não pode fugir da realidade a qual ela integra.

Figura 2 – Anísio em viagem à Europa



Fonte: Biblioteca Virtual Anísio Teixeira (s. d.)

Como demonstra na imagem acima, em 1925, Anísio em visita à Europa, uma experiência que serviu de aprendizado. Em suas palavras, ele relata: “sob o lado técnico ganhei evidentemente alguns conhecimentos novos. Sob o lado de formação geral aumentei, é inegável, o meu cabedal de cultura” (Teixeira, 1925, 16 de novembro). É evidente que, para um jovem rapaz oriundo do sertão baiano, ao se deparar com a cultura, paisagens, costumes e países europeus, isso impressiona, não sendo diferente com Anísio. Segundo Viana Filho (1990), essa viagem à Europa criou alvoroço na família, pois ela imaginava que o seu propósito principal seria ingressar na Companhia de Jesus. Para tranquilizar a todos, ele resolve escrever a sua mãe:

Seguirei pelo *Sierra Morena* até Bilbao (Espanha), depois a Lourdes, Paris, Roma... Palestina e voltarei depois a Paris para retornar à Bahia em outubro. É um passeio e um pouco de estudo... Para a sossegar,

repito-lhe e dou a minha palavra que vou a passeio e aqui voltarei breve. Por amor de Deus não vá encher o coração de sobressaltos (Viana Filho, 1990, s.p.).

Em suas palavras, Anísio demonstra preocupação com sua mãe, tranquilizando-a sobre o seu itinerário de viagem. Em suas anotações particulares, ele escreve a respeito da experiência europeia. Foram “quatro meses de elegante vagabundagem pela Europa [...] muita coisa se há de aproveitar [...], mas está encerrado o ciclo da vida errante e amável [...] para tirarmos delas conclusões práticas e sisudas” (Teixeira, 1925, 16 de novembro). Em suas palavras, demonstra que, por mais que tenha ido e se divertido, ele é um homem de trabalho. A viagem em si foi um descanso errante e amável, como ele mesmo nomeia. Em seguida, ele retorna para a Bahia mais instruído e culto.

Tendo em vista os esforços de Anísio para a implantação da reforma na educação baiana, o Ginásio da Bahia foi o que mais inovou, intensificando o aparecimento de estudantes do sexo feminino, possibilitando, de maneira igualitária, a pretensão do grau superior para ambos os sexos. Anísio criou duas escolas normais na Bahia, uma em Caetité e outra em Feira de Santana, e também deu atenção ao Liceu de Artes e Ofícios, oferecendo seis cursos “além dos de arte gráfica, cursos de couro, vime, palha, bambu em nível de artesanato” (Lima, 1978, s.p.), e por fim, criou a Escola Politécnica, ofertando à população o curso de Mecânica.

Por tais mudanças significativas no cenário educacional baiano, em 1927, na Assembleia Legislativa, o governador Calmon pronunciou a solicitação de Anísio para “estudar e observar métodos americanos de ensino similares, as que por lei deveriam ser fundadas na Bahia” (Nunes, 2000, p. 108). Os métodos americanos de ensino chamaram a atenção de Anísio por serem considerados um sucesso na democratização do acesso à escola. Para surpresa, a solicitação foi aceita com louvor, e ainda com direito à ampliação da verba solicitada, que passou de 20 contos de réis para 30 contos de réis.

Para realizar seus estudos, Anísio escolheu o *Teachers College da Columbia University*, um instituto de referência mundial na formação de professores nas décadas de 1920 e 1930. O *Teachers College*, prezava pelos contatos internacionais e recebia muitos alunos oriundos de outros países. Nesse período da viagem de Anísio, havia 457 alunos estrangeiros matriculados.

O curso, além de proporcionar estudos intelectuais, também realizava atividades como visitas às instituições de ensino, o que se tornava um atrativo e diferencial à época (Vidal; Rabelo, 2019). Essa vivência despertou o interesse em Anísio, pois, além de estudar, pôde observar como o método de democratização de acesso à escola era aplicado e organizado, já que fazia parte do programa de estudo.

## **2.2 O despertar pela educação: o encontro com o seu educador**

A bordo do navio Pan-Americano rumo a Nova Iorque, em seu diário de viagem Anísio demonstrava muito otimismo com essa oportunidade. Ele já tinha prévios conhecimentos sobre o pensamento educacional e sobre os métodos de ensino estadunidenses, através dos “boletins, catálogos, materiais sobre escolas normais, programas de cursos, monografias, publicações do consulado norte-americano e diversos relatórios”, destaca Nunes (2007a, p.144). O otimismo de Anísio advinha da expectativa de encontrar, nos EUA, respostas referentes a questões educacionais que pudessem servir às políticas públicas de educação no Brasil.

De acordo com Warde (2000), no Brasil, essa admiração pela Democracia liberal dos EUA é anterior à influência de Anísio. Ela se deu desde a gestão de Oscar Thompson (1872-1935) como Diretor-Geral de Instrução Pública de São Paulo (1909 – 1911; 1917-1920), ainda professor primário, que após participar da I Exposição de St. Louis e de trazer, em 1804, exemplares da cartilha *The Arnold Primer*, de Sarah Louise Arnold, e traduzir para a Língua Portuguesa, se convenceu em absoluto que a formação do magistério deveria ser nos moldes americanos, progressista e científica.

Daí podemos entender todo esse entusiasmo, otimismo e inquietação de Anísio para encontrar respostas sobre a educação, tendo em vista o que se considerava de mais moderno e servia de parâmetro de condição de construção possível do progresso. O crescimento do capitalismo americano era visto como algo modelar, no sentido de mudança da estrutura econômica, intelectual e moral do país. Desta forma, era visto como um acontecimento extraordinário para a época, a ponto de criar um homem novo, através da filosofia da ação (Warde,

2000). O que chamou a atenção tanto de Thompsom e, agora chama a atenção de Anísio para de fato estudar e viver, toda essa transformação estadunidense.

Diante toda essa ânsia pela nova experiência, Anísio tomou nota relatando as impressões sobre a viagem desde o início. No dia 27 de abril de 1927 ele partiu do porto do Rio de Janeiro, às 16h. Suas observações sobre o comportamento dos norte-americanos, os *yankees*, assim chamados por ele, já iniciam a bordo. Anísio prestou atenção em cada gesto dos parceiros em sua mesa, de um cordial cumprimento afetuoso ao maquinal dever cumprido em um jantar, e a dedicação de um diretor de *sports* no trabalho de entretenimento. Ele percebeu, nesse primeiro momento, que o povo americano é grandioso, pois é esforçado e digno no que faz, preciso como uma máquina (Teixeira, 1927).

Adiante em sua viagem, em simples palavras, Anísio conversa consigo mesmo ao realizar suas anotações. Ao ver um grandioso oceano escreve o quanto sente uma “curiosidade apreensiva e febril” (Teixeira, 1927, 1º de maio), em conhecer Nova Iorque, a cidade que ele mesmo nomeia “tumultuária e colossal” (Teixeira, 1927, 1º de maio). No pensamento, diz Anísio, passam “as vozes do meu sertão” e diante da solidão a bordo, a saudade da Bahia bate no peito, “um custoso sacrifício” (Teixeira, 1927, 1º de maio). Anísio, nesta viagem, vive o sentimento mais verdadeiro de um sertanejo, diante de uma “longuíssima excursão” (Teixeira, 1927, 1º de maio), com angústia e saudades da sua terra e do seu pai.

O objetivo do empreendimento, segundo ele, é uma expectativa otimista da “busca por elementos positivos de informação” (Teixeira, 1927, 1º de maio) para alimentar o melhoramento da educação no seu país, aprendendo com as práticas em curso nos EUA. Essa renovação dos seus conhecimentos lhe possibilitaria melhorar sua gestão (Teixeira, 1927, 27 de abril).

Anísio já estava ciente de que nesse novo caminho ele poderia obter uma nova personalidade educativa, já que, segundo ele próprio, somos governados por uma força invisível e voluntária, pois, mesmo com um “Criador, os caminhos poderiam ser melhores ou piores, longos ou breves, sinuosos ou retos” (Nunes, 2000, p. 111). Por isso, seu investimento incansável no estudo e no trabalho.

Anísio indagava-se sobre os conceitos de uma sociedade verdadeiramente livre e democrática. Via que na política se tendenciava para os regimes descentralizados, pelo incentivo às liberdades individuais e os

classificavam como um regime livre e justo. Livre, no sentido de liberdade, do desenvolvimento individual e da família. E justo, no sentido de justiça, pois permitia inclusive a aristocracia, desde que tivessem merecimento e valor. Ele entendia a política brasileira como possuidora de uma certa liberdade, mas, com sérias restrições, dando como exemplo, a educação católica no Brasil, pois o pobre era impedido de dá-la ao seu filho, por ser muito cara, o que lhe causava uma certa inquietação.

Na religião, Anísio ainda via no catolicismo os princípios para a vida, porém, com laços afrouxados, pois não se dedicava aos longos sacrifícios que a religião exigia, o que o deixava incapaz de resistir às novas fascinações da vida. Em relação à educação, em suas anotações, Anísio se mostra adepto dos moldes europeus, afirmando e acreditando que se aproximam do modelo dos estadunidenses. Ainda a bordo do navio, em pleno entusiasmo e preparação para pisar em terras estrangeiras, Teixeira (1927) lê a obra de Henry Ford, *My Life and my Work*, que para ele soa como uma revelação. Em suas palavras, “uma pedra angular” (Teixeira, 1927, 3 de maio), um norte para si. Ele vê na obra de Ford a genialidade de um homem simples e humilde, a receita para a confiança no futuro, da mesma maneira ele confia no futuro e vê na educação a possibilidade da mudança.

Anísio, ao ler a obra de Ford, remeteu-a às Sagradas Escrituras: “Cada um cumpra o seu dever e a todos será dado cem por um” (Teixeira, 1927, 3 de maio). Para ele, haveria uma confiança no progresso se “todos fizessem a sua parte no mundo” (Nunes, 2000, p.114). Anísio estava viajando confiante em aprender e realizar o seu melhor em prol da educação baiana, fazer a sua parte, sem ganância, com “bom senso, pela lucidez” (Teixeira, 1927, 3 de maio). Como preceituam as lições de Henry Ford, ele faz anotações, refletindo ao longo da sua viagem a bordo desse “pequeno mundo, [...] de breve duração, mas tão interessante, de um navio” (Teixeira, 1927, 5 de maio).

O jovem homem sertanejo, a bordo desse pequeno mundo, observava cuidadosamente os americanos ao seu redor, notando suas roupas, que eram descritas como as “combinações mais insolentes e mais grotescas que podem imaginar” (Teixeira, 1927, 5 de maio). Ele também ficou surpreso com as refeições, observando que “Toma-se café. Ou melhor, almoça-se, e de verdade” (Teixeira, 1927, 5 de maio). Além disso, ele notou a falta de formalidade nas

refeições, descrevendo que “outro, lembra-se de cantar qualquer coisa, em pleno jantar e é, vivamente, aplaudido” (Teixeira, 1927, 5 de maio), comportamento que o deixou perplexo.

Tal perplexidade se dá devido a sua base formativa “intelectual lítero-jurídica e religiosa de aplicado aluno dos jesuítas” (Abreu, 1960, s.p.). Com horários, autoridade, rigurosidade, etiqueta e comportamento, foi de total estranheza, a ponto de ele escrever: “Toda essa gente vive a bordo como se estivesse em sua casa” (Teixeira, 1927, 5 de maio). Ele parece dizer a si mesmo: não se precipite com as primeiras impressões, meu caro, isso é somente um navio, não se assuste, você tem um objetivo maior.

Figura 3 – Anísio na cidade de Nova Iorque



Fonte: Biblioteca Virtual Anísio Teixeira (s.d).

Como mostra a imagem acima, Anísio em Nova Iorque, “instalou-se em Furnald Hall, Columbia University, West 116th, [...] matriculou-se no *Teacher's College* fazendo um número reduzido de cursos de educação” (Nunes, 2000, p. 115), pois, nessa primeira viagem, ele se matriculou em alguns cursos de verão. Anísio se dedicou aos estudos com a seguinte rotina: pela manhã, ele

frequentava aulas da formação de professores, na área da saúde e de relações internacionais. À tarde, na biblioteca, estudava os materiais indicados e as monografias pedagógicas produzidas desde 1924 (Nunes, 2007a).

Já no fim de agosto foi visitar seis Estados diferentes: Maryland, New Jersey, Ohio, Virginia, Washington e Nova Iorque, a fim de ver “com os próprios olhos o papel de um sistema educacional na história da nação mais industrializada, rica e poderosa” (Lima, 1978, s.p.), como parte das atividades do *Teachers College*. Ele anotou tudo o que lhe convinha, criando um relatório de 166 páginas, resultado das visitas.

O relatório “Aspectos Americanos de Educação”, publicado em 1928, é dividido em duas partes: a primeira trata dos fundamentos da educação, que inicia com a seguinte visão:

John Dewey é, na América, o filósofo que mais agudamente traçou as teorias fundamentais da educação americana. **A nenhum outro pensador é dado ali um lugar tão saliente na sistematização da teoria moderna de educação. Apresentar, pois, na Bahia, em um breve resumo, tão fiel quanto me foi possível, as ideias com que Dewey fixa o atual sentido de educação, pareceu-me meio talvez favorável, para despertar um interesse concreto pela revisão de nossas próprias concepções** (Teixeira, 1928, p. 2, grifos nossos).

Essa primeira parte é baseada nos ensinamentos educacionais de John Dewey, o seu educador, aquele que proporcionou a “renovação espiritual” (Nunes, 2000, p.120) para um novo pensar em favor da educação baiana e brasileira. A segunda parte versa sobre o funcionamento das instituições de ensino americanas nos Estados visitados. Segundo Lima (1978), o relatório que ele elabora é o primeiro material contendo as ideias educacionais de John Dewey no Brasil.

Para Viana Filho (1990, s.p.), esse relatório de Anísio reúne ideias importantes que indicam novos caminhos para a educação. Ao se debruçar sobre a teoria deweyana, ele observou “como natural, não omitiu as crianças e a nova escola que lhes abriria os caminhos da vida”. Isso o fascinou de maneira que, mais tarde, confessou a Monteiro Lobato:

A verdade é que em Dewey encontrei alguém que põe na busca mais alguma coisa que o puro buscar. Não é a busca pela busca. Mas um buscar consciente da felicidade que produz esse esforço por encontrar...” Dewey era um ponto de partida “para todas as direções do quadrante do futuro” (Viana Filho, 1990, s.p.).

Em Dewey, Anísio encontrou a receita possível daquilo que ele esperava para a educação no país. A partir desse encontro, o jovem homem de pensamento jesuíta também mudou radicalmente as suas concepções de mundo, trocando o fascínio da religião pela educação. O maior resultado dessa viagem aos Estados Unidos da América foi o surgimento do educador Anísio Teixeira.

A partir de então, o Brasil recebe não mais um jovem homem, mas sim, um educador convicto das suas opiniões, do seu propósito na educação e pronto para novas ações. Ao defender a ideia de que “o governo podia e devia ser um instrumento para assegurar e estender as liberdades dos indivíduos” (Dewey, 1970, p. 18) como garantidor da formação escolar dos sujeitos, das suas liberdades, oportunidades educativas, através da escola pública, o filósofo estadunidense fascinou Anísio.

O interesse pela educação se torna grandioso na vida de Anísio. Logo após chegar ao Rio de Janeiro, já a bordo do navio Alcântara, a caminho da Bahia, ele escreve ao seu pai para contar-lhe as boas novas da viagem, em carta datada de 18 de novembro de 1927:

Demorei-me nos **Estados Unidos cerca de seis meses**. Durante esse **tempo estudei, visitei escolas**, fiz boas relações e acredito que aprendi um pouco. **A nomeação com que me surpreendeu o Dr. Calmon no princípio de seu governo, marcou a minha carreira**. E hoje, **por gosto e pela orientação que têm os meus estudos, pretendo não me afastar mais do campo da educação onde comecei a minha vida**. São essas as disposições que trago da América e quero crer que o Brasil e a Bahia (Teixeira, 1927, 18 de novembro, grifos nossos).

Nas palavras de Anísio a seu pai, podemos perceber a alegria e o quanto foram importantes os seis meses de estudos nos EUA a ponto de ele não querer mais se afastar da educação. A partir de 1927, nasce no Brasil um novo Anísio, visivelmente declarado educador, mais otimista, seguro e entusiasmado por mudar a educação da Bahia e do Brasil. A influência do pensamento educacional de Dewey e a adesão ao Movimento pela Escola Nova lhe abriu os horizontes pedagógicos no intuito de uma educação voltada para o preparo do “homem para indagar e resolver por si os seus problemas [...] não como preparação para um futuro conhecido, mas para um futuro rigorosamente imprevisível” (Teixeira,

1930, s.p). Essa era a preocupação de Anísio no momento, a procura de uma educação eficaz em meio à sociedade moderna capitalista, de assimetria econômica, com futuro imprevisível.

O seu desempenho foi tão satisfatório nos estudos na América do Norte que ao retornar ao Brasil foi-lhe ofertado um “convite da *Columbia University* para um ano de estudos às custas da Universidade (Viana Filho, 1990, s.p.). De acordo com Nunes (2000), a bolsa de estudos tinha o valor de US\$ 1.800,00 (mil e oitocentos dólares), e era patrocinada pelo *Macy Student Fund do International Institute*.

Com essa oportunidade, Anísio embarca para os Estados Unidos da América novamente. Segundo Viana Filho (1990), sobre os rumores que ele havia viajado para iniciar o noviciado, no dia 27 de setembro de 1928, ele escreve ao seu pai lhe contando as novidades e o seu novo endereço: *Furmal Hall. Columbia University. West 116th St. New York*, e que o intuito da viagem era terminar os seus estudos que durariam 10 meses, quando receberia o diploma de *Master of Arts* da Universidade de Columbia, em Nova Iorque.

Nessa segunda viagem, Nunes (2000) relata que Anísio desfrutou professores como William Kilpatrick, discípulo de Dewey, que dava aula de projetos e métodos; Babit, sobre o estudo do currículo, com quem não concordava muito; Kendal, que estudava educação comparada e Miss Carney, sobre a análise educacional em áreas rurais. A partir das aulas com os ilustres professores, Anísio obteve conhecimentos suficientes para lutar pela “função permanentemente social da educação que ele partilhou com aquela plêiade de educadores americanos, [...] a longa marcha que o aguardaria e que tanto beneficiou nosso país” (Benathar, 1981, s.p).

O período da segunda viagem de Anísio, entre 1928 e 1929, foi extremamente significativo a ponto de afirmar ter se encontrado consigo mesmo, conforme relata Abreu (1996). Sua experiência foi tão inigualável ao anunciar, segundo relata Viana Filho (1990), ter “[...] num mundo de ideias e sabedoria exatamente como ~~eu~~ imaginava que deveria ser uma Universidade”. Essa segunda viagem foi mais impactante na sua vida. Deve ser levado em consideração que no tempo em que Anísio permaneceu em Nova Iorque, cursou *Masters of Arts* completo e teve mais tempo para se aprofundar e completar o seu ciclo de estudos.

Em 1929, Anísio retorna ao Brasil com o título de *Master of Arts*, o que equivale a mestre em Educação, segundo Viana Filho (1990), mais lapidado e empolgado pela América. Ele escreveu uma carta datada de 6 de janeiro de 1929 à sua mãe, traduzindo o seu gosto pelos EUA, expressando a vontade de ter permanecido um pouco mais no país. Esses 10 meses de estudo fizeram com que Anísio fosse “um dos principais divulgadores da filosofia e da teoria de John Dewey em nosso país” (Pagni, 2008, p.23).

Anísio retornou dos EUA convencido que a educação através da ação, no valor da experiência como aprendizagem situada e adepto ao pragmatismo, ou seja, convicto de que uma boa teoria é aquela que pode ser aplicada, produzir realizações para resolver problemas concretos. Acredita que esse modelo de educação é necessário para uma sociedade também nova, em constante transformação. Anísio “viu nessa cultura a recriação do sujeito; ou seja; nos termos da época, o americanismo estava produzindo um “homem novo””, destaca Warde (2000, p.42). Trata-se exatamente das respostas que Anísio foi buscar, os elementos para compor a educação desse homem que participa ativamente da sociedade e que incorpora os valores da moral democrática no processo de educação escolar.

Essa experiência de Anísio nos EUA permitiu um amadurecimento a ponto de reconhecer “que Dewey era inovador em plena América” (Nunes, 2007a, p.150) já que toda essa renovação escolar se dava um pouco mais em alguns novos estados americanos do Centro e do Oeste, e nas demais regiões, ocorria em locais isolados. Dewey defendia a mudança do currículo educacional, dizendo que o papel dos intelectuais não é somente analisar as situações vividas, mas sim, propor e implementar ações para aliviar o sofrimento humano, através da democratização da educação pública.

O amadurecimento intelectual e social de Anísio repercutiu no seu trabalho depois de retornar ao Brasil. Anos mais tarde (1931-1935) ao assumir a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, pensou um modelo de educação centrado na mesma função social que Dewey postulava. Pôs em prática uma rede pública municipal de educação, que compreendia da educação elementar à superior. Anísio era um verdadeiro “hábil e carismático coordenador”, abrindo as portas para a educação da população, dando uma nova identidade para educação, conforme aponta Nunes (2007a, p. 154). E não

surge somente na educação um novo Anísio. Ele também “deu rumos novos à sua filosofia de vida: a descoberta de Dewey o converteu no ‘Anísio lapidado pela América’, na expressão feliz de Monteiro Lobato”, destaca Abreu (1996, s.p.).

Em 1928, Monteiro Lobato o conheceu quando “estava lá no serviço comercial do Brasil” (Lovisoló, 1990, p. 22) e Anísio a estudos. A amizade foi tão forte que ao retornar ao Brasil, Lobato enviou a Fernando de Azevedo uma carta, da qual fez Anísio seu portador.

Bota para fora qualquer Senador que te esteja aporrinhando. Solta o pessoal da sala e atende o apresentado, pois ele é o nosso grande **Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida O Anísio viu, sentiu e compreendeu a América** e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. **Ouve-o, adora-o como todos os que o conhecemos o adoramos e torna-te amigo dele como me tornei, como nos tornamos eu e você.** Bem sabes que há uma certa irmandade no mundo e que é desses irmãos, quando se encontram, reconhecerem-se. Adeus (Viana Filho 1990, s.p., grafias no original).

As palavras de Monteiro Lobato exaltavam o brilhantismo de Anísio a ponto de apresentá-lo a Fernando Azevedo como uma verdadeira celebridade da educação, aquele que foi ao Mundo Novo e trouxe na bagagem e no coração as boas novas para a mudança e o desenvolvimento para a nação.

Assim, em uma tarde de junho de 1929, chega ao gabinete de trabalho de Fernando Azevedo um jovem educador acompanhado de Eduardo Agostini, um amigo em comum, trazendo consigo uma carta de Monteiro Lobato dos EUA. Para Fernando Azevedo a tarde foi inesquecível. Em meio à conversa, demonstra isso no fervor das palavras, ao pronunciar, referindo-se a Anísio: “Confesso haver tido logo o pressentimento de seu destino e do papel que lhe estava reservado na história da educação no País” (Viana Filho, 1990, s.p.). A partir daquela tarde já se tornaram bons amigos, pois, compartilhavam do mesmo entendimento a respeito da educação da Escola Nova, que é a junção do pragmatismo em Dewey, e o funcionalismo em Durkheim, ou seja, a educação como instrumento formador através da escola, em prol do progresso da sociedade.

Fernando Azevedo foi amigo de Anísio por mais de 40 anos, até a morte do educador, em 1971. Eles trocaram muitas cartas, conversaram sobre diversos

assuntos, como: família, assuntos de cunho pessoal, sobre as experiências reformadoras na Bahia, a direção dos Institutos de Educação dos Institutos Federais do Distrito Federal e de São Paulo, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, a fundação da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de São Paulo, as atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, debates sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assuntos de ordem nacional e internacional e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Ele foi o maior defensor do movimento da Escola Nova no Brasil e seu importante divulgador, coincidentemente formado em Direito, mas, educador por vocação.

Anísio colecionou muitos amigos e admiradores ao longo da sua vida. Em todos os lugares em que o homem, amigo e educador Anísio passou há uma história e um aprendizado. A sua presença marcante impactou a vida de quem teve a oportunidade de um dia poder ouvi-lo e ser envolvido pela grandiosidade dos seus discursos.

### **2.3 Anísio em vozes**

Uma das vozes que remete a Anísio é a de Antônio Houaiss (1915-1999)<sup>3</sup>, que se considerava um filho espiritual de Anísio. Em 1931, Anísio estava na direção da Instrução Pública do Distrito Federal, enquanto Houaiss era aluno da Escola de Comércio Amaro Cavalcanti. Houaiss lembra-se quando, juntamente com alguns colegas, entraram em conflito com o professor orientador substituto da matéria, causando a sua expulsão pelo diretor da instituição (Houaiss, 2002). A expulsão de Houaiss gerou conflito e greve. No terceiro dia, Houaiss relata que Anísio o chamou para conversar, dizendo que já sabia tudo sobre sua vida, inclusive da sua origem humilde, salientando: “Sei que você é o quinto filho dessa família. Sei que você tem aptidões para o estudo, sei que você gosta de estudar. Não posso sacrificar, a título nenhum, um aluno como você” (Houaiss, 2002, p. 60).

---

<sup>3</sup> Antonio Houaiss (1915-1999), foi um professor, diplomata e filósofo, nascido no Rio de Janeiro, quinto filho de Habib Assad Houaiss e Malvina Farjalla Houaiss. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), ocupando a cadeira 17 na posição 05 (ABL, 2023).

Com toda sabedoria, pedia-lhe para pôr um fim ao conflito. Diante disso, Houaiss presenciou a verdadeira missão do educador: “O homem está condenado a realizar o sonho de Anísio Teixeira. O homem está condenado a estudar” (Houaiss, 2002, p. 64). O que mostra a sensibilidade em olhar o indivíduo e ser sábio e em outras palavras dizer: não vale a pena pôr o seu futuro em risco.

Iracy Picanço é outra aluna que fez parte do sonho de Anísio Teixeira, fruto do Ginásio Duque de Caxias, localizada no Bairro da Liberdade, em Salvador. Como ela bem enfatiza, foi devido à “ação de Anísio Teixeira enquanto Secretário de Educação na Bahia de 1947 a 1951” (Picanço, 2002, p. 169). que se popularizou o ensino pós-primário no Estado. Com isso, Iracy teve a oportunidade de estudar em um ginásio que oferecesse conhecimentos científicos e das humanidades, iniciação ao trabalho, bordado, costura, datilografia, contabilidade etc., proporcionando uma educação de qualidade, abrangendo tanto a formação geral quanto a preparação dos jovens para o mercado de trabalho.

A aluna Iwa Bonow lembra-se do professor Anísio. No início do mês de março, no primeiro semestre de 1933, em sua sala de aula, ele entrou, cumprimentou todas as alunas, que se levantaram e corresponderam aos cumprimentos. Ele não fez a chamada e simplesmente disse: “Vamos hoje começar a conversar, ou melhor, a pensar sobre educação e democracia [...] Vamos trocar ideias. [...] bastava ouvi-lo e aprendia-se a pensar” (Bonow, 2002, p. 144-145).

Em seu trajeto na educação, temos a voz de Diógenes Rebouças (1914-1994)<sup>4</sup>, que tem na sua lembrança o empresário Anísio “ligado às áreas de exploração de minérios ao comércio. Isto foi lá pelo fim da década de 30, passando por parte da década de 40” (Rebouças, 2002, p. 158). Segundo Diógenes, Anísio “foi um empresário notável e ganhou muito dinheiro”

---

<sup>4</sup> Diógenes Rebouças (1914-1994), arquiteto, urbanista, artista plástico, professor e pesquisador baiano, realizou grandes projetos como: a Catedral de Itabuna (1936), antiga Fonte Nova (1942-1951), Hotel da Bahia (1947-1952), Faculdade de Arquitetura (1963-1971), Escola Parque (1947-1951) e a Avenida Centenário (1948-1949) (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 2015).

(Rebouças, 2002, p. 158), dono do Cimento Aratu, entrou nesse ramo para baratear o cimento em Salvador.

Para tal feito, Anísio lembrou de alguns prédios que eram de sua propriedade juntamente com o seu irmão, localizados na Praça Castro Alves, só que para tal intento, “precisara de alguns esclarecimentos, certa vez, a respeito de um plano [...] sobre como ficariam esses imóveis dentro do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador” (Rebouças, 2002, p. 158). Foi quando teve com Diógenes Rebouças, e ficou uma tarde para “ver uma planta do município feita pelo almirante Mouchez, que fizera o levantamento oceanográfico, no século XIX, de toda a costa brasileira” (Rebouças, 2002, p. 158 -159). A partir de então, Anísio ficou muito empolgado com a planta, que tratava da Baía de Todos os Santos, descobrindo que de acordo com uma planta mais atualizada, o levantamento feito pelo Almirante Mouchez permanecia intacto. Foi quando pôs em prática a sua genialidade, dizendo a Diógenes:

Ali é um depósito milenar de calcário, a quantidade de conchas, e consequentemente de calcário, é tão grande que vai nos permitir fazer uma coisa que muito nos falta nesta cidade. Temos boa argila, temos boa areia, o que faltava era só o calcário. O calcário está ali em frente e então faremos o cimento. Eu já requeri etc., etc (Rebouças, 2002, p. 159).

Ele conseguiu ir além. Por ser um mestre-estudante, percebeu a riqueza mineral local, que poderia beneficiar a todos do Estado, já que o cimento seria um produto de Salvador. Mas não ficou só nisso. Ele pensou também na logomarca do produto ao se referir a Diógenes e perguntar-lhe:

- Que tal isso aqui? - mostrando a figura de um caranguejo comum, um grauçá ou coisa parecida.
- Não, isso é um aratu, é o símbolo do cimento que queremos fazer, que nossa empresa vai fazer.
- Puxa professor, o senhor foi longe (Rebouças, 2002, p. 159).

Mais tarde, ele vendeu a patente para os americanos. Foi um empresário de sucesso, mas o seu coração estava na educação, abandonando tudo para ser secretário de Educação e Saúde na Bahia, em 1947.

O ano de 1947 foi bem lembrado por Maria José Rocha Lima<sup>5</sup>, ela recorda a luta de um homem na defesa da escola pública, laica, gratuita e de qualidade para o Brasil, pois, “só pela escola se pode construir a democracia” (LIMA, 2002, p. 99). Anísio acreditava veementemente em um povo educado, preparado e eficiente para servir ao Brasil

Para Gilberto Freire (1900-1987)<sup>6</sup>, Anísio era comparado ao czar Pedro, o Grande, da Rússia, quando trabalhava na Holanda como operário no estaleiro em prol do seu povo. Da mesma sorte via Anísio nos EUA nas aulas de Dewey, na busca do melhor para o seu povo. Refere-se a Anísio como um rapaz “magro, ágil, cheio de entusiasmo e de energia, dotado de impressionante mobilidade espiritual” (Freire, 1960, s. p.), por quem tinha muita afeição e sincera admiração, um verdadeiro mestre-estudante. Ele guarda muito bem a lembrança de quando conheceu Anísio, em Nova Iorque, por meio de Sebastião Sampaio, cônsul-geral brasileiro, que auxiliava os brasileiros naquela cidade (Freire, 1960, s.p.).

Foi em uma dessas oportunidades que “destacava-se na conversa o espírito cintilante de Anísio que nos tornava cativos da sua palavra” (FREIRE, 1960, s.p.). O seu brilho e comunicabilidade das ideias, referentes às aulas que estava frequentando na Universidade de Columbia, deixou Freire impressionado. A partir de então, segundo ele, guardou o contato de Anísio e teve a certeza de ter encontrado o símbolo de intelectualidade brasileira, característica não só para os amigos e conhecidos, mas também para a família, como bem preconiza Haroldo Lima, sobrinho de Anísio Teixeira. O “tio Anísio”, admirado reverenciado e prestigiado da família, como ressalta, “viveu o seu tempo. Do ponto de vista da luta educacional, da luta dos estudantes, da luta pela escola pública e pela democratização da escola no Brasil” (Lima, 2002, p.175-176). Ele acredita que, pelo fato ter estudado nos EUA, de ter tido contato direto com Dewey, incorporou os pensamentos progressistas da educação americana, que como bem acentua, para a época eram bem avançados.

---

<sup>5</sup> Maria José Rocha Lima é mestre em educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em psicanálise. Foi deputada de 1991 a 1999. É presidente da Casa da Educação Anísio Teixeira (Lima, 2023)

<sup>6</sup> Gilberto de Mello Freyre (1900-1987), foi um sociólogo, ensaísta, desenhista, poeta e romancista, nasceu em Recife Pernambuco. Escritor da obra Casa-Grande e Senzala (1933), que versa sobre a formação da família brasileira, nos aspectos políticos, econômicos e sociais (Web Enciclopédia Itaú Cultural, 2022).

Na verdade, Haroldo reconhece que Anísio viu nas concepções de Dewey a possibilidade de levar a educação “às amplas massas”, a partir de então, “a necessidade dessa educação estar relacionada com o local em que a escola iria ser criada” (Lima, 2002, p. 177). Nessa perspectiva, ele percebe o quanto seu tio Anísio refletiu nas diferenças socioeconômicas brasileiras em pensar uma educação voltada para o campo e para a cidade, de acordo com as necessidades do país.

Para Florestan Fernandes (1920-1995)<sup>7</sup>, Anísio “foi um dos homens mais ilustres da história do pensamento brasileiro [...] um homem generoso e compreensivo, um homem sempre pronto a dar, o protótipo do educador” (Fernandes, 2002, p. 51). Diante de tantas qualidades e exatamente aquelas do educador que carecia o Brasil, afirma “ser inacreditável que as mãos da ditadura militar tenham se erguido contra esse homem ao qual nós todos devemos, e que ele tenha sofrido incompreensão, incerteza e amargura, em vez de receber honras, compensação e carinho”, conclui Fernandes (2002, p. 51).

Na verdade, Anísio, ao defender a escola pública, é como se ele partisse de um prenúncio, pois sabia que sem uma educação de qualidade tempos tenebrosos viriam, tempos sem democracia, dos quais ele foi vítima. Fernandes (2002) ressalta que, apesar da sua trágica morte, a sua trajetória o fez imortal, ao anunciar que a educação não é um privilégio, mas sim, universal e acessível a todos, a ponto de criar no Brasil uma revolução brasileira, através da filosofia de Dewey, a Escola Nova. Para Anísio, esta seria a espinha dorsal da recuperação econômica, social e cultural do Brasil.

Diante de todos os dados e depoimentos colhidos, voltamos à seguinte pergunta: quem foi o homem, amigo e educador Anísio Teixeira? O homem Anísio era possuidor da inteligência, brilhantismo, empatia, estudioso e fiel às suas convicções; o amigo Anísio, inteligente, brilhante, companheiro, generoso, compreensivo, colaborador, incansável, enérgico e sempre com algo novo para contribuir; já com relação ao educador, um professor, que mudou e muda a vida

---

<sup>7</sup> Florestan Fernandes (1920-1995) foi um político, sociólogo e ensaísta brasileiro, considerado o fundador da Sociologia Crítica no Brasil. Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nasceu em São Paulo, filho único da imigrante portuguesa Maria Fernandes, não conheceu o seu pai, foi criado por sua madrinha Hermínia Bresser de Lima, que lhe despertou o interesse pelos estudos (Frazão, 2019).

de inúmeros brasileiros através da sua ação pela educação pública, que encantava em sala de aula, inteligente, compreensivo e grande mestre brasileiro.

### 3 O INÍCIO DE UM SONHO: O MOVIMENTO PELA ESCOLA NOVA

ANÍSIO

Pequeninho e malicioso, assola  
os densos matagais da Educação.  
Como um Saci que nunca foi à Escola  
com travessuras trêfegas de anão.

Em travessuras trêfegas, pois não...  
Puxa daqui, mexe acolá, cabriola  
e faz careta e chupa carambola,  
e para todo mundo fecha a mão.

Deu-lhe na telha que a Pedagogia  
era uma bruxa velha e que podia  
*make-up* americano reformá-la.

Hoje em gritinhos de Macunaíma,  
aponta a esquisitíssima obra-prima  
para deslumbramento da senzala...

(Valente, 1992, p. 119)

A partir do século XIX, na Europa, nos EUA, na América Latina e no Brasil, ergue-se um novo modo de pensar em educação. No Brasil, com o advento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, surge um movimento político em favor da educação pública universal e sob a responsabilidade do Estado, que carrega a Escola Nova como concepção pedagógica. Essa pedagogia contemporânea, que se manifesta em várias partes do mundo, dá um novo sentido à escola, pensando numa escola ativa, em movimento com a sociedade, diferentemente da educação tradicional.

Nessa perspectiva, intelectuais como John Dewey e Anísio Teixeira, viram na Educação Nova a espinha dorsal do projeto ideal para a preparação do povo, para a mudança e progresso social em meio ao capitalismo. Pensam uma educação com a finalidade de tornar o homem apto e preparado para enfrentar as mudanças e exigências da sociedade contemporânea industrializada.

Assim, o objetivo principal desta seção é apresentar o processo de engajamento de Anísio Teixeira com o ideário e as práticas do Movimento pela Escola Nova. Para isso, fez-se necessário abordar o surgimento da Escola Nova, os principais intelectuais e adeptos, na Europa, nos EUA, na América Latina e no Brasil, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, considerado o marco legal do Movimento pela Escola Nova no Brasil.

Enfatizaremos o educador John Dewey, em virtude de ter sido professor de Anísio Teixeira, e a sua influência na configuração do Movimento no Brasil. Por fim, chegaremos ao Brasil, mostrando como se deu o Movimento pela Escola Nova, marcado pela publicação do documento histórico dirigido ao povo e ao Governo, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O Documento marca a defesa incondicional pela primeira vez na história da República brasileira a educação elementar como um direito individual e uma obrigação do Estado. Somente com a Carta Magna de 1934 a educação passará a figurar como um capítulo e sua propagação será influenciada pelas ideias da Educação Nova, na luta por uma educação pública, obrigatória, laica e para todos.

### **3.1 O surgimento da Escola Nova na Europa e na América Latina**

O Movimento pela Escola Nova é contrário à educação tradicional. Luzuriaga (1984) aponta em sua obra quatro momentos da educação nova no mundo. O primeiro momento se deu no período de 1889 a 1900, com a criação das primeiras escolas novas na Europa e nos Estados Unidos da América: em 1889, a Escola de *Abbotsholme*, fundada pelo dr. Reddie, na Inglaterra; em 1893, a Escola de *Bedales*, fundada pelo dr. Badley, na Inglaterra; em 1898, os Lares de Educação no Campo *Landersziehungsheimen*, fundados pelo dr. Lietz, na Alemanha; em 1899, a *École des Roches*, fundada por E. Desmolins, na França; e em 1896, a Escola Primária Universitária de Chicago, fundada pelo professor John Dewey, nos EUA.

Ainda a respeito do surgimento das primeiras Escolas Novas, Lourenço Filho (1963) ressalta que elas surgiram em algumas instituições privadas de países da Europa, devido ao fato de em 1889 já existir um número considerável de intelectuais e adeptos desse movimento, inclusive uma entidade de caráter internacional intitulada "*Bureau International de Écoles Nouvelles*", dirigida por Adolph Ferrière, proporcionando um sustentáculo na pedagogia renovadora.

Assim, no período de 1900 a 1907, deu-se o segundo momento da educação nova, que foi marcado pela formulação de novas ideias e teorias. Momento esse em que surgiram as duas principais correntes pedagógicas criadas por John Dewey: o instrumentalismo e o pragmatismo, com a publicação da sua obra intitulada *A escola e a sociedade*, em 1900. E, também, com a da

escola ativa ou do trabalho, de acordo com as reformas realizadas por Jorge Kerchensteiner, em Munique, na Alemanha (Luzuriaga, 1984).

Jorge Kerchensteiner foi um conselheiro municipal na cidade de Munique. Diante do ensino precário da cidade, ele propôs uma reforma na qual defendia a *Arbeitsschule*, escola do trabalho, opondo-se à educação tradicional. Nessa escola, os alunos eram estimulados “com o sentir, representar, pensar, com todos os sentimentos, tendências e volições” (Lourenço Filho, 1963, p. 165), isto é, uma escola ativa que põe o educando, “por disposição íntima”, disposto a uma aprendizagem completa que contava com oficinas, laboratórios de física, carpintaria, aparelhos de projeção, salas para trabalhos manuais e dava importância aos esportes e incentivava a música.

Após o período da escola ativa, o período de 1907 a 1918 foi denominado por Luzuriaga (1984) como o terceiro momento da educação nova, marcado pelo surgimento do método da dra. Maria Montessori, em Roma, e do método do dr. Decroly, em Bruxelas. Período também marcado pelo surgimento do Plano Dalton, criado pela Miss Helena Parkhurst; a criação do Sistema Winetka, com Carleton Washburne e, por fim, os métodos e projetos da educação nova, com Kilpatrick.

Os sistemas didáticos Montessori e Decroly tiveram a mesma origem, em 1907. Ambos foram estabelecidos “por médicos especializados em estudos da educação [que observavam crianças deficientes e a preocupação com o seu desenvolvimento, correlacionando] crianças irregulares e regulares, em bases experimentais” (Lourenço Filho, 1963, p. 179) na busca do seu desenvolvimento para a vida.

Vale ressaltar que Montessori, segundo Luzuriaga (1984), desenvolveu em seu método materiais com estímulos sensoriais e intelectuais para as crianças na fase da pré-escola e estendendo para a segunda infância.

O Plano Dalton, por sua vez, originou-se do Método Montessori. Em 1908, Helena Parkhurst desenvolveu um método em uma escola de uma pequena cidade no Estado de Massachussetts, que preconizava o livre trabalho do aluno, partindo das “ideias fundamentais (liberdade, responsabilidade, trabalho individual, aproveitamento de tempo), um mínimo de 9 anos, já sabendo ler” (Lourenço Filho, 1963, p. 173). Assim, o aluno deveria cumprir as oito etapas do tema proposto: “introdução, assunto, problemas, trabalho escrito, trabalho de

memória, conferência, referências bibliográficas, relações com outros assuntos” (Lourenço Filho, 1963, p. 173), que eram devidamente controladas por duas fichas, uma do aluno e outra do professor, tudo de forma sistematizada, de maneira contratual.

Já o Sistema Winnetka é bem parecido com o Plano Dalton, de acordo com Luzuriaga (1984). Ele se difere somente por preconizar a coletividade dos alunos, pois, “os alunos são agrupados por classes, mas cada um conserva plena liberdade de desenvolvimento” (Lourenço Filho, 1963, p. 173), cada um caminhando no seu próprio passo, porém, com responsabilidade do trabalho. O professor William Heard Kilpatrick, discípulo de John Dewey, criou os métodos e projetos da educação nova. Ele observou que a educação “deve fundar-se na vida tal como ela existe” (Lourenço Filho, 1963, p. 204). Nesse sentido, o projeto de ensino precisa ser elaborado de acordo com as situações da vida real, para que a criança projete com a sua própria experiência as realizações da vida.

Por último, o quarto movimento da educação inicia-se em 1918 até os dias atuais, marcado pela fundação das principais associações da educação nova. Também é a partir desse período que surgem novos métodos de educação ativa nas escolas públicas francesas: Cousinet (trabalho por equipes), Freinet (imprensa na escola) e Profit (cooperativas escolares), inclusive a ocorrência de reformas escolares com aplicação da educação nova como ensino oficial, nos seguintes países: em 1918, na Rússia; em 1919, na Alemanha e Áustria (as chamadas *Gemeinschatenschulen*, escolas em comunidade, pós-Primeira Guerra Mundial); em 1923, na Itália; em 1931, na Espanha (Grupo Escolar Cervantes e Grupo Escolar Baixeras); em 1936, na Bélgica, e de 1937 a 1945, na França (nos liceus de ensino secundário) (Luzuriaga, 1984).

Assim, essa nova perspectiva de olhar para a educação foi se propagando no mundo. Em relação à América Latina, temos Antônio Sena Faria de Vasconcelos como referência na lista dos “portugueses que procuraram ser agentes e exemplos de mudança” (Alves, 2010, p. 170), na defesa da educação para todos e adepto da pedagogia da Escola Nova. Faria de Vasconcelos nasceu em 1880, formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1901. Em 1902, inscreveu-se na Universidade de Nova Bruxelas, tornando-se, em 1904, doutor em Ciências Sociais, com a tese “Esquise d’une théorie de la sensibilité sociale”, o que lhe permitiu ser aceito de imediato como professor na

universidade. Em 1912, fundou na Bélgica a escola modelo de *Bierges-Lez-Wavre*, tornando-a um marco na história do movimento da Educação Nova na Europa (Machado, 2016).

Em 1914, com a 1ª Guerra Mundial e a invasão da Bélgica pela Alemanha, Faria de Vasconcelos refugiou-se na Suíça, onde conheceu Claparède, Bovet e Ferrière e colaborou juntamente com eles no Instituto Jean Jacques Rousseau, onde lecionou por um ano, de 1914 a 1915. Em 1915, “Vasconcelos publica um texto: *Une école nouvelle en Belgique*, [...] no prefácio assinado por Ferrière definem-se os 30 pontos que passaram a caracterizar as escolas novas”<sup>8</sup> (Alves, 2010, p. 169).

---

<sup>8</sup> As 30 características para conhecer uma Escola Nova: “1. A escola nova é um laboratório de pedagogia prática. Ela procura desempenhar o papel explorador ou de pioneiro das escolas do Estado, mantendo-se ao corrente da psicologia moderna, nos meios que põe em Ação, e das necessidades modernas da vida espiritual e material, nos objetivos que fixa à sua atividade. 2. A escola nova é um internato, porque só a influência total do meio no seio do qual a criança se move e cresce permite realizar uma educação plenamente eficaz. O que de modo algum quer dizer que o sistema de internato seja considerado como um ideal a ser aplicado sempre e em toda a parte: longe disso. A influência natural da família, no caso de ser sadia, é preferível à do melhor dos internatos. 3. A escola nova está situada no campo, sendo este o meio natural da criança. A influência da natureza, a possibilidade que oferece para se entregar aos divertimentos dos primitivos, os trabalhos dos campos que permite realizar fazem dele o melhor auxiliar da cultura física e educação moral. Mas, para a cultura intelectual e artística, é desejável a proximidade de uma cidade. 4. A escola nova agrupa os alunos em casas separadas, em grupo de dez a quinze alunos sob a direção material e moral de um educador coadjuvado pela esposa ou por uma colaboradora. Convém que os rapazes não sejam privados de uma influência feminina adulta, nem da atmosfera familiar que os internatos-casernas não conseguem oferecer. 5. A coeducação dos sexos, praticada nos internatos e até ao fim dos estudos, deu, em todos os casos em que pode ser aplicada em condições materiais e espirituais favoráveis, resultados morais e intelectuais incomparáveis, tanto para os rapazes como para as raparigas. 6. A escola nova organiza trabalhos manuais para todos os alunos, durante pelo menos hora e meia por dia, em geral das 14 às 16 horas, trabalhos obrigatórios que, mais que um objetivo profissional, tenham um objetivo educativo e um fim de utilidade individual ou coletiva. 7. Entre os trabalhos manuais, a marcenaria ocupa o primeiro lugar, porque desenvolve a habilidade e a firmeza manuais, o sentido da observação exata, a sinceridade e o domínio de si. A cultura da terra e a criação de pequenos animais entram na categoria das atividades ancestrais de que todas as crianças gostam e que deveriam ter ocasião de executar. 8. Ao lado dos trabalhos regulamentados, é dado um lugar aos trabalhos livres que desenvolvem os gostos da criança, despertam o seu espírito inventivo e engenho. 9. A cultura do corpo é assegurada pela ginástica natural ginástica natural, feita com o corpo nu ou, pelo, feita com o corpo nu ou, pelo menos, com o tronco nu, e ainda pelos jogos e desportos. 10. As viagens, a pé ou de bicicleta, com acampamento em tenda e refeições preparadas pelas próprias crianças, desempenham um papel importante na escola nova. Essas viagens são previamente preparadas e servem de auxiliares ao ensino. 11. Em matéria de educação intelectual, a escola nova procura abrir o espírito por meio de uma cultura geral de preferência a uma acumulação de conhecimentos memorizados. O espírito crítico nasce da aplicação do método científico: observação, hipótese, verificação, lei. Um núcleo de áreas obrigatórias realiza a educação integral, não tanto como instrução enciclopédica, mas como possibilidade de desenvolvimento, por meio da influência do

---

meio e dos livros, de todas as faculdades intelectuais inatas da criança. 12. A cultura geral é completada por uma especialização, primeiro espontânea, cultura dos gostos preponderantes de cada criança, e depois sistematizada de modo a desenvolver os interesses e faculdades do adolescente num sentido profissional. 13. O ensino é baseado nos factos e nas experiências. A aquisição dos conhecimentos resulta de observações pessoais (visitas a fábricas, trabalhos manuais etc.) ou, na falta disso, de observações de outrem recolhida nos livros. A teoria segue sempre a prática, nunca a precede. 14. O ensino é, portanto, baseado também na atividade pessoal da criança. Isso supõe a associação mais estreita possível ao estudo intelectual do desenho e dos mais diversos trabalhos manuais. 15. O ensino é baseado, além disso, nos interesses espontâneos da criança: dos 4 aos 6 anos, idade dos interesses difusos ou idade do jogo; dos 7 aos 9 anos, idade dos interesses ligados aos objetos concretos imediatos; dos 10 aos 12 anos, idade dos interesses especializados concretos ou idade das monografias; dos 13 aos 15 anos, idade dos interesses abstratos empíricos; dos 16 aos 18 anos, idade dos interesses abstratos complexos: psicológicos, sociais, filosóficos. As notícias da escola e do que acontece fora dela dão lugar a lições ocasionais e a discussões, quer entre os grandes quer entre os pequenos, que ocupam na escola nova um lugar de destaque. 16. O trabalho individual do aluno consiste numa pesquisa (nos factos, nos livros, nos jornais etc.) e numa classificação (segundo um quadro lógico adaptado à sua idade) de documentos de todas as espécies, assim como em trabalhos pessoais e na preparação de conferências a fazer na aula. 17. O trabalho coletivo consiste numa troca e numa ordenação ou elaboração lógica em comum dos documentos particulares. 18. Na escola nova, o ensino propriamente dito limita-se à parte da manhã (em geral, das 8 horas ao meio-dia). À tarde, durante uma ou duas horas, conforme a idade, das 16,30 às 18 horas, tem lugar o 'estudo' pessoal. As crianças com menos de dez anos não têm deveres para fazer sozinhas. 19. Estuda-se poucas áreas por dia, uma ou duas apenas. A variedade nasce, não dos assuntos tratados, mas da maneira de tratar os assuntos, sendo postos em funcionamento, alternadamente, diferentes modos de atividade. 20. Estuda-se poucas áreas por mês ou por trimestre. Um sistema de cursos, análogo ao que regula o trabalho na Universidade, permite a cada aluno ter o seu horário individual. 21. A educação moral, como a educação intelectual, deve fazer-se, não de fora para dentro, pela autoridade imposta, mas de dentro para fora, pela experiência e pela prática gradual do sentido crítico e da liberdade. Baseando-se neste princípio, algumas escolas novas aplicaram o sistema da república escolar ('self-government' escolar). A assembleia-geral, formada pelo diretor, pelos" escolar). A assembleia-geral, formada pelo diretor, pelos professores, pelos alunos e por vezes mesmo pelo pessoal auxiliar, constitui a direção efetiva da escola. O código de leis é elaborado por ela. As leis são os meios que tendem a regular o trabalho da comunidade em vista dos fins por ela prosseguidos. Este sistema altamente educativo, quando é realizável, supõe uma influência preponderante do diretor sobre os "líderes" naturais da pequena república. 22. Na falta do sistema democrático integral, a maioria das escolas novas são constituídas como monarquias constitucionais: os alunos procedem à eleição dos chefes, ou prefeitos, que têm uma responsabilidade definida. 23. Cargos sociais de todas as espécies podem permitir realizar uma entajuda efetiva. Esses cargos para o serviço da comunidade são confiados alternadamente a todos os pequenos cidadãos. 24. Os prémios ou sanções positivas consistem em oportunidades dadas aos espíritos criativos para aumentar a sua capacidade criadora. Aplicam-se aos trabalhos livres e desenvolvem deste modo o espírito de iniciativa. 25. Os castigos ou sanções negativas estão em correlação direta com a falta cometida. Quer dizer que visam pôr a criança à altura de, por meios apropriados, atingir melhor, no futuro, o objetivo considerado bom que ela atingiu mal ou que não atingiu. 26. A emulação tem lugar sobretudo pela comparação feita pela criança entre o seu trabalho presente e o seu trabalho passado, e não exclusivamente pela comparação do seu trabalho com o dos seus companheiros. 27. A escola nova deve ser um. A escola nova deve ser um meio de beleza, como escreveu Ellen Key. A ordem é a primeira condição, o ponto de partida. A arte industrial que se pratica e de que se rodeiam as crianças conduz à arte pura, própria para despertar, nas naturezas de artistas, os sentimentos mais nobres. 28. A música coletiva, canto ou orquestra, exerce a mais profunda e mais purificadora influência naqueles que a amam e que a praticam. As emoções que ela cria não deveriam faltar a nenhuma criança. 29.

Segundo Machado (2016) em 1915, Faria de Vasconcelos é aconselhado por Ferrière a partir para Cuba, onde permaneceu até 1917. Após isso, viaja para La paz, na Bolívia, onde organizou a secção de psicologia e pedagogia da Escola Normal Superior. Ainda na Bolívia, em 1917, inaugurou o curso de Pedagogia propondo um programa de 4 anos. Já em Sucre, atuou como diretor da Escola Normal e da Revista Pedagógica, publicando uma série de textos com ênfase nas orientações da Escola Nova, difundindo em todo o país.

Vale registrar que durante o seu tempo na Bolívia, até 1920, ele pugnou por uma educação para todos e sempre esteve envolvido na defesa da justiça social. Segundo Machado (2016) em 1911, no início do século XX, em Portugal, Vasconcelos se pronuncia, sobre a educação, a importância da educação na vida do homem, na formação da sua intelectualidade, e que somente ela é responsável em atribuir tais condições para a vida humana. O que refletiu no Decreto português nº 9.223, de 29 de março de 1911 sobre a educação primária, “só se pode fazer progredir e desenvolver uma sociedade, fazendo com que a ação contínua, incessante e persistente de educação”, [...] sob o tríplice aspecto: físico, intelectual e moral” (Portugal, 1911, p. 3).

No Brasil, temos o primeiro registro de representação brasileira no exterior, de acordo com a revista *The New Era* edição nº 32, de 1927, da educadora Laura Jacobina Lacombe na participação em Locarno na Suíça, da conferência da *New Education Fellowship* (NEF). Laura Jacobina, naquela ocasião, havia sido nomeada por Fernando de Azevedo, que era Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro, para representar o governo brasileiro e a Associação Brasileira de Educação (ABE), constando como delegada da América do Sul. Vale ressaltar que na referida conferência da NEF, estavam presentes Adolphe Ferrière e Jean Piaget, do Instituto Jean-Jacques Rousseau; Helen Parkhurst, Isaac Kandell, Harold Rugg e Carlerton Washburne do Teachers

---

A educação da consciência moral consiste principalmente, nas crianças, em narrativas que provocam nelas reações espontâneas, autênticos juízos de valor que, repetindo-se e acentuando-se, acabam por ligá-las entre si e com os outros. É esse o objetivo da “leitura da noite” da maior parte das escolas novas. 30. A educação da razão prática consiste principalmente, nos adolescentes, em reflexões e em estudos sobre as leis naturais do progresso espiritual, individual e social. A maior parte das escolas novas observam uma atitude religiosa não confessional ou interconfessional, que acompanha a tolerância em relação a diferentes ideais, desde que incarnem um esforço em vista do crescimento espiritual do homem” (Alves, 2010).

College, esse último, onde Anísio realizou o seu Mestrado nos EUA (Vidal; Rebelo, 2019).

Desse modo, já se evidencia a influência da Educação Nova na Europa, na América Latina e, da mesma forma, esse novo modelo de pensar em educação já se expandia na América do Norte, com o filósofo norte-americano John Dewey no *Teachers College*, o qual começou a divulgar sua filosofia da experiência desde 1896, baseada no pragmatismo da Escola de Chicago.

### **3.2 John Dewey e a Escola Nova norte-americana**

De início, cabe uma apresentação do educador de Anísio Teixeira do *Teacher's College*", na Universidade de Colúmbia, o filósofo norte-americano John Dewey. Dewey nasceu em 20 de outubro de 1859, na cidade de Burlington, no nordeste dos Estados Unidos, proclamado o "filósofo mais importante da primeira metade do século XX (Westbrook; Teixeira, 2010, p. 11). Ele viveu em meio aos fervores dos acontecimentos históricos e culturais, pois, durante a sua vida, assistiu às fases do capitalismo pelas quais o seu país atravessou. Ele nasceu praticamente numa Guerra Civil do fim no século XIX, presenciou "a Revolução Russa, a crise de 1929 e o início e o fim de duas guerras mundiais" (Galter; Favoreto, 2020, p. 3). Faleceu em 1º de junho de 1952, na cidade de Nova Iorque, aos 91 anos de idade.

Dewey se tornou doutor em Filosofia pela Universidade John Hopkins, na cidade Baltimore, no Estado de Maryland. Em 1884, começou a lecionar em universidades. Na primeira delas, a de Michigan, lecionou para "Robert Park, um dos principais docentes do Departamento de Sociologia, que fez parte da chamada 'primeira geração' da Escola Sociológica de Chicago" (Vieira; Karpinski, 2020, p. 3), o que evidencia o seu forte contato com o pragmatismo. Depois, segundo Westbrook e Teixeira (2010), ele lecionou na Universidade de Chicago, no período de 1894 a 1904, onde fundou uma escola primária experimental, desenvolvendo a abordagem pragmatista, sendo esta difundida pela Escola de Chicago através de Dewey:

O movimento da Escola de Chicago baseou-se, em grande medida, nas concepções de Dewey. Por isso, pode-se dizer que o "seu" pragmatismo considera o meio social como um todo, além das experiências individuais, para a realização de estudos que resultam em

produtos e serviços de utilidade social. A importância dada ao ambiente social como um fator determinante na vida do indivíduo possui relação com o legado durkheimiano, também presente nas bases que constituem o movimento da Escola de Chicago (Vieira; Karpinski, 2020, p. 4).

Nesse sentido, frisamos que, para Dewey, assim como foi para Durkheim<sup>9</sup>, o meio social é a base dos seus estudos, sendo o comportamento do homem a chave do sucesso. Nesse sentido, a educação é o instrumento que irá proporcionar ferramentas que atinjam a coesão social e a solidariedade nos compromissos das concessões mútuas. Para que ocorra essa verdadeira vida social harmônica, de sistema solidário com ações de vida coletiva, Dewey defende uma educação de qualidade com total ajustamento social.

Diante do seu interesse em estudar as sociedades, Westbrook e Teixeira (2010) informam que ele viajou para diversos países, como Inglaterra, Rússia, Turquia, Japão e México, viagens essas que foram prolongadas, o que lhe deu conhecimento para lecionar na Universidade da Columbia, no período de 1905 a 1930, no *Teachers College*, e desenvolver uma filosofia que advogava na perspectiva de unidade entre democracia e liberdade. Segundo as palavras do próprio Dewey:

O espírito liberal tem sua ideia própria do plano que se requer: uma organização social que torne possível a liberdade efetiva e a oportunidade do crescimento individual da mente e do espírito de todos os indivíduos (Dewey, 1970, p. 60).

Esse ideal liberal pragmático ou instrumental do americano Dewey é a possibilidade de o sujeito se desenvolver através da educação. Além disso, ele defendia que “o governo podia e devia ser um instrumento para assegurar e estender as liberdades dos indivíduos” (Dewey, 1970, p. 18). Ou seja, o Estado seria o garantidor da educação pública, obrigatória, laica e para todos. Educação esta de caráter universal, sem exceção quanto ao seu alcance. As ideias educacionais de Dewey estão

ligadas a uma concepção fortemente individualista (aqui entendida no sentido de radicalmente individualizante) do sujeito humano, focada na autonomia e na possibilidade pessoal de escolha, fato que, para

---

<sup>9</sup> “Com efeito, os direitos dos indivíduos, tanto sobre si mesmos como sobre as coisas, só podem ser determinados graças a compromissos e a concessões mútuas, pois tudo o que é concedido a uns é necessariamente abandonado pelos outros” (Durkheim, 1999, p. 95).

Dewey, traduzia a verdadeira liberdade (Ghiraldelli Júnior, 2021, p. 227).

Dewey defendia a ideia humanística como engrenagem central, pois percebia que desde “os tempos mais remotos havia um reconhecimento que provinha da ação e da prática, que era empírico e experimental, e que funcionava” (Teixeira, 1971, p. 141). Isto é, a aprendizagem para a prática não partia da simples observação e imitação do outro, mas sim, de toda uma cadeia lógica daquilo que, de fato, faz sentido e funciona.

Assim, no exemplo mais simples do início da humanidade, do simples atrito entre dois pedaços de madeira na produção do fogo, e o seu longo percurso de utilização até os dias atuais. Nessa marcha do empírico e experimental, que acompanha a humanidade no seu processo evolutivo, afirmava que a filosofia “transforma-se, modifica-se, reconstruindo-se, à medida que o homem opera” (Teixeira, 1971, p. 145). Nesse sentido, a filosofia se refaz e se transforma e/ou evolui na medida da experiência da civilização e/ou de cada grupo opera.

Essa filosofia da experiência à qual Dewey se refere é a de valor educativo, a que produz o *continuum experiencial*, ou seja, que produz hábitos, em vista dos novos conhecimentos obtidos. Estes, por sua vez, são “a formação de atitudes tanto emocionais, quanto intelectuais” (Dewey, 1976, p. 28). Por isso, a experiência, para Dewey, não pode ser meramente fisiológica, mas, surtir efeitos nas condições diárias na vida social através das suas ações em sociedade. Logo, sua educação calcada na experiência tem um fim no aprendizado social e intelectual contínuo.

Esses novos hábitos produzem um crescimento moral e intelectual, já que de acordo com os novos aprendizados, acionam no indivíduo “o princípio de continuidade de experiência, pois, toda e qualquer experiência toma algo das experiências passadas e modifica [...] as experiências subsequentes” (Dewey, 1976, p. 26). Nessa esteira, a experiência direcionada possibilita uma cadeia lógica de transmissão que “efetua-se por meio da comunicação – dos mais velhos para os mais novos – dos hábitos de proceder, pensar e sentir” (Dewey, 1979, p. 3). Uma transmissão daquilo que é importante e faz parte da manutenção do grupo social, uma “reeducação perpétua” (Westbrook; Teixeira,

2010, p. 41), que proporciona a renovação dos conhecimentos, de forma progressiva, direcionada de acordo com os interesses sociais.

Para que isso ocorra, Dewey (1976) defende que a educação deve ser direta e formal desde a infância. A educação direta no sentido de direção daquilo que será aprendido, fincada na intencionalidade formativa de uma educação integrada com a realidade social. Intenção essa que estaria presente tanto no direcionamento da experiência educativa como na ação do próprio indivíduo, pois, somente ela gera o esforço necessário e consciente na direção da reconstrução da experiência (Lima, 2011), desde a infância, devido a sua imaturidade e seus “impulsos inatos” (Westbrook; Teixeira, 2010, p. 15), que são excelentes pontos de partida para a aprendizagem, em virtude da sua docilidade e natureza espontânea.

Dewey (1976) atribui valores significativos à educação em sua obra *Democracia e educação*, classificando-a com os seguintes verbos: dirigir, conduzir, elevar, formar e modelar, esse é o papel da educação, a sua função social, com o importante papel de conduzir, moldar, formar os pensamentos, os comportamentos, os gostos. Conforme Westbrook e Teixeira (2010), o indivíduo e o meio social são dois fatores harmonicamente ajustados, por isso a preocupação de Dewey (1976) de educar os sujeitos para viver em coletividade. Portanto, cabe à educação, através da escola, criar condições favoráveis para formar esse sentimento democrático no sujeito.

Nessa perspectiva, a escola tem a “função de coordenar, na vida mental de cada indivíduo, as diversas influências dos vários meios sociais em que ele vive” (Dewey, 1979, p. 23). Isso significa que a educação formal deve reconhecer que o meio social e o meio escolar precisam estar harmonicamente ajustados. Nessa lógica, a escola funciona como uma espécie de comunidade em miniatura, pois é o *locus* da realidade dos estudantes, o que faz sentido construir nela as práticas da vida democrática que se deseja para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, a escola, para Dewey (1976), é a oficina real na qual se prepara o indivíduo para a sociedade de forma progressiva, pois ele entende que a capacidade humana de aprender é ilimitada, devido ao poder da plasticidade, humana que “é a permanente capacidade de adquirir novos hábitos, ou de aperfeiçoar os que já possuímos” (Westbrook; Teixeira, 2010, p. 53). Portanto, a

escola tem o papel fundamental na renovação intelectual do homem, no aperfeiçoamento dos hábitos e na reeducação permanente do viver social.

Ao entender que a educação permitia tais benesses, ele defende que a escola é o instrumento para a formação de uma sociedade democrática, educando, desde a infância, a “consciência de pertencimento à sociedade” (Westbrook; Teixeira 2010, p. 20).

Diante de tais perspectivas, Dewey (1967) defende como método aprender pela experiência, ou seja, um novo conhecimento para uma nova forma de comportamento, e, com isso, possibilitar ao indivíduo ser capaz de produzir uma nova ação. Por essa razão, a “[...] educação é um processo direto da vida, e a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida” (Dewey, 1967, p. 7).

### **3.3 O novo pensar em educação face à educação tradicional**

A Escola Nova não se refere apenas “a um determinado sistema escolar, mas a um conjunto de princípios” (Nogueira, 1986, p. 27). Esses princípios que regem toda a sua ação educacional, que dá um novo sentido para a escola, foi criado e pensado no intuito de rever os problemas, as lacunas e os insucessos do ensino tradicional, no tocante àquilo que não foi alcançado, ou mesmo do que não foi ofertado em termos de educação e aprendizagem.

Esse movimento surge como um descontentamento com a educação tradicional, aquela que foi proclamada pela modernidade na formação de um sujeito autônomo, livre, superior, correto, virtuoso e justo, através da escola (Lima, 2002). Por ser alicerçada no poderio burguês para que os seus interesses políticos e econômicos fossem alcançados, ela deixou de observar os interesses dos vulneráveis, o que permitiu o desnivelamento das classes sociais e assimetria socioeconômica.

Isso ocorreu porque a educação tradicional parou no tempo, “a escola tradicional era a réplica da sociedade velha que estamos vendo desaparecer” (Teixeira, 1930, s.p), precisando sofrer um processo de renovação, em virtude do novo caminho civilizatório. A escola nova “precisa dar à criança não somente um mundo de informações singularmente maior do que o da velha escola” (Teixeira, 1930, s.p), mas também “cabe o dever de aparelhar a criança para ter

uma atitude crítica de inteligência: para saber julgar e pesar as coisas” (Teixeira, 1930, s.p), com a devida “hospitalidade, mas sem credulidade excessiva; para saber discernir na formidável complexidade da integração industrial moderna” (Teixeira, 1930, s.p). A escola precisa preparar o indivíduo para essa nova sociedade participativa e democrática, para que saiba lidar sadiamente com as demandas coletivas e tenha controle emocional para a vida em coletividade.

Diante desse clamor por uma nova educação, em vista do fracasso do projeto civilizador da educação tradicional, surge o “surto do que se chama de educação nova e escola progressiva é ele próprio o resultado do descontentamento com a educação tradicional” (Dewey, 1976, p. 4). O Movimento pela Escola Nova pauta-se numa educação “transformadora, como se transformam todas as instituições humanas, à medida que lhe podemos aplicar conhecimentos mais precisos aos fins e meios a que se destinam” (Teixeira, 1971, p. 26). Busca-se o homem com conhecimento suficiente para servir à sociedade, acompanhando as mudanças, já que ela é um organismo vivo e constantemente se transforma.

Nessa perspectiva de servir à sociedade, a educação deverá formar um sujeito hábil a novas experiências da vida e articulado, já que a educação tradicional não proporciona, pois é o caráter da experiência da educação tradicional ser defeituosa e, sobretudo, seus resultados serem infrutíferos com as experiências futuras. Isso acontece porque a educação tradicional é alicerçada em um modelo hierarquizado, com imposições de padrões e matérias de estudos elaboradas com métodos daqueles que possuem o pensamento já amadurecido, impostos aos sujeitos que ainda estão em crescimento e amadurecimento, o que ocasiona um ensino enfadonho, sem mudanças significativas para uma sociedade que, em regra, está em desenvolvimento (Dewey, 1976).

Por sua vez, a Educação Nova visa “ao cultivo da individualidade; [...] a atividade livre; a aprender por livros e professores, aprender por experiência” (Dewey, 1976, p. 6). Trata-se de uma filosofia da educação centralizada na valoração do desenvolvimento do aluno, na construção das suas experiências pessoais, e não centralizada na autoridade do professor, como na educação tradicional autocrática.

Outro problema apontado pelo autor é a educação tradicional ignorar a interação do indivíduo com a vivência em sociedade, pois, ao longo do dia, vivemos “uma série de situações [pois] “interação e situação são inseparáveis um do outro” (Dewey, 1976, p. 36). Nesse sentido, o conteúdo transmitido na escola precisa estar interligado com as situações do dia a dia, “a escola precisa acompanhar o avanço ‘material’ de nossa civilização e preparar uma mentalidade que moral e espiritualmente se ajuste com a presente ordem das coisas” (Teixeira, 1930, s.p.). Porém, na educação tradicional, “o mundo se divide”, pois, as ociosas matérias ensinadas em sala de aula não são adaptadas às necessidades reais do sujeito, que são estudadas para que “em algum tempo futuro tenham efeito” (Dewey, 1976, p. 38-41). Logo, não habitua o sujeito ao meio em que vive, e sim, para um tempo futuro e incerto.

Diferentemente do que a Educação Nova pensa, “o presente afeta sempre, de qualquer modo, o futuro” (Dewey, 1976, p. 61). Para isso, a educação é um processo constante, contínuo, que visa sempre ao presente, nessa proposta a educação é ordenada num espírito coletivo de caráter social. Opostamente, a educação tradicional é presa pelo “ficar quieto”, “o silêncio” e no “caráter não social” (Dewey, 1976, p. 61). Claro que é necessário para o ser humano um período de memorização e reflexão em silêncio para assimilação daquilo que está sendo aprendido, pois “a liberdade de movimento é também importante como meio de manter a saúde física e mental” (Dewey, 1976, p. 61). Essa liberdade é fundamental para adquirir autodomínio nos seus desejos e impulsos, pois uma educação com restrições não contribui na formação integral do sujeito.

Para garantir tal liberdade, o educador na Educação Nova precisa estar atento “às condições físicas e sociais do ambiente” (Dewey, 1976, p. 32) que rodeiam o aluno. Além disso, velar o seu direcionamento, observando-o e auxiliando-o inteligentemente, dando-lhe sugestões, apontando o ponto de partida para o desenvolvimento da aprendizagem com comunicação e inteligência social, de maneira recíproca aluno-professor. Segundo Teixeira (1930), educar é uma arte tão prazerosa que não se pode ficar acorrentada a métodos de imposição, pois alunos e professores necessitam de liberdade e fluidez na aprendizagem.

Essa fluidez significa, por exemplo, liberdade de pensar do aluno, sua participação em sala de aula. Perspectiva essa que difere da educação tradicional, pois para esta basta um simples “ambiente escolar de carteiras, quadro-negro e um pequeno pátio” (Dewey, 1976, p. 32). Não exige que o professor tenha familiaridade com a comunidade local e muito menos a preocupação com a interação do aluno a sua realidade, o que demonstra que a Educação Nova “sempre será mais difícil de se conduzir” (Dewey, 1976, p. 33), já que possui a responsabilização com a interação do aluno com a sua realidade social. Nesse caso, para o processo de aprendizagem, não bastará apenas um ambiente restrito a carteiras, quadro-negro e pátio.

Nessa lógica da aprendizagem, o currículo na Educação Nova também é diferenciado. Com relação a disciplinas como: “aritmética, história, geografia e ciências naturais, há de derivar de materiais que inicialmente se encontrem dentro da área de experiência da vida comum” (Dewey, 1976, p. 41-42), já que o princípio fundamental da Educação Nova é a conexão com a experiência de vida, o importante é o presente na preparação para as novas ideias que contarão no futuro

Por isso uma educação descentralizada, porque visa à realidade local. Assim, o processo de aprendizagem nas experiências do dia a dia, de acordo com os processos químicos no preparo da refeição, do cotidiano do campo, “nos processos de produção e distribuição” (Dewey, 1976, p. 82-83). Uma nova educação que realmente visa ao aproveitamento das disciplinas comuns entrelaçadas com o cotidiano do aluno, proporcionando-lhe novas experiências científicas com aquilo que realmente é palpável, com bens e serviços que estão ao seu redor, na vida em coletividade.

Essa Educação Nova centralizada na experiência científica, social e moral, obviamente conduzirá a sociedade “a uma ordem social” (Dewey, 1976, p. 84) de sujeitos com hábitos mais inteligentes e melhor capacidade para as suas escolhas políticas, tanto de cunho privado (interesses particulares) quanto de cunho público (interesses coletivos). Nesse viés, “lembramos que estamos passando de uma civilização baseada em uma autoridade externa, para uma civilização baseada na autoridade interna de cada um de nós” (Teixeira, 1930, s.p.). Se é dada a oportunidade de o homem estudar, pensar, participar e ser livre no meio em que vive, é-lhe permitida a magnificência de viver.

Essa nova perspectiva de educação, a de descontentamento com a educação tradicional, chega ao Brasil graças aos jovens intelectuais brasileiros adeptos do Movimento pela Escola Nova como “Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Fernando Azevedo (Distrito Federal, 1928), Lourenço Filho (São Paulo, 1930; Ceará, 1923), Francisco Campos (Minas Gerais, 1927), Sampaio Dória (São Paulo, 1920) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1930)” (Ghiraldelli Júnior, 2021, p. 42).

Esses educadores deram início ao Movimento pela Escola Nova no Brasil, configurando um novo pensar na educação frente à nova realidade brasileira, na perspectiva do pragmatismo norte-americano de John Dewey e da Democracia Liberal. A partir de então, o sonho de uma educação para a democracia passou a ser assunto prioritário para a reforma nacional na vida do intelectual Anísio Teixeira.

### **3.4 Anísio Teixeira frente ao seu sonho possível: o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova de 1932**

O contexto brasileiro do início do século XX não era dos melhores, pois o país era capitalista e apresentava a divisão social do trabalho nos meios de produção, com estratificação social<sup>10</sup>, desigualdades socioeconômicas, marcado pelo surgimento da classe média e uma República federativa descentralizada e conservadora. A educação, no início do século, era pautada no “imaginário republicano, a escola é emblema da restauração da nova ordem [...] projeto dos cafeicultores paulistas de criação de uma sociedade branca, imigrante, estratificada em camadas, com direitos e deveres diferenciados [...]” (Hilsdorf, 2017, p. 60).

De acordo com Lemme (2005), existiam poucas escolas públicas, estas frequentadas por famílias de classe média. A classe abastada gozava do ensino doméstico por professores estrangeiros ou frequentava escolas particulares nas modalidades de semi-internato ou internato, nas capitais. E no meio rural

---

<sup>10</sup> “Simplificando, poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens” (Weber, 1974, p. 226).

existiam precárias escolinhas rurais, com professores sem sequer formação profissional, com uma taxa de analfabetismo exorbitante<sup>11</sup>.

Diante desse cenário nacional, Anísio via a necessidade de uma revolução cultural que mudasse os hábitos e os costumes dos brasileiros. Em 1930, um ano após a sua vinda dos Estados Unidos da América, ele publica dois ensaios de John Dewey: “A criança e o interesse escolar” e “Interesse e esforço”, reunidos na obra *Vida e Educação*, mostrando assim a sua preocupação com a educação brasileira, evidenciando aquilo que ele esperava para o Brasil.

Devido a todo esse descontentamento no campo educacional, surge o entusiasmo pela educação, que visa à multiplicação das instituições de ensino no país, em caráter quantitativo, com o intuito de desanalfabetizar o povo, e o engajamento pela educação, visando também à qualidade da educação. Este engajamento pela educação era baseado no pragmatismo americano de John Dewey, na perspectiva da Escola Nova. A partir de então, intelectuais como Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira propuseram o Movimento pela Escola Nova, que propunha uma realidade educacional, sem segregação social, adequando a escola à nova realidade urbano-industrial brasileira.

Essa renovação também está ligada aos costumes e aos hábitos, “a velha ordem preestabelecida seja ela religiosa ou tradicional, não lhe merece já respeito” (Teixeira, 1971, p. 30). Em meio às novas demandas da sociedade brasileira, dadas pela industrialização, impôs-se a notória emergência na padronização formativa do indivíduo/sujeito social, exigindo assim qualidades como: mais liberdade, mais inteligência, mais compreensão, agilidade, hospitalidade e tolerância.

Como Dewey, Anísio vê a questão democrática como essencial para tal façanha, pois “um novo modo de vida exige o exercício de dois deveres; personalidade e cooperação” (Teixeira, 1971, p. 35). O primeiro, está baseado na autonomia, no pensamento decisório, e o último, se baseia no pensamento coletivo. Os frutos da mudança supracitada necessitam de uma nova escola que reproduza o que a sociedade necessita para a coesão social.

---

<sup>11</sup> Devido aos altos índices de analfabetismo pela insuficiência do atendimento elementar, surge um entusiasmo pela educação (crença, que pela multiplicação escolar, será possível um progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo) como bem salienta Hilsdorf (2017). Lemme (2005), por sua vez, informa que, a cada 100 brasileiros, somente 16-17 sabiam ler, num total de 14.333.915 habitantes.

Para alcançar tais benesses, viu-se na educação os instrumentos para atender às novas demandas que esse novo organismo dinâmico requer, através da escola que “é retrato da sociedade a que serve” (Teixeira, 1971, p. 37).

À escola é imposta a responsabilidade de promover a verdadeira prática democrática, preparando o sujeito desde a infância com os hábitos morais e sociais necessários, ser bom, tolerante, serviçal, operoso, crítico, inteligente e forte (Teixeira, 1971, p. 30-40). Como bem elucida Anísio, num princípio que toma de Dewey, não se educa para a vida e sim na própria vida para a prática da democracia liberal.

Para isso, a educação brasileira deveria ser pautada em princípios básicos, a saber: não haver separação entre vida e educação, desenvolver a capacidade de pensar para poder decidir com acerto, num ambiente escolar que, de fato, tal como compreendia Dewey, é a própria sociedade em miniatura. Observamos que a educação nova é pensada para servir à sociedade brasileira do seu tempo, pois, possui função social e política, preza pela inteligência (uso da ciência) e democracia (para todos), é voltada para gerar oportunidades sociais, capacitando o homem em busca de uma possível equalização social, ou seja, uma mudança do quadro socioeconômico da época.

Diante da urgência na mudança do quadro socioeconômico brasileiro, o primeiro terço do século XX é marcado pela chegada de Getúlio Vargas ao Governo Federal, em 1930, que teve como objetivo uma mudança no sistema político nacional, com a queda das velhas oligarquias<sup>12</sup>, da República Velha e da vigência da primeira Constituição Republicana, de 1891, além de uma busca na mudança do cenário nacional, com a queda dos coronéis do café, do governo descentralizado, alimentado pelo voto de cabresto<sup>13</sup>.

A “Revolução” de 1930 proporcionou a posse de Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, dando início ao 1º período do seu governo (1930-1934). Em 1931, o Brasil estava no processo de uma nova Constituinte. Anísio, que

---

<sup>12</sup> Essa família branca rural foi para o meio urbano, porém, dotada de poder, resultando numa sociedade em que predominou os “sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, invasão do público pelo privado, do estado pela família” (Holanda, 2002, p. 82).

<sup>13</sup> Voto de cabresto – compra de votos com o intuito de controlar o processo eleitoral praticado pelo coronelismo. O coronelismo, capanguismo, o voto de cabresto, as eleições de bico-de-pena, as atas falsas, o manipulado reconhecimento de poderes. “Uma justiça tarda e tendenciosa e outras muitas manifestações de atraso em que vivia o país” (Lemme, 2005, p. 166).

colocava em primeiro plano a educação foi convidado pelo Ministro Francisco Campos para trabalhar no recém-criado Ministério da, o qual aceitou de imediato, utilizando a oportunidade para enviar ao Ministro algumas notas escritas sobre a chamada “Reforma Francisco Campos”<sup>14</sup> (Viana Filho, 1990, s.p.). Com isso, chegou ao cargo de auxiliar do ministro da Educação.

Esse período foi marcado pela busca da redefinição educacional, com a publicação de vários decretos, inclusive a criação do Ministério da Educação e Saúde e a modernização do ensino secundário brasileiro, pelo Ministro Francisco Campos. Na visão de Paschoal Lemme, esse foi um momento propício que oportunizou, em dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, a 4ª Conferência Nacional da Associação Brasileira de Educação (ABE), com o tema “As grandes diretrizes da educação popular”, que neutralizou a influência católica na educação, já que esta era a associação entre os liberais e o movimento revolucionário, contando com a presença do chefe de governo, Getúlio Vargas.

**[...] Disse aos educadores presentes que os considerava convocados para encontrarem uma “fórmula feliz” com a qual fosse definido o que ele denominou de “o sentido pedagógico” da Revolução de 1930, que o Governo se comprometia a adotar na obra em que estava empenhado de reconstrução do País** (Lemme, 2005, p. 171, grifos nossos).

Tendo em vista o aval do presidente da República ratificando o seu compromisso com a educação, isso resultou na elaboração de um documento, a seu pedido, traçando “as diretrizes de uma verdadeira política nacional de educação e ensino, abrangendo todos os seus aspectos, modalidades e níveis” (Lemme, 2005, p. 171), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em março de 1932.

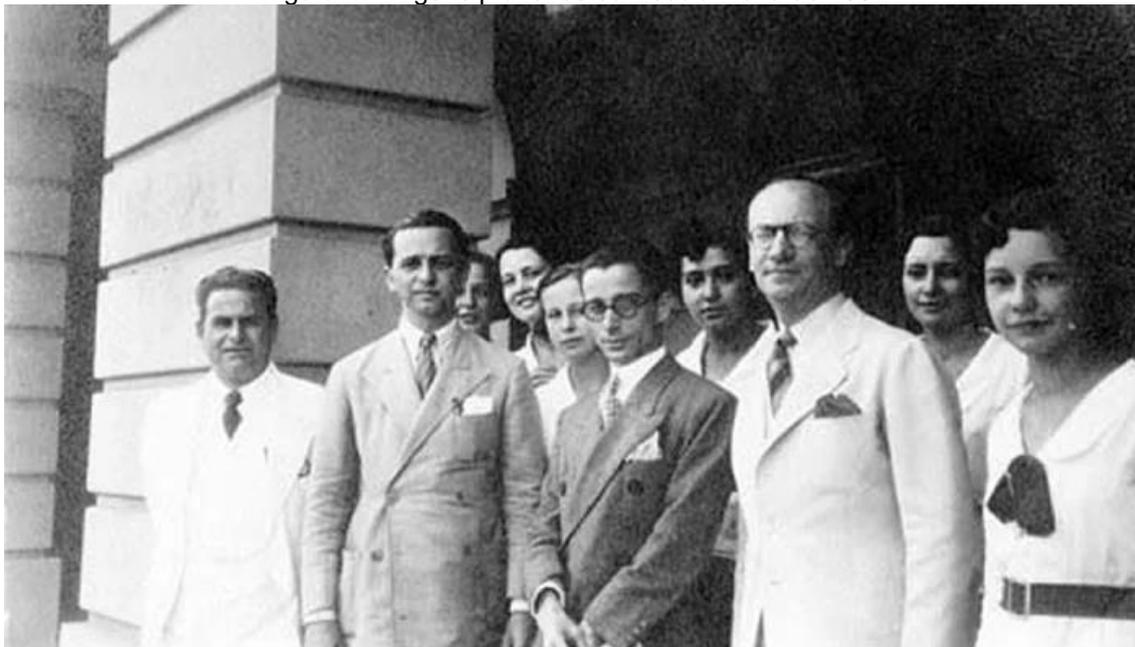
Já para a historiografia atual a versão de Paschoal Lemme está equivocada, de acordo com Carvalho (1989), na 4ª Conferência Nacional da ABE, o Governo de fato pede aos conferencistas nela reunidos a fórmula feliz e o conceito de educação, porém, naquela ocasião, Nóbrega da Cunha interveio

---

<sup>14</sup> Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, criação do Ministério da educação e Saúde; Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, criação do Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, ele dispôs itens regulamentando e organizando o ensino superior no Brasil, adotando o chamado “regime universitário”; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, organizou a Universidade do Rio de Janeiro e organizou o ensino secundário; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador e outras pelo Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931); Consolidou as regulamentações sobre o ensino secundário com o Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1931.

na reunião e evidenciou ao governo a concepção educacional dualista (educação para as elites e educação para o povo) dos conferencistas. O que provocou o abandono da bancada católica na ABE, e, no ano seguinte, a criação da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). Assim, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 foi uma oportunidade política da época, já que a ABE tinha *status* político e credibilidade.

Figura 4 – Alguns pioneiros da Escola Nova de 1932



Fonte: Sales (2011)

Na imagem anterior, temos, à frente, da esquerda para direita Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles, num registro de imagens em suas reuniões acerca da educação brasileira. O importante a saber é que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 foi dirigido ao povo e ao governo, redigido por Fernando de Azevedo, composto de 26 signatários, como: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles, Roquete-Pinto, Afrânio Peixoto, entre outros.

O Manifesto tem conteúdo programático, pautado no pensamento pragmático de Comte, Durkheim e Dewey, em prol da “reconstrução social do país pela reconstrução da escola” (Lemme, 2005, p. 171-172), através da linha pedagógica da Escola Nova, que visava à preparação da própria população no processo de desenvolvimento, com caráter democrático, na igualdade de oportunidades para todos, independentemente de classe e sexo.

Além disso, a educação aparece como direito primordial, instrumentalizada pela escola pública, obrigatória, leiga, coeducadora e descentralizada, de acordo com a realidade de cada região e na defesa da “escola socializada [no intuito de] reestabelecer entre os homens o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação” (Ghiraldelli Júnior, 2021, p. 52).

O documento também previa a educação na modalidade integral, a escola secundária em caráter flexível, para atender às demandas de todo o povo, voltada para a educação técnica profissional com base na economia nacional. Ele entendia que as universidades deveriam ser aparelhadas, conforme a necessidade de seus institutos. Além disso, propunha a criação de instituições com assistência física e psíquica (pré-escola e complementares), compostas por médico, dentista e com colônia de férias, com uma administração pautada na eficiência administrativa e na inclusão educacional para todos com necessidades especiais.

Tal inspiração democrática do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, deu suporte para que o pensamento democrata liberal inserisse a educação na Constituição Federal de 1934 (CF/34) como direito fundamental, transmitindo claramente ao chefe de Governo da época o lugar e a importância que a educação tem na reconstrução do país. Isso levou em 1º de novembro de 1932, através do Decreto nº 22.040, à designação de “uma comissão para elaboração do anteprojeto de Constituição” (Ghiraldelli Júnior, 2021, p. 83) para o Governo Provisório. Nesse liame, a Associação Brasileira de Educação elaborou um estudo de caráter nacional relativo à educação. No entanto, se transformou “numa proposta de anteprojeto para o capítulo sobre educação na Constituição” (Ghiraldelli Júnior, 2021, p. 84).

O anteprojeto “O problema educacional e a nova constituição” foi assinado por Fernando Azevedo<sup>15</sup> e Anísio Teixeira<sup>16</sup> e traçava ideários liberais a respeito da educação democrática, leiga, humana, geral, gratuita, para todos, igualitária,

---

<sup>15</sup> Presidiu a Comissão dos 32, composta pelos delegados representantes de cada Estado, que referendou os estudos da comissão dos 10, “transformando o estudo na proposta de anteprojeto para o capítulo sobre a educação da Constituição de 1934” (Ghiraldelli Júnior, 2021).

<sup>16</sup> A Associação Brasileira de Educação (ABE), na sua Conferência Nacional de Educação, em 1932, em Niterói, com apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro, formou a Comissão dos 10 para elaborar um estudo sobre a educação, em âmbito nacional, contemplando as três esferas de governo, presidida por Anísio Teixeira (Ghiraldelli Júnior, 2021).

destinada à formação do homem e do cidadão, sem restrição ou diversificação religiosa (Ghiraldelli Júnior, 2021).

Assim, a educação foi, pela primeira vez, inserida no texto constitucional de 1934, com condão democrático liberal, no capítulo II, Título V, nomeado “educação e cultura”, composto por 11 artigos. Vejamos o artigo 149:

**A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana** (Brasil, 1934, art. 149, grifos nossos).

Na leitura do referido artigo, fica claramente denotado que a constituinte, ao transmitir “direito de todos [...] a estrangeiros domiciliados no país”, se baseou no pensamento democrático liberal, assim como previa o Manifesto do Pioneiros da Educação, com a ideia de educação para todos, independentemente da classe e sexo. Da mesma maneira, quando nos diz “Ministrada pela família e pelos Poderes Públicos”: educação pública e obrigatória.

Adiante, quando o texto constitucional diz: “Possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação”, identificamos nesse trecho a responsabilidade de promover a verdadeira prática democrática, oportunizando desde a infância a preparação dos hábitos morais e sociais do sujeito social, como: ser bom, tolerante, serviçal, operoso, crítico, inteligente e forte, como também formadora de profissionais qualificados para o trabalho. Ao transmitir que a educação “desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”, ratifica a ideia de coesão social e progresso, no pensamento positivista durkheimiano.

A ideia democrática proporcionou a adoção do princípio da isonomia no texto constitucional de 1934. O artigo 113, inciso I, nos diz: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas” (Brasil, 1934). Outra inovação, os recursos para a educação são vinculados constitucionalmente em percentuais expressos no texto legal. O artigo 156 do dispositivo legal esclarece:

A União e os Municípios aplicarão **nunca menos de dez por cento**, e os Estados e o Distrito Federal **nunca menos de vinte por cento**, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos (Brasil, 1934, grifos nossos).

Mais uma conquista brasileira, foi esse artigo que é a gênese da vinculação dos recursos para a educação, pois, pela primeira vez, são estipuladas alíquotas mínimas destinadas ao financiamento público da educação. Tal recepção constitucional foi realizada através dos esforços da ABE, que indicou os fixadores percentuais ao texto legal referentes aos impostos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, segundo aponta Ghiraldelli Júnior (2021). O artigo 157, por sua vez, complementa o assunto, estipulando a origem dos recursos para a educação:

**A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.** § 1º As sobras das dotações orçamentárias, accrescidas das doações, percentagens sobre o producto de vendas de terras públicas, taxas especiaes e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiaes, que serão applicados exclusivamente em obras educativas determinadas em lei. § 2º **Parte dos mesmos fundos se applicará em auxílios a alumnos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistencia alimentar, dentaria e médica, e para villegiaturas** (Brasil, 1934, grifos nossos).

A Constituição de 1934 determinou a formação de um fundo reservado para a educação e o nascimento das políticas assistenciais previstas no §2º do Art. 157, como: auxílios para materiais escolares gratuitos a quem necessita, bolsas de estudo, assistências alimentar, médica e odontológica.

Logo, como podemos observar, a educação foi pautada na igualdade pelo princípio da isonomia, símbolo da democracia no direito de todos, incluindo a visão de acesso e permanência escolar, além da saúde e alimentação. Essa perspectiva se dá por Anísio entender que, primeiramente é necessário instruir para obter os resultados, isto é, era fundamental lutar pelo acesso de todos, pois quanto mais indivíduos capacitados na educação por meio da experiência e da ciência, maior será a expectativa de sujeitos dotados de inteligência e de caráter necessários à vida democrática (Lima, 2011).

De acordo com a visão de Anísio, “aprendemos, quando assimilamos uma coisa de tal jeito que, chegado o momento oportuno, sabemos agir de acordo com o aprendido” (Lima, 2011, p. 234). Isso nos permite observar que a ideia de educação da Constituição de 1934 tem influência dos preceitos da teoria deweyana presente no que defendeu o Movimento pela Escola Nova, que defende a educação como garantia constitucional para o alcance de todos, proporcionando a liberdade do homem ser de fato livre, social, intelectual e moralmente apto, independentemente da sua classe social.

A Constituição Federal de 1934 abriu espaços democráticos no campo da educação nunca vistos no Brasil. É certo que mesmo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 não tendo sido acolhido na íntegra, podemos perceber sua forte influência no texto constitucional. A partir de então, inicia-se o marco da garantia constitucional do direito à educação pública brasileira. O das “oportunidades iguais de desenvolvimento e de participação social”, ou seja, acesso dos sujeitos à educação para o desenvolvimento das suas capacidades, na busca da participação efetiva na sociedade. O que Anísio entende ser inevitável numa sociedade moderna, pois, para ele, “Governo e vida democráticos” são condições inevitáveis para o novo tipo de vida exigido pela sociedade moderna (Teixeira, 2009, p. 29-31).

Nessa perspectiva, assim como Dewey, Anísio viu a necessidade da reorganização no trabalho escolar. Apesar de constitucionalmente estar previsto um ensino laico, obrigatório, gratuito e para todos, era necessário fazer intervenções em vários pontos do sistema educacional, como foi o caso específico da sua gestão na cidade do Rio de Janeiro. Ao se deparar com as diferenças dos tipos de escolas destinadas às suas clientelas, viu a realidade local, com a fragmentação social e a discriminação. Diante essa diversidade sociocultural, Anísio criou uma equipe com profissionais de diversas “áreas do conhecimento: a Estatística, a Psicologia, a Sociologia, o Direito, a Filosofia, a Música, a Educação Física e a Arquitetura Escolar” (Nunes, 2007a, p.158), no intuito de criar um outro olhar para educação, levando em consideração as peculiaridades locais, isto é, para além da sala de aula.

Assim, a partir desse novo movimento político que marcou a educação brasileira com a abertura democrática, Anísio viu a possibilidade com a junção dessas novas áreas do conhecimento gerar uma oferta educacional adequada,

pautada em dados científicos para educar o sujeito pô-lo apto para uma nova sociedade industrializada, em que a ciência e a cultura estariam em constantes mudanças, mas, como Anísio idealizou essa luta? O modo como Anísio pensou o modelo de educação pública para que ela formasse sujeitos aptos e esclarecidos e como pensou a atuação do Estado para o cumprimento dessa perspectiva será o tema da próxima seção.

#### 4 ESCOLA PÚBLICA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL DO SÉCULO XX NA PERSPECTIVA DE ANÍSIO TEIXEIRA

*"Como ele próprio dizia: "quando monto na asa de um pensamento, de uma ideia, eu voou nessa ideia, como se a ideia fosse uma ave, e tudo mais em volta se apaga"*

(Nascimento, 1983, s.p)<sup>17</sup>

A Constituição Federal de 1934 vigorou somente por 3 anos. A partir de 1937, instaura-se no Brasil o Estado Novo (1937-1945), novas perspectivas educacionais são impostas no país e, com isso, o educador Anísio Teixeira precisou afastar-se das trincheiras da educação, por ser intitulado um comunista. Após o período de turbulência, o Brasil entra num processo de redemocratização, a Constituição Federal de 1946 foi promulgada, vivia-se um novo ar de conquistas democráticas no país.

Devido a mudança do panorama brasileiro, Anísio percebia claramente que todo esse processo para o novo estava entrelaçado com a educação. Assim, ele aponta a educação como condição fundamental, para que de fato se efetive o processo de mudança da sociedade brasileira.

Assim, o objetivo principal desta seção é apresentar o educador Anísio Teixeira em ação. Para isso, selecionamos sustentáculos básicos de suas proposições em prol da reconstrução social a partir da escola: o Fundo de Educação, a Municipalização e a Escola Integral. Anísio destaca que a escola necessita de recursos financeiros, precisa ser descentralizada em observação ao tamanho e a diversidade cultural da unidade nacional e ter ensino integral, para criar bons hábitos nos indivíduos. A escolha dessas três categorias se dá pelo foco que adquirem para viabilizar o funcionamento do modelo educacional vislumbrado por Anísio, um intelectual não apenas do pensamento. Coerente com o pragmatismo, entende que uma boa teoria é aquela que gera consequências práticas para a sua aplicação para resolver problemas concretos.

---

<sup>17</sup> Angelina Bulcão Nascimento (1943-2013), professora do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Texto de título, *O educador Anísio Teixeira*, apresentado no I Congresso Nacional de Arte e Educação, nos dias 14 a 18 novembro de 1983, na cidade de Salvador, Bahia.

Desse modo, em sua ação prática, não apenas fundamenta teoricamente um modelo educacional, mas também reúne nesses três elementos as condições de sua execução e viabilização. Esses pontos aqui destacados são sustentados pelo educador Anísio Teixeira como estratégicos para uma verdadeira educação democrática e que, ainda hoje, são pauta de discussão, em pleno século XXI.

#### 4.1 O fundo de Educação

Na certeza de que através da educação pública os homens seriam moldados se tornando racionais, independentes e democráticos, a ponto de contribuir coletivamente no desenvolvimento social, para a coesão da ‘grande sociedade’” (Teixeira, 2009, p. 53), Anísio pensou num projeto educacional, para que de fato isso fosse possível.

Nessa perspectiva, Anísio pensava num projeto para a educação pública que iria propiciar ao Estado o desenvolvimento nacional, proporcionando a verdadeira liberdade ao sujeito ao desenvolver características necessárias para atuar na sociedade urbana, industrial, capitalista e democrática (Teixeira, 2009).

Para isso deu seus primeiros passos em prol da educação brasileira, e em seu discurso enfatizava a necessidade do Financiamento da Educação, em solidariedade entre a União e os entes federados. Sob influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, o Brasil com a Constituição de 1934 adotou a política de cooperação, regulamentada nos artigos 156 e 157, vejamos:

**Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.** Parágrafo único - **Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual** (Brasil, 1934, artigo 156 e parágrafo único, grifo nosso) (Brasil, 1934, grifos nossos).

Essa previsão legal proporcionaria um suporte financeiro à educação, em prol do seu desenvolvimento. Assim a Constituição de 1934, estipulou um valor percentual base mínima de 10% para União e municípios, e de 20% para o Distrito Federal e Estados, no investimento e manutenção das escolas, professores, compra de materiais didáticos, bolsas de estudo etc. Relembrando que nesse período constitucional, a educação era precária, então, o Fundo de

Educação serviria para também por a educação em seu lugar de destaque na importância do desenvolvimento do país (Brasil, 1934).

Infelizmente, a Constituição de 1934 vigorou somente por 3 anos, em 1937 instaura-se no Brasil o Estado Novo (1937-1945)<sup>18</sup>, instaurado o novo período Governamental no país. Anísio necessitou pedir demissão do cargo de Secretário de Educação do Rio de Janeiro, por ser considerado esquerdista. A respeito dessa questão afirma: “Conheço Marx como conheço Freud, de oitiva” (Viana Filho, 1990, s.p). A acusação estava ocorrendo só por ser contrário à nova política brasileira. Anísio deixou bem claro, em carta escrita ao Prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto (1884-1942)<sup>19</sup>, em dezembro de 1935:

Renovo a declaração, porque não é possível aceitar agora a minha exoneração sem a ressalva de que ela não envolve, de modo algum, a confissão, que se poderia supor implícita, de participação, por qualquer modo, nos últimos movimentos de insurreição ocorridos no país. Não sendo político e sim educador, sou, por doutrina, adverso a movimentos de violência, cuja eficiência contesto e sempre contestei. Toda a minha obra, de pensamento e de ação, aí está para ser examinada e investigada, exame e investigação que solicito, para que se lhe descubram outras tendências e outra significação, senão a de reconhecer que o progresso entre os homens provém de uma ação inteligente e enérgica, mas pacífica (FGV/CPDOC - Teixeira, 1935, Carta ao Prefeito Pedro Ernesto).

A situação resultou na sua demissão, por ter entendimento contrário ao momento político ao qual o país passava. Não bastou ressaltar que tinha uma carreira ilibada e exemplar de homem honesto e pacífico, a favor da democracia e da paz, por ser educador e não político. Diante disso, Anísio necessitou voltar à Bahia. A situação dolorosa para Anísio foi resumida nas palavras de Homero Pires: “você açoitado, refugiado nos sertões, por ter feito a obra mais humanista de educação do Brasil!” (Pires, 1936, Carta a Anísio).

---

<sup>18</sup> Período em que a educação foi pensada em associação com a segurança nacional no Brasil, em momentos de política autoritária, e enaltecida como instrumento eficaz de controle da nação. A vinculação de um projeto de segurança nacional à participação ativa do Exército no sistema educacional conforma a ideia de que, no Estado Novo, a educação deveria constituir-se num projeto estratégico de mobilização controlada. (Bomeny, 1999, p.141-142).

<sup>19</sup> Pedro Ernesto Batista (1884-1924), Médico pernambucano, iniciou sua trajetória política nos primeiros anos da década de 1920. Em 1933, participou da fundação do Partido Autonomista do Distrito Federal, na luta pela autonomia política da cidade do Rio de Janeiro, a capital da República, o qual, venceu as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. [...] Pedro Ernesto tanto fez pela cidade do Rio de Janeiro que foi homenageado com nome de rua, escola, hospital, medalha e, inclusive, batizou o edifício sede do Legislativo Municipal, o Palácio Pedro Ernesto (Tribunal Regional do Trabalho, website).

Nesse tempo, Anísio dedicou-se a extração e exportação de manganês, calcário e cimento, também comercializou automóveis e se empenhou na tradução de livros para a Companhia Editora Nacional (Cavaliere, 2010). Como bem desabafava no sertão baiano, ao seu amigo Lobato em carta, “meti-me em traduções. Mas, nem isso. O meu portuguezinho é uma gaiola de passarinho para o grande inglês livre e ágil dos meus autores” (FGV/CPDOC - Teixeira, 1936, Carta a Monteiro Lobato – grafia no original). Ele se achava limitado ao dedicar-se nas traduções das obras de Wells, Adler e Dewey (Tavares, 2002)<sup>20</sup>.

Com o fim do Estado Novo, em 1946, Anísio foi honrado por Julian Sorell Huxley (1887-1975)<sup>21</sup>, primeiro-secretário executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Huxley lhe envia um convite expressando: “todo mundo me garantiu que seria a melhor pessoa possível que poderíamos conseguir na América Latina para a Seção de Educação” (Huxley, 1946, s.p), ao cargo de Conselheiro de Ensino Superior. Em entrevista para Odorico Tavares (2002), Anísio conta a surpresa:

Um convite da UNESCO, do Prof. Julian Huxley, o colaborador de Wells, na 'Ciência da Vida', cientista e filósofo, veio tirar-me dos escritórios de uma firma de exportação de minérios na Bahia, para o lugar de 'Conselheiro para a Educação Superior' na UNESCO. Voltava, de novo, à atividade pública de sete anos de recolhimento na província (Tavares, 2002, s.p).

Anísio aceitou o convite somente por um período, já que preferiu ir ao Amapá, devido a descoberta do Manganês. Em suas palavras:

Resolvi deixar a UNESCO e voltar à vida privada. De Paris fui a Nova Iorque, vooi ao Amapá, para examinar as possibilidades do manganês recém-descoberto quase nas fronteiras do Brasil. Estava, porém, marcado que o ciclo que se iniciara em 1945 era de vida pública. Entre um grande projeto industrial e o convite do Sr. Otávio Mangabeira para Secretário de Educação da Bahia, que me chegou, em conferência, pelo telégrafo, fiquei com o último (Tavares, 2002, s.p).

Uma nova fase estava retornando na vida de Anísio, a vida pública. Logo, aceitou o convite de Otávio Mangabeira, governador do estado da Bahia, para

<sup>20</sup> Anísio Teixeira em entrevista concedida a Odorico Tavares em 1952.

<sup>21</sup> Julian Sorell Huxley (1887-1975), britânico, biólogo, filósofo, escritor, primeiro-secretário executivo da Organização das Nações Unidas, defensor da paz mundial, que sustentava: “los objetivos y las finalidades de las Naciones Unidas, lo que, en definitiva, equivale a atender los intereses del mundo y de la humanidad entera. [...] debe fomentar y velar por el progreso de la educación, la ciencia y la cultura, en todos sus aspectos y en la acepción más amplia de estas palabras” (Huxley, 1976, p.14).

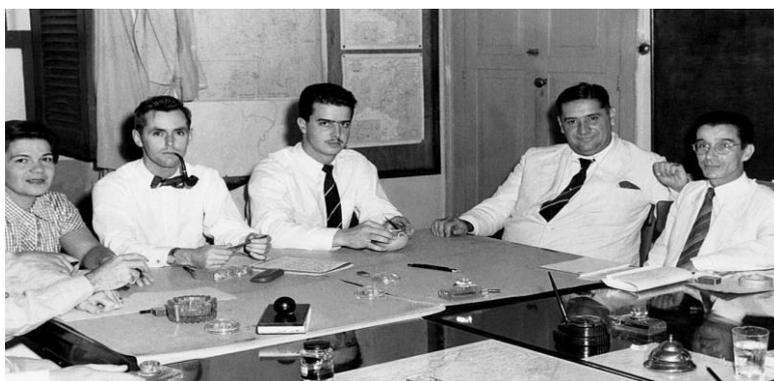
ocupar o cargo de Secretário de Educação até o início da década de 1950 (Cavaliere, 2010). Já na Bahia, como Secretário de Educação, Anísio coloca em prática o seu projeto para a reconstrução da educação pública baiana.

No seu artigo a *Autonomia para Educação na Bahia* (1947), Anísio nos revela que foi a partir da Constituição de 1946 (CF/46), que houve a grande revolução educacional no Brasil, através de duas medidas inovadoras trazidas nesse texto constitucional. Como bem elenca Teixeira (1947), uma delas foi a autonomia da educação nos Estados. Assim, “poderemos ter 21 sistemas escolares no Brasil e isto significa 21 possibilidades para ideias boas e progressivas”, com a descentralização da educação. Já a outra, “é a da percentagem votada para a educação nacional, nos Estados e nos Municípios”, ao estipular no artigo 169, a seguinte previsão legal:

**Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (Brasil, 1946, grifos nossos).**

Nesse sentido, aumentando a responsabilidade dos estados, Distrito Federal e Municípios, em destinar 20% para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Para Anísio, essa medida revela uma “nova consciência democrática expressa na Constituição Federal” (Teixeira, 1947, s.p). Diante dessa possibilidade de autonomia dos estados, Anísio revestido do seu cargo de Secretário de Educação, propôs para a Constituição do Estado da Bahia de 1947 um projeto educacional que previa a criação do Conselho Estadual de Educação e Cultura, o Fundo de Educação e a Lei Orgânica do Ensino.

Figura 5 – Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia (1947–1950)



Fonte: Pierro, 2021 [Anísio, o primeiro da direita para a esquerda]

A foto registra uma de suas reuniões em prol da educação baiana. Em suas pautas versava que o Conselho Estadual de Educação e Cultura era um órgão autônomo, administrativo e financeiro, com mandato de dois anos, composto por seis membros e um presidente, todos obrigatoriamente com a reputação ilibada (Bahia, 1947, art. 117§ único). As atribuições do Conselho, além de estarem definidas na Constituição Baiana, também estavam previstas na Lei Orgânica de Ensino baiana de 1947, como a função de fiscalizar seu cumprimento, zelar pelas negociações referentes aos assuntos da educação e apresentar, anualmente ao Governador, pela Assembleia Legislativa o balanço das negociações referentes à educação (Bahia, 1947, art. 117, §2º I, II e III).

Em suma, segundo Teixeira (1947, s.p) “o Conselho delibera e decide, mas não executa”. A execução fica a cargo do diretor de ensino, cuja nomeação é realizada pelo próprio Conselho. Na verdade, a existência dessas duas funções na política educacional era para assegurar a “autonomia sem ditatorialismo, eficiência sem extremismo” (Teixeira, 1947, s.p), como o próprio Anísio ressalta. O importante é observar toda a estrutura montada e/ou esquematizada que Anísio elaborou para que os assuntos pertinentes à educação fossem desempenhados com eficiência, na utilização do dinheiro público. Como o próprio Anísio se resguarda em dizer:

Tudo isto não é para que se liberte de freios, cuidados e normas no dispêndio do dinheiro público, mas para que se liberte da dualidade de autoridades com que se impede, entre nós, toda e qualquer eficiência do serviço público” (Teixeira, 1947, s.p).

Assim, diante das suas próprias palavras observamos a preocupação em centralizar num só órgão os assuntos referentes à educação. Isso demonstra a sua preocupação com a eficácia e a autonomia financeira em administrar os serviços do desenvolvimento e manutenção da educação baiana, separando-a de quaisquer serviços público do estado, como: polícia, saúde, justiça etc., o que significa mais liberdade e flexibilidade no serviço público.

Toda essa estrutura elaborada e confiada ao Conselho, diante das suas atribuições e funções legais, é para que este administre o “caráter sagrado dos fundos que lhe são confiados” (Teixeira, 1947, s.p). Fundo este previsto constitucionalmente no artigo 119, § 2º da Constituição baiana de 1947, provenientes de dotações orçamentarias do estado e dos municípios,

respeitando a Carta Magna de 1946, sendo ressalvada a sua regulamentação por Lei Orgânica do ensino de 1947 da Bahia.

O artigo 120 da Constituição do Estado da Bahia de 1947, evidencia a função social do Fundo de Educação esquadrihado por Anísio Teixeira, pois, em seus incisos e parágrafos seguintes podemos observar onde o educador almeja chegar com todo esse aparato estrutural:

Art. 120 - A lei orgânica do ensino, dentre outras providências, regulará:  
I - a obrigatoriedade do ensino primário com a gratuidade de material escolar, inclusive livros, para os alunos reconhecidamente pobres; II - a criação, manutenção ou subvenção de ensino posterior ao primário, de caráter geral e vocacional, ajustado às condições do meio e suas necessidades educativas; § 1º - A educação ministrada pelo Estado será gratuita, em todos os seus graus e modalidade (Bahia, 1947).

Sua ampla visão de desenvolvimento na educação, no acesso e permanência dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, chama a nossa atenção pela sua preocupação com a obrigatoriedade no ensino primário e a subvenção dos materiais didáticos. Após o ensino primário, prioriza o caráter vocacional e ajustando ao meio em que o sujeito vive. Em poucas linhas observamos a influência da Escola Nova, devido à preocupação da educação interativa com sociedade, isto é, numa educação participativa, voltada para democracia.

Adiante, vemos o gestor Anísio Teixeira, nos incisos III, IV e V, do mesmo artigo, no que tange à exigibilidade de concurso público, de formação pedagógica e de formação científica para professores nas escolas secundárias. Também se destaca a exigência da nacionalidade brasileira nos cargos públicos de direção e as garantias análogas dos professores e dos auxiliares da educação e cultura aos funcionários públicos, com estatuto próprio. E ressalta-se a gratuidade da educação, em todos os graus e modalidades.

A partir de então, Anísio elaborou o seguinte Anteprojeto de Lei Orgânica de Educação. No dia 23 de outubro de 1947, expos ao Governador do estado da Bahia, Otávio Mangabeira, alguns motivos que o levaram a redigir em atendimento ao texto constitucional. E inicia, em suas palavras, pelo renascimento democrático, tendo em vista a observância da conquista do princípio da igualdade da educação, sendo este o direito dos direitos. Já que o direito à educação é o único que garante o sujeito se tornar verdadeiramente um

cidadão. Para isso, destaca, a própria Democracia faz com que as suas instituições fiquem fortalecidas e lutem pela eficácia, sendo esse o sentido maior desse Anteprojeto (Teixeira, 2009, p. 129).

Anísio, em seus motivos, destacava a eficácia da educação por meio da instituição escola, devido ao seu caráter social, pois, sustentava que numa sociedade moderna e industrializada a divisão do trabalho exigia homens cultos e aptos ao trabalho, e que essa seria a nova luta pela vida, do trabalho e da formação. Diante essa nova realidade, o mínimo que o Estado poderia proporcionar ao sujeito é a igualdade de oportunidades na formação dos hábitos do cidadão, para que ele tenha condições suficientes de vencer na vida, isto é, de se tornar um ser civilizado e conseqüentemente superar a desvantagem de ter nascido em ambiente socioeconomicamente vulnerável (Teixeira, 2009, p. 130).

Com essa consciência de ação, Anísio propõe um Anteprojeto da Lei Orgânica da Educação para organizar os serviços educacionais do Governo do Estado da Bahia visando “o desenvolvimento local, de acordo com os recursos humanos e materiais locais do estado” (Teixeira, 2009, p. 131). Adiante, trataremos a proposta do Anteprojeto de lei, para analisarmos o pensamento do educador sobre o financiamento da educação na prática.

Anísio mostra uma pasta para a educação, ou seja, um anteprojeto de renovação educacional para o estado baiano. Cria uma estrutura referente ao Fundo de Educação, baseada no sistema norte-americano dos impostos privativos, já que, “alguns impostos foram escolhidos para custear o sistema público de educação” (Teixeira, 1953a, s.p), ou seja, impostos exclusivos para a educação, e é justamente isso que ele sugere.

Além disso, o sistema educacional norte-americano utilizava-se de conselhos locais de educação, que geram e recolhem os impostos exclusivos para esse fim, devido à consciência da valorização da educação e a necessidade do seu crescimento e manutenção (Teixeira, 1953a). Diante dessa experiência, ele propôs a criação do Fundo de Educação e o Conselho Estadual para o desenvolvimento e manutenção da educação e o seu trabalho em conjunto, assim como já estava previsto na Constituição baiana.

Anísio destaca que o Fundo estará sob o mais rigoroso controle do Conselho para que os recursos destinados à educação sejam criteriosamente utilizados com bom-senso “à altura da gravidade do problema escolar” (Teixeira, 2009, p. 132), se preocupando também, em evitar desperdícios financeiros. Ao fim, insiste em explicar que a Lei estadual trabalhará de forma complementar a Constituição Federal Estadual, e que, por isso, a referida legislação precisa ser homologada, pois, tratará dos pormenores educacionais (Teixeira, 2009).

Em seu Anteprojeto, Anísio estipulou no art. 61 a constituição do “Fundo de Educação”, enumerou 6 incisos que vão desde as dotações orçamentárias do estado e dos municípios; multas do estado que não tiverem destino especial; taxas para fins educativos; adicional de 10% sobre o imposto de sucessão *causa mortis*, adicional 10 % sobre o imposto propriedade *intervivos* e impostos e taxas criadas para este fim. Por este simples delineado, podemos perceber o quão o seu projeto é grandioso (Teixeira, 2009).

Grandioso no sentido que Anísio previu receitas dos mais diversos fins, não só aqueles previstos com exclusividades, mas também aqueles impostos que incidem sobre propriedades imobiliárias como é o caso dos impostos *causa mortis* e o *intervivos*, que, a partir da Constituição de 1946, foram separados e de responsabilidade do estado, “agora com incidência paralela, descabidamente, a incorporação de propriedade imobiliária ao capital de sociedade” (Schüler, 1987, p.187). Isso mostra a atenção de Anísio às atualidades legais em pôr a educação como prioridade, e ser beneficiada com as transações imobiliárias da época.

Outros pontos importantes do seu Anteprojeto estão nos art. 62, 63, 64, 68, 70, 73, e 78, que mostram a sua verdadeira intenção com os serviços educacionais. No art. 62, Anísio deixa explícito que o Conselho Estadual é órgão responsável pelo Fundo de Educação e do modo de transferência dos valores. No art. 63, estipula o dia 09 de cada trimestre para que o Fundo de Educação esteja à disposição do Conselho. No art. 64, preza pela educação municipal, pois, expressa no texto legal que os recursos e dotações municipais serão integralmente aplicados nos municípios que os fizer (Teixeira, 2009).

Adiante, no art. 68, Anísio propõe que os terrenos, as escolas e as instituições públicas de ensino sejam tombadas, isto é, que venham a ser consideradas como monumentos de valor histórico, por se tratarem de bens

adquiridos com o Fundo de Educação. No art. 70 prevê um Livro de Honra para aquele que for considerado benemérito, podendo ser por doações, legados ou até mesmo fundações, que contribuírem com o Fundo de Educação. No Art. 73, Anísio propõe um desenvolvimento no município que tiver mais de 3 mil habitantes, de um processo de desapropriação de imóveis e terrenos considerados apropriados para a construção de estabelecimentos educacionais. Isto com o devido levantamento do Conselho e análise do Plano Diretor da cidade (Teixeira, 2009). Por fim, em destaque, Anísio propõe “o custo da educação por aluno em cada grau ou ramo de ensino” (Teixeira, 1947, art. 78). Nesse artigo, ele traz a ideia do custo-aluno, para provar se de fato as despesas com a educação estão sendo bem aplicadas.

O referido Anteprojeto foi emitido para análise à Assembleia Legislativa do estado da Bahia, o qual foi apreciado e parcialmente modificado. Em relação ao Fundo de Educação, os incisos I e V do art. 61, referentes às dotações orçamentárias dos estados e dos municípios e o referente ao imposto *intervivos*, foram retirados com a justificativa do Estado ainda está muito atrasado para adotar essas medidas. Também foi considerada a impossibilidade da arrecadação do Fundo diretamente pelo Conselho, assim, conseqüentemente, sendo extinto o art. 63. Por fim, a retirada de qualquer tipo de penalização para os municípios, alegando a pobreza desses (Teixeira, 2009), ou seja, seu projeto lei foi transformado numa simples lei administrativa de “cargos, vencimentos e vantagens” (Santos, 2000, p.114).

Ao traçarmos ponto a ponto os elementos da pasta educacional do educador, identificamos a sua preocupação com os recursos financeiros em prol da educação. Percebemos a sua dedicação em criar estratégias para que o projeto pudesse, enfim, sair do papel e fosse para a ação, pois, desperdício é letra-morta de lei. Logo, o educador sustentava com firmeza de espírito, que o financiamento da educação era a engrenagem motriz para um novo sistema educacional brasileiro, tanto no plano estadual quanto no federal. Para isso, seria necessário que os entes federados de forma conjunta fizessem:

[...] obter deles (de todos eles, em cooperação e conjugação) maiores resultados. Sugerimos a constituição, com as percentagens previstas na lei magna da República, de *fundos de educação* – federal, estaduais, e municipais; estes fundos, administrados por conselhos, organizados com autonomia financeira, administrativa e técnica e

todos os poderes necessários para a aplicação dos recursos, inclusive no pagamento de empréstimos e planos de inversões; e os quadros do pessoal e do magistério locais e com tabela de vencimentos locais, permitindo, assim, a adaptação da escola às condições econômicas de cada localidade (Teixeira, 1953b, p. 43).

A luta pela conscientização do financiamento da educação em caráter cooperativo dos entes federados, para o desenvolvimento educacional era algo indispensável, pois não tem como fazer educação sem recursos. Além disso, ressaltava a necessidade das peculiaridades locais, dessa forma sustentava a impossibilidade da uniformização educacional.

Já como Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), leva essa ideia, agora em caráter nacional. Convidado a pronunciar-se na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, naquele momento se intitulou um estudioso dos problemas da educação, e expôs a respeito da necessidade de uma lei federal que regulasse a educação nacional.

Na pauta do seu debate, se referindo ao título X do projeto da primeira Lei das Diretrizes da Bases da Educação Nacional, a respeito dos recursos destinados à educação, falava com veemência. O referido capítulo “é fundamental e que, no projeto, não teve o desenvolvimento que seria de esperar. Não podemos fazer educação sem recursos e recursos sempre crescentes” (Teixeira, 1952, s.p). Adiante Anísio complementava, “As percentagens constitucionais representam um bom princípio, mas cumpre estabelecer sanções, para que não se tornem letra morta” (Teixeira, 1952, s.p).

Anísio sabia que em relação à educação seria necessário que a Lei Federal trouxesse em seu escopo uma cláusula que assegurasse o cumprimento constitucional, pois, a educação, não era agenda prioritária de governo. Em seu entendimento, as sanções pecuniárias iriam gerar uma obrigatoriedade “forçada”, e isso iria gerar o crescimento dos recursos da educação, seja pelo cumprimento legal da adimplência ou pelas sanções impostas pela Lei Federal devido atrasos ou inadimplência. Assim ele dizia: “os juristas deverão, neste caso, ajudar os educadores, encontrando as disposições que logrem compelir os poderes públicos a dar cumprimento à Constituição (Teixeira, 1952, s.p).

Sua preocupação era principalmente em torno dos estados, pois segundo ele, a “maioria das capitais dos Estados do Brasil, não se cumpre a Constituição na parte da aplicação da verba educacional” (Teixeira, 1952, s.p), justamente

porque nenhuma sanção era prevista. Logo, o cumprimento do que está disposto constitucionalmente é fundamental, e isso é um problema da educação que precisará obrigatoriamente ser sanado pela Lei Federal. Outra questão de caráter importante a ser observada em prol da educação é a necessidade de empréstimos com financiamento a longo prazo.

Anísio ressaltava que seria necessário “um amplo financiamento, garantido pela União e facilitado aos Estados e Municípios” (Teixeira, 1952, s.p), o que permitiria um empreendimento digno para o povo. Isso corresponderia a “um plano conjugado para a construção dos prédios, a formação do magistério e a montagem definitiva de um sistema escolar público e gratuito” (Teixeira, 1952, s.p). Ele expressa uma solução para a penúria educacional presente no país, e prevendo uma mobilização de vontades governamentais na transformação em favor da educação, já que a população brasileira estava em crescimento.

Para essa pauta sobre o financiamento da educação, Anísio demonstra em seu texto *Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro* (Teixeira, 1953a), como se daria essa ação governamental. Assim, de forma clara, expõe a solução para oferecer uma educação pública digna ao povo brasileiro. Solução essa, que seria a criação do Fundo de Educação, de administração especial e autônoma, isto é, esses recursos seriam tratados como um patrimônio para a educação das crianças do país. O Fundo Federal de Educação seria composto da seguinte forma: 10% da receita tributária federal (artigo 169 da CF/46), voltada para custear programas federais de educação através de órgão autônomo, com intuito de velar pela eficácia da melhor formação nacional possível (Teixeira, 1953a).

Da mesma forma, os 20% da receita tributária dos Estados e Municípios (art. 169 CF/46), que também passariam a ter autonomia em administrar os seus recursos, com os Fundos estaduais e municipais. Assim, cada estado e município poderia se organizar conforme a sua realidade local, para gerir os recursos destinados à educação. A partir de então, “como iríamos multiplicá-los para levar avante o plano do desenvolvimento crescente das escolas?” (Teixeira, 1953a, s.p).

O educador responde a sua indagação, em primeiro lugar, separando verbas de custeio e verbas de investimento, e, em segundo lugar, sugere o

ajustamento local do custo à realidade local, com maior produtividade dos recursos existentes. No caso das escolas municipais, o custeio se fundaria com os auxílios estadual e federal, em observação às condições e necessidades locais. O que, neste caso, permitiria que os recursos fossem investidos conforme a necessidade local, em um olhar desigual, de acordo com a sua peculiaridade. Isso, com auxílio do estado e do Governo Federal, por aluno matriculado (Teixeira, 1953a).

A escola seria mantida pelo número de alunos matriculados, através de uma quota-aluno, que responderia pelo salário dos professores e dos funcionários de ensino, manutenção e conservação dos prédios, material didático, atividades extraclasse, despesas de empréstimo ou patrimoniais e no que mais fosse relacionado à educação. Ainda em relação aos municípios, defendia a criação do sistema de escolas primárias, prevendo formação de professor, assistência técnica e orientação e auxílio financeiro por aluno, tudo isso cedido pelo estado visando a eficácia do serviço educacional, da mesma forma o Governo federal em auxílio aos estados. Assim, “pode-se ver que todo o país se estaria empenhando em um esforço comum pela escola fundamental brasileira” (Teixeira, 1953a, s.p). Os três entes federativos em comum esforço, voltados pelo desenvolvimento educacional.

A execução administrativa seria através do Conselho Escolar Municipal, com o seu respectivo órgão executivo. Já o Conselho Estadual de Educação e Cultura, seria o Departamento Estadual de Educação e Cultura, também como órgão executivo, com função semilegislativa, pois, segundo o educador, precisaria ter a autonomia para aprovar os orçamentos, planos de trabalho e nomear os seus chefes. O Ministério da Educação e Cultura seria organizado sob a forma de um Conselho, na esfera federal. Teria como seu presidente o Ministro de Estado, e para este ficaria conferido os poderes para propor e nomear os diretores de estudo e execução (Teixeira, 1953a).

Anísio ressalta que os beneficiários de toda essa estrutura financeira em prol da educação “são as crianças, os adolescentes e os estudantes de todos os níveis e ramos de ensino” (Teixeira, 1953a, s.p). Essa forma descentralizada da execução fundiária foi pensada justamente para uma melhor aplicação e distribuição equitativa dos fundos. O educador levou também em consideração uma primeira margem prioritária beneficiária dos fundos, o ensino primário

gratuito e obrigatório, as crianças de 6 a 12 anos de idade, isto é, os primeiros da lista (Teixeira, 1953a).

Essa proposição mostra a sua preocupação com a educação primária. Nesse sentido elaborou uma quota municipal atribuída a cada aluno, que seria o valor total do Fundo Municipal de Educação dividido pelo número de alunos matriculados. Desse valor, multiplicado pelo número de alunos na escola, criasse o limite de despesas assim divididas: a “despesa de pessoal não possa exceder de 60%, a de manutenção material de 30% e a de investimento de 10%” (Teixeira, 1953a, s.p). Além disso, o município ainda poderá contar com a quota-auxílio estadual. Segundo ele, “[...] iriam competir ao estado [...] a preparação do professorado, a supervisão e assistência técnica aos sistemas municipais e a criação de órgãos de cultura em geral e de escolas a seu cargo” (Teixeira, 1953a, s.p). O restante, segundo Anísio, dos 60% a 70% do Fundo Estadual, deveriam ser distribuídos aos municípios na proporção dos alunos matriculados, para as escolas primárias e secundárias.

Anísio acreditava que uma das soluções para a reconstrução educacional brasileira seria a autonomia dos serviços educacionais nos governos estaduais e municipais. E, conseqüentemente, a municipalização do ensino público era uma das suas pautas persistentes na educação e a valorização da realidade local. Por ser um estudioso em educação, via nesses caminhos a verdadeira possibilidade da educação democrática e para todos.

## **4.2 A municipalização do ensino público**

A municipalização do ensino público é uma questão de alta relevância para Anísio Teixeira, pois, desde a sua primeira gestão no estado da Bahia, quando ainda era um jovem educador, defendia a criação dos Conselhos Municipais de Educação. Na época, criou a Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925 e o Decreto nº 4.312/25, que instituíram a reforma da educação baiana no ensino Primário e Normal (Santos, 2000).

A defesa pela descentralização também pôde ser vista no período em que foi Diretor do Departamento de Educação da Capital da República, onde se houve no Brasil, “A Grande Reforma do Ensino no Distrito Federal, iniciada por Azevedo e “continuada e ampliada” por Teixeira” (Brandão, 2010, p.15), com a

reorganização dos serviços municipais e do Distrito Federal, ampliando o sistema de educação às condições locais, “como não fez até hoje nenhum educador nacional” (Viana Filho, 1990, s.p). Diante tal transformação educacional no Rio de Janeiro:

[...] Edificou 26 grandes prédios escolares modernos, *sociáveis*, para educação pública, instituiu neles a escola progressiva, permitindo experiências pedagógicas de êxito comprovado, **organizou a administração do ensino em bases de controle e eficiência, aumentou a matrícula e as assiduidades de 80.000 para 120.000 [...] instituiu o ensino secundário municipal, comparado, em excelência, ao federal e particular;** transformou a antiga Escola Normal em Instituto de Educação, onde um curso geral prepara para a especialização didática, mais preocupado com a matéria e os métodos intrínsecos do seu ensino com a massa total de conhecimentos [...] " Era a cúpula daquele novo mundo educacional" (Viana Filho, 1990, s.p., grifos nossos).

Na Capital Federal, Anísio fez uma transformação na educação, observou as condições locais, se preocupou com o processo de evasão, produzindo resultados surpreendentes, desde a educação municipal à federal, comparando-as à qualidade do ensino privado.

Após 10 anos, com a queda do Estado Novo, e o advento da CF CF/46, que traz em seu escopo a descentralização, assim como na CF/34. Surge a grande preocupação dos educadores defensores da Escola Nova em lutar pela redemocratização da educação nacional, em três pautas principais:

1) **a descentralização do sistema nacional de educação**, 2) **a expansão das oportunidades escolares**, sobretudo no ensino secundário, e 3) **a quebra do dualismo** expresso na divisão entre a formação intelectual das elites e o sistema de educação popular (Montalvão, 2011, p. 33, grifos nossos).

O pensamento descentralizador vinha como crítica à centralização e uniformização na organização do país, ou seja, O Estado Novo implementou no Governo Federal um quadro centralizador de serviços, um organismo único, com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). E na educação não foi diferente, criaram-se leis orgânicas de ensino em todos os segmentos para todo o país. De forma imposta em todos os aspectos, curriculares, disciplinares, horários etc. uma verdadeira uniformização antidemocrática sem levar em consideração a peculiaridade local, somente uma

formalidade legal nacional, para adquirir um diploma, “um cartório da educação nacional” (Teixeira, 2011, p.132 e 145).

Essa centralização e uniformização do ensino público resultou no dualismo, entre o ensino privado eficiente, direcionado para as elites e o ensino público deficiente, ofertado para os pobres. Opostamente, da educação democrática defendida por Anísio, com “oportunidades iguais para se educarem” (Teixeira, 1953b, p.35), sem acepção de classe social e direcionada a todos.

Com o seu pensamento direcionado em cumprir o direito constitucional da educação pública assegurado a todos, entendia plenamente que as responsabilidades governamentais abrangem o caráter democrático (Teixeira, 1953a). Essa sustentação chocava com os interesses dos defensores do sistema privado de ensino pois se erguiam cada vez mais pela ineficácia do sistema público educacional.

Nesse sentido Anísio demonstrava a sua insatisfação:

Alimentamos, por vezes, a veleidade de manter um sistema de educação particular com os característicos da educação pública, pleiteando que seja indiscriminada e barata e, em rigor, substitua a pública. Não me parece que isto seja possível, nem cabível ou justo. A educação particular é particular, destinada a alunos da preferência dos que a mantenham e dirijam, e naturalmente cara (Teixeira, 1953a, s.p).

Insatisfação em lutar por uma educação particular acessível e indiscriminada, sabendo, como educador, que isso seria impossível. A pauta principal de mudança deveria ser em torno de uma educação pública de qualidade. Anísio defendia que a educação particular existisse como pleno direito, só que, “para as classes abastadas ou semiabastadas que, interessadas em certo tipo especial de educação, preferiam pagá-lo a receber a educação pública, gratuita e distribuída indiscriminadamente” (Teixeira, 1953a, s.p), e não por ineficácia do sistema público de ensino.

Logo, defendia um ensino público eficiente e indiscriminado, uma educação que verdadeiramente promovesse a “cultura viva e diversificada [...] revelando-nos as suas particularidades e diferenças e fundindo-as em um processo dinâmico e consciente de harmonia e coesão” (Teixeira, 1956, p.8). Essa liberdade cultural e diversificada, destaca Anísio, deveria ser respeitada através das leis e, principalmente, assegurada pela Constituição. Nessa lógica, Anísio complementava que “a unidade da cultura brasileira será sempre mais um

resultado da liberdade com que as suas culturas regionais possam coexistir e se entrefecundar, do que de qualquer plano unificador” (Teixeira, 1956, p.8)

Assim, valorizava com veemência a municipalização do ensino público, através da reformulação do Sistema Educacional Brasileiro:

*Primeiro, descentralizar administrativamente o ensino*, para que a tarefa se torne possível, **com a distribuição das responsabilidades** pela execução das medidas mais recomendáveis e recomendadas; [...] consiste em **criarmos um sistema educacional para todo o país, em que um inteligente equilíbrio entre a liberdade de ensino e os controles centrais** possa dar lugar à expansão escolar mais generalizada possível e do mesmo passo estimular o progresso ininterrupto **das escolas assim criadas e postas sob a responsabilidade dos seus fundadores ou diretores**, pela própria responsabilidade estimulados (Teixeira, 1953b, p. 43-44, grifos nossos).

Anísio deixava bem claro em sua sustentação que a descentralização da educação pública estava baseada na distribuição das responsabilidades entre os entes federados (União, estados e municípios), o que proporcionaria um fortalecimento do sistema educacional, pois, permitiria uma adaptação à realidade econômica local, com o auxílio dos seus fundadores e/ou diretores. Ao mesmo tempo, estariam subordinadas ao estado, pois, o “estado é que confiaria a órgão locais, previstos na lei orgânica dos municípios ou numa lei orgânica de educação, a administração” (Teixeira, 1956, s.p). Dessa forma, a municipalização é uma ação conjunta com o Estado.

Acerca desse tema, por ocasião no Congresso Estadual de Educação Primária em São Paulo, em 1956, Anísio Teixeira reapresenta a tese da escola pública, universal e gratuita. Argumenta sobre a necessidade de uma legislação oficial sobre educação, assim como existe legislação sobre a agricultura, a indústria, o tratamento de saúde etc. Defende uma legislação diferenciada que estabeleça parâmetros para a estimulação e difusão das boas práticas educativas e seja capaz de apontar “processos recomendáveis” (Teixeira, 1956, s.p), pois, no que se refere à educação o que vale é a experiência e a ciência.

Para Anísio letra de lei não faz educação. Educação se faz com experiência, com ações concretas, já que a educação é a própria vida. Anísio defendia que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cujo processo de discussão com vistas à sua elaboração iniciou em 1948, deveria ser uma lei descentralizada. A ideia estaria de acordo com o que prevê a CF/46,

contemplando o “conteúdo para o desenvolvimento local, de acordo com os recursos humanos e materiais do estado”, destaca Abreu (1960, s.p). Exalta, desse modo, a importância da peculiaridade de cada estado e das diferenças existentes no país, contemplando um sistema educacional que vise tal diversidade nacional.

Daí o viés social da municipalização, do reconhecimento da “natureza local da instituição e o seu enraizamento na cultura local” (Teixeira, 1956, s.p). Não podemos ignorar as raízes de Anísio em Dewey, quando defende uma educação pública, gratuita e para todos, que insira o indivíduo no seu contexto social, alicerçada da filosofia da experiência e sustenta que através do conhecimento se adquirem novos hábitos e comportamentos humanos.

Dessa forma, Anísio entende que cabe aos professores “[...] o desafio que nos trazem os tempos presentes. Além do desenvolvimento econômico, [...] uma extrema necessidade de desenvolvimento educacional” (Teixeira, 1960, s.p). A municipalização também possibilitará o crescimento educacional, e com isso, o desenvolvimento da democracia, pois possibilitará autonomia suficiente para desenvolver instrumentos educacionais adequados, conforme as suas necessidades, visando o desenvolvimento local e a participação dos cidadãos, em virtude, dos novos hábitos adquiridos pela experiência orientada através da escola.

A descentralização proporcionará “21 sistemas escolares no Brasil e isto significa 21 possibilidades para ideias boas e progressivas” (Teixeira, 1947, s.p), em virtude, de 21 Estados na época, com realidades diferentes, em momentos econômicos dispare, mas, com potencial de desenvolvimento por meio da educação, da especificidade dos profissionais, e diferentes realidades locais. Logo, “a escola tem de se fazer prática e ativa, e não passiva e expositiva, formadora e não formalista” (Teixeira, 1953b, p. 51), na experiência do cotidiano, direcionada pelo professor, profissional da educação.

Dessa forma, a municipalização, na visão de Anísio, alcançaria a função social da valorização do contexto social, promovendo “uma escola integrada numa comunidade local, municipalizada, que atendesse a todos sem discriminação [...] proporcionaria, de fato, a participação da comunidade” (Santos, 2000, p. 115), o que, conseqüentemente, acarretaria na adaptação social e no uso eficiente dos recursos econômicos. Segundo Anísio, isso

beneficiaria o estado pois “permitiria a adaptação da escola aos níveis econômicos locais” (Teixeira, 1956, s.p), o que daria autonomia de administrar de fato os recursos financeiros, naquilo que é necessário, configurando uma autonomia administrativa e social.

Anísio via a necessidade do envolvimento local de toda a comunidade. Seu ideário democrático ia ao encontro a da ideia de oportunidades para todos, ao anseio local, ao engajamento da população valorizando a escola pública. A escola vista como extensão da comunidade, num elo regional daquilo que realmente os sujeitos necessitam.

Já que temia o futuro da sociedade brasileira quando ele indagava: “já imaginastes o que será uma sociedade em que a riqueza individual seja um mal a evitar? Ouso dizer que talvez não estejamos assim tão longe desse estádio” (Teixeira, 1960, s.p). Pelos passos da industrialização, percebia que os sujeitos seriam movidos e/ou motivados pelo consumo, e pelos seus interesses individuais. Daí, a necessidade de não permitir a transmissão “da cultura, de uma cultura, dia a dia, menos espontânea e mais artificial, especializada e complexa” (Teixeira, 1960, s.p). De forma a direcionar os indivíduos com a verdadeira cultura que irá proporcionar de fato uma transformação social, e não somente a imposta pelas elites e/ou pelo modismo mercadológico.

Dessa forma, quando Anísio valoriza a localidade é visando a verdadeira função social da educação, da integração do homem à sociedade. Não é somente uma educação pautada em meros requisitos formativos, mas essa “batalha educacional será a grande batalha do dia de amanhã” (Teixeira, 1960, s.p), para isso, a necessidade da educação de fato integradora, transformadora de hábitos. O que para ele seria a grande reforma da educação, “uma reforma política, permanentemente descentralizante, [...] com o sistema de escolas locais, primárias e médias, no solo físico e cultural do Brasil” (Teixeira, 2007, p. 71).

Para Anísio, essa ação descentralizante traria eficiência para educação, pois seria um tipo de força tarefa a favor da educação. Ao invés de todas as medidas, todas as demandas serem reportadas a um poder central alheio a realidade local, por que não fortalecer o sistema local para resolver as solicitações locais? Essa é a ideia do experiente gestor, educador e administrador, focado no fortalecimento e na integração da cultura local.

### 4.3 A escola pública em horário integral

A visão de modificação social por meio da escolarização é a pauta principal de Anísio Teixeira. Por isso, defendia além da municipalização do ensino público, que seria a autonomia local, também uma jornada escolar de “1080 horas, isto é, 180 dias de seis horas em média” (Cavaliere, 2010, p. 256). Anísio valorizava a escola primária desde os anos de 1920, pois, via na criança bem direcionada o poder da construção social, através de novos hábitos, para enfim, alcançar de fato uma sociedade verdadeiramente democrática. Para isso, a educação deveria ser eficiente, em horário integral, pública, equitativa e universal.

Anísio enfatizava que a escola brasileira deveria deixar o “arcaísmo” de seus métodos ultrapassados da memorização, baseados na “exposição oral” e “reprodução verbal” utilizados em sala de aula. Rechaçava a assimilação do conhecimento pelo ato de decorar, que servia somente para realização dos exames, que funcionava somente para a época medieval, mas para a sociedade moderna, a educação deverá ser “ativa, prática, de experiência e de trabalho” (Teixeira 2007, p. 49 - 50).

Nessa perspectiva democrática, Anísio pensou numa educação desde a sua primeira gestão no estado da Bahia. Projetou um sistema educacional que ofertasse “condições para melhorar a qualidade do ensino e ampliar o tempo de permanência da criança na escola” (Gouveia Neto, 1973, p.34). Isso para que produzisse nos sujeitos os atributos necessários para as novas demandas de trabalho e os novos costumes da sociedade capitalista crescente.

Nesses termos, Anísio alerta que a educação deveria ser não apenas uma instrução, mas, uma condição de vida, assegurando às crianças uma formação completa para a vida humana em sociedade (Teixeira, 1997). Para entendermos melhor essa ideia de Anísio Teixeira, se faz necessário nos remetermos “ao pragmatismo deweyano [...] nas vivências cotidianas, a reconstrução da experiência” (Cavaliere, 2010, p. 255). Uma educação que proporcione a aprendizagem humana progressivamente através da ação cotidiana.

Por essa razão, Anísio defende que a instituição escolar deve fornecer aos indivíduos “os meios para participar, plenamente, de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna”

(Teixeira, 1997, p. 86). Claro que essa educação não poderá ser de forma estática, deverá ser ativa, movimentada e/ou modificada conforme as necessidades da civilização.

Com esse fim, Anísio dividia as etapas da educação da seguinte forma, a escola primária seria a base da educação, uma escola preparatória, pois, ela formará a grande massa da sociedade, o trabalhador comum. Por esse motivo, seria insuficiente ser em tempo parcial, para formar o homem com as práticas necessárias com os hábitos cotidianos, com atividades do trabalho, cultura, recreação, arte etc. Essa escola deveria ter uma estrutura de uma mini sociedade, assim, para todo esse desenvolvimento, o tempo necessário, seria o integral (Teixeira, 2017).

Assim, nessa perspectiva de programa educacional, Anísio construiu o seu maior projeto escolar, o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro. A conhecida Escola-Parque, localizada no bairro da Liberdade, na capital Salvador, de educação em horário integral, na qual, cuidava da alimentação, higiene, socialização, preparação para o trabalho e a cidadania dos alunos, obra esta que o projetou internacionalmente (Cavaliere, 2010).

Figura 6 – Bairro da Liberdade, décadas de 1940 e 1950



Fonte: Góis (2016)

Observa-se na imagem anterior a precariedade local, a falta de pavimentação e urbanização, sendo que, somente nos anos de 1940 e 1950, ocorreu o primeiro calçamento.

Figura 7 – Bairro da Liberdade, década de 1940



Fonte: Góis (2016)

As figuras 6 e 7 mostram a realidade com a qual Anísio se deparava todos os dias. Em vista a precariedade local e a necessidade de uma mudança na história da população. Este Centro Educacional foi exatamente desenvolvido neste local para abranger as crianças de classes populares. Nesse sentido, Anísio enfatizava a importância de a escola primária ser em tempo integral, para que pudesse inserir esses alunos numa sociedade democrática, lhes proporcionando novos hábitos, de pensar e de fazer (Cavaliere, 2010).

Por que o educador escolheu o bairro da Liberdade? Na verdade, o bairro da Liberdade se originou da Estrada da Liberdade, e era considerado um dos problemas sociais da capital baiana. De população pobre, sem plano urbanístico, repleta de casebres, colinas e com péssimo transporte público, foi formado pelos “arruamentos de Belo Oriente, Japão, Corta-Braço, Gengibirra, Estica, Mandchúria, Curuzu, Salta pra Trás, Rua do Céu...” (Góis, 2016, s.p).

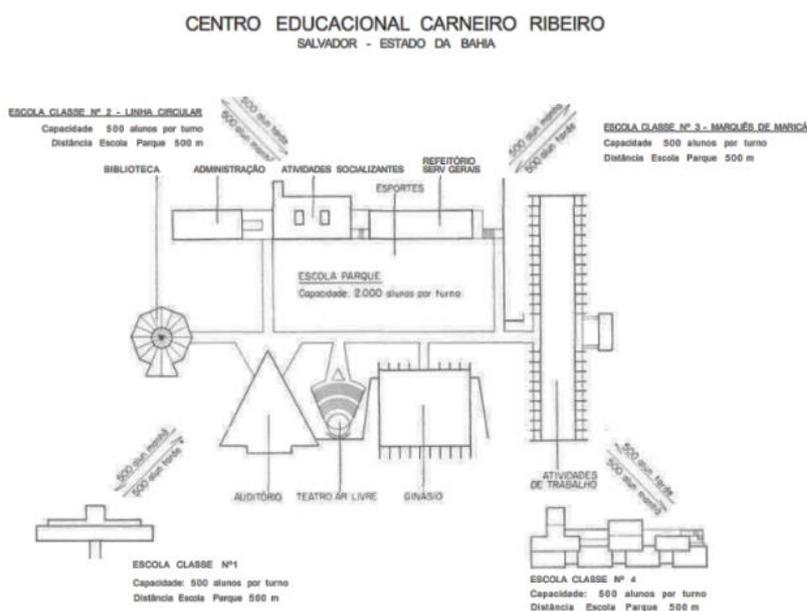
Assim, o educador defendia uma estrutura escolar “com atividades práticas, [...] organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte” (Teixeira, 2007, p.67), ofertando a população uma educação completa desde os estudos, a vida social, o trabalho, a arte e os jogos.

A função social do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, chamado por Anísio de Centro de Educação Popular, assim era descrito:

[...] com cerca de 350 crianças, entre os 7 e 14 anos, recrutadas nas classes populares mais modestas de Salvador. O projeto da escola inspirou-se na teoria de educação pela experiência, envolvendo estrutura completamente nova da escola, nova organização das classes, dos programas, do currículo e do método de ensino. Partindo da experiência possuída pelas crianças, a escola, durante seis anos, conduziu essas crianças a um esforço de organização de suas próprias experiências para lhes assegurar não somente uma vida rica e feliz, como ainda um crescimento em inteligência, em capacidade executiva e em convivência humana de alta complexidade social (Teixeira, 1969, s.p).

Nesse pequeno trecho, Anísio relata com clareza a intencionalidade do centro educacional em proporcionar àqueles que por força da sua origem socioeconômica praticamente já estavam “condenados” pela vida a não ter oportunidades. Deu um novo olhar para a educação das classes populares. Anísio destaca que “a criança, pois, terá um regime de semi-internato, recebendo educação e assistência alimentar[...] as crianças chamadas propriamente de abandonadas, sem pai nem mãe, que passarão a ser não as hóspedes infelizes de triste orfanatos” (Teixeira, 1959, s.p). Pode-se dizer que além do olhar educacional, também há o aspecto assistencial. Essa ação proporcionou, uma nova realidade aquele “meio extremamente pobre, com crianças que seriam consideradas marginais pelos padrões ordinários de julgamento” (Teixeira, 1969, s.p), dando-lhes a oportunidade e possibilidade de participarem do desenvolvimento social brasileiro por meio da educação, uma nova oportunidade para a vida.

Figura 8 – Planta do Centro Educacional Carneiro Ribeiro



Fonte: Éboli (1969, p. 21)

A estrutura da instituição educacional era composta por vários pavilhões, divididos em Escola Parque e Escolas-Classe. “Durante um turno a criança estuda numa das escolas-classe e no outro turno na escola-parque” (Gouveia Neto, 1973, p. 34). Na Escola-Classe, era desenvolvido o ensino escolar regular, já na Escola Parque, que era um parque-escola, eram desenvolvidas atividades complementares, de cunho social “a educação física, a educação artística, a educação musical, a educação sanitária, as assistências alimentares e o uso da leitura das bibliotecas infantis e juvenis” (Teixeira, 1997, p. 243).

Segundo Portugal *et al.* (2015), O complexo escolar lembrava uma verdadeira universidade infantil, possuía uma capacidade para 4.000 alunos, com quatro escolas-classe, voltadas para atividades intelectuais, para 1.000 alunos, divididos em dois turnos de 500, e uma escola-parque, consistia em: pavilhão de trabalho, ginásio, pavilhão de atividades sociais, teatros e biblioteca, que comportavam 4.000 alunos, sendo 2.000 pela manhã e 2.000 à tarde, e ainda edifícios que abrigavam restaurante e administração.

Figura 9 – Professor Anísio Spínola Teixeira na Escola Parque de Salvador, em 1952



Fonte: Pierro (2021) [Anísio - segundo da esquerda para a direita]

De fato, o Centro de Educação Popular era a materialização do seu projeto mais nobre, poder presenciar os alunos envolvidos nas atividades, era de grande satisfação. Em seu discurso ao Governador do estado da Bahia, em 1959, deixou com clareza de ânimo e espírito a sua mais nobre intenção com a educação baiana, de que esse era somente o primeiro, “não apenas os sete mil contos que custaram estes três grupos escolares, mas alguns quinze mil mais [...] Deveremos possuir, e já não só este, como mais 9 centros iguais a este” (Teixeira, 1959, s.p). Anísio tinha uma ideia de expansão, e deixava bem claro que esse complexo escolar era para além do bairro da Liberdade.

Segundo Nascimento (1983, s.p), a Escola-Parque traduz o objetivo daquilo que Anísio espera da educação brasileira:

[...] a escola não deve se limitar ao trabalho dentro de quatro paredes, mas no contato com a natureza [...] O aluno entrava de manhã cedo, almoçava na própria escola, e não aprendia apenas a ler e escrever, mas a aproveitar todas as suas potencialidades (Nascimento, 1983, s.p).

Para o aluno, a escola era uma extensão da casa e ao mesmo tempo uma sociedade em miniatura. Nesse deslinde, para Anísio, educação não é só uma questão de formação, educação é cidadania, saúde, respeito, oportunidade de crescimento e não de limitação intelectual, educação é sinônimo de dignidade. Nesse sentido, “a escola pública é a que, de um modo geral, oferece melhores condições para garantir uma educação integral a todos” (Éboli, 1969, p. 7), já que, é através dela que todas as culturas e classes sociais se encontram, o que permite a condução do indivíduo a construir uma nova sociedade.

A respeito do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, Paulo Duarte, médico e amigo de Anísio confessa à jornalista Angelina Bulcão Nascimento, o posicionamento do educador em afirmar que, a educação poderia ser um instrumento de justiça social. Sua luta em prol da educação, é em virtude de presenciar a realidade das crianças “que não sabem o que é a escola, não têm acesso a ela, vivem biscateando aqui e ali, não sabem nem quem são os pais” (Nascimento, 1983, s.p). Isso doía na alma de Anísio, pois, por ser um homem culto sabia o quanto a escola fazia diferença na vida humana. E se deparar com as crianças em cenário miserável e marginalizado o inquietava e o impulsionava. E nessa sua crença na mudança, a Escola Carneiro Ribeiro, mais conhecida

como Escola Parque, foi a concretização das suas ideias para uma educação democrática e de justiça social (Nascimento, 1983).

Sua concepção de escola pública em horário integral, a Escola Parque, foi a materialização dos estudos e experiências de Anísio em Dewey, nos anos de 1920 e 1930, fundamentada no princípio da igualdade, do acesso de todos e no pragmatismo, do desenvolvimento através da experiência, da ação e da escola ativa.

Em 1957, ocorreu o Congresso Nacional de Lima no Peru, sob a responsabilidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), que tinha como convidados Ministros da Educação. A pauta da reunião era a política educacional, voltada para os problemas do ensino primário, ou seja, “uma escola primária, eficiente e adequada, para todos [...] reunidos em assembleia fizeram tal declaração histórica [...]” (Teixeira, 1957, p. 166).

Para Anísio foi uma conquista para a educação na América Latina ao ficar decidido na “Declaração de Lima” por uma escola primária de seis anos de curso e dias letivos completos” (Teixeira, 1957, p.166). Exatamente aquilo que ele já defendia nos anos de 1920 e 1930, e que materializou no estado da Bahia, agora sendo declarado internacionalmente. Desse modo, confirmando a sua ideia principal da “educação de todos, a fim de que se abra para o nosso povo aquela igualdade inicial de oportunidades, condição mesma para a sua indispensável integração social” (Teixeira, 1957, p.167).

Diante dessa sua ideia de todos serem educados em igualdade de condições, no sentido de uma escola “comum”, defendia que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (LDB/61) deveria prever:

- a) um Centro de Educação, em cada vilarejo com menos de 500 habitantes, compreendendo a escola primária [...];
- b) uma escola primária, organizada por séries em todas as localidades de mais de 500 até 1000 habitantes [...];
- c) escola primária de seis séries em todas as localidades de mais de 1000 até 2000 habitantes [...];
- d) centros Educacionais com escolas primárias de seis séries, escolas-parque e ginásio em todas as cidades em mais de 2000 até 5000 habitantes;
- f) sistemas escolares completos em todas as capitais (Teixeira, 2007, p. 154).

Anísio elaborou e defendeu como deveria ser o sistema nacional de educação, sendo que as localidades a partir de 2000 habitantes deveriam receber os Centros de Educacionais, ou seja, a escola em horário integral.

Cavaliere (2010) informa que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro recebeu muitos elogios da imprensa baiana, relativos à sua arquitetura e à pedagogia empregada, mas também foi criticado pelos opositoristas a Anísio, principalmente com denúncias alegando às más condições das outras escolas públicas baianas.

Apesar das oposições, o trabalho desenvolvido no Centro Educacional, foi referência na planificação da educação da nova e atual Capital Federal, Brasília. Anísio mantinha o “propósito de abrir oportunidade para a Capital federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país” (Teixeira, 1961, s.p), assim, como desenvolveu na Bahia, sendo que agora, do jardim de infância ao nível superior. Nesse sentido, “no plano original da nova capital, estavam previstas escolas parque e escolas classe, nos moldes imaginados por Anísio Teixeira (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, 2015, p. 32).

Dessa forma, elaborou um programa para a mudança social, desde a educação comum e obrigatória, que seria destinada a todos até à educação superior, voltada a carreira profissionalizante do país. Assim, idealizava a educação “para todos, isto é, a elementar, [...] é o de juntar o ensino propriamente intencional, da sala de aula, com a autoeducação resultante de atividades de que os alunos participem com plena responsabilidade” (Teixeira, 1961, s.p). Propunha um programa de oito horas diárias de estudo, em horário integral, nos parâmetros do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, visando o estudo convencional, as atividades culturais e a convivência em sociedade.

Pensou para o Distrito Federal uma política educacional que priorizava a escola primária, pois, para ele, era a mais importante do Brasil, depois a escola média e depois, a superior. Defendia com veemência que a estabilidade e a consolidação do progresso da sociedade brasileira estavam na escola primária (Teixeira, 2007).

Durante sua luta em prol da educação pública, o professor Anísio foi alvo de elogios e críticas, bem mais acentuadas quando publicou suas ideias na obra: *Educação não é privilégio (1957)*, como bem ressalta Clarice Nunes, ao avaliar vinte e cinco resenhas, sem contar os artigos que versavam sobre a obra. Muitos textos serviram de desculpas para “jogar dardos em várias direções: à Câmara dos Deputados, “centro alheio às realidades nacionais”; [...] lançavam veneno ao

qualificar Anísio de “teórico” com intuito de diminuí-lo” (Nunes, 2007b, p.218). Anísio provocou uma verdadeira revolução de opiniões.

Ainda sob os apontamentos de Nunes (2007b), a maior insatisfação foi em relação à municipalização do ensino. Essa questão sofria críticas por ser inovadora, pois, por mais que Anísio tivesse boas intenções em uma perspectiva sociocultural e integrativa, muitos desconfiavam da descentralização do ensino, já que não queriam renunciar à coordenação do poder central. Anísio também foi alvo de denúncia em fevereiro de 1958, sob alegação de Dom Vicente Scherer (1903-1996)<sup>22</sup> dizendo que no Ministério da Educação e Cultura havia um grupo poderoso promovendo o laicismo e o marxismo, sendo o professor Anísio Teixeira o principal deles, em virtude do seu posicionamento contrário ao ensino privado.

Anísio passa a ser criticado ao se posicionar contra uma formação exclusivamente voltada para uma elite e defender a quebra de um monopólio educativo que somente privilegiava com uma boa educação as classes mais favorecidas. Era favorável à escola primária seriada, de seis anos nas áreas urbanas e de quatro anos nas áreas rurais. Afirmava a garantia da formação básica e comum à população, a garantia dos recursos destinados à educação e uma escola média pautada na ciência, língua e civilização nacional.

Tal situação o colocou como uma “pessoa não quista entre os educadores católicos, contrários, em especial, à educação pública e gratuita” (Freitas, 2021, p.146). Foi uma verdadeira briga com as autoridades católicas gaúchas, pois, Anísio era, então, diretor do INEP e secretário-geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para eles, um extremista ocupando cargos no Governo Federal. Tal situação se desdobrou no “caso Anísio Teixeira”, um problema nacional, que resultou num manifesto assinado por 529 educadores, a favor do posicionamento do educador, com

---

<sup>22</sup> Dom Alfredo Vicente Scherer, brasileiro, descendente de alemão, Arcebispo, líder político e religioso, nasceu no município de Bom Princípio em 1903, dedicou-se por mais de trinta e cinco anos frente a Arquidiocese de Porto Alegre/RS (Kasper, 2012).

nomes como: Antônio Carneiro Leão (1887-1966)<sup>23</sup>, Darcy Ribeiro (1922-1997)<sup>24</sup>, Cesar Lattes (1924-2005)<sup>25</sup>, Lourenço Filho, entre outros, além dos professores da Universidade de São Paulo e da Faculdade de filosofia de São José dos Campos (Nunes, 2007b).

O “caso Anísio Teixeira” foi uma afronta para os católicos em quatro linhas gerais, na defesa da escola pública, obrigatória, laica, universal e para todos. Assim, defendida para a LDB/61 uma “*Unidade da educação brasileira*”, uma lei que regulamentasse a educação em todos os seus níveis e ramos no país, “sob a administração dos Estados e a supervisão discreta, mas eficaz, do Governo Federal”. Pauta a “*Divisão de competências*”, entre o Governo Federal, Estados e municípios, com a descentralização. Com isso, a criação dos “sistemas estaduais de educação[...] enquanto não se chega até o Município, ao que tenderá o sistema, à medida que amadureça a experiência administrativa brasileira”. Depois, essa descentralização chegue até o município, isto é, Governo Federal/Estado – Estado/Município. O “*Poder supervisor e normativo da União*”, o fortalecimento da União pela própria LDB/61, já que, lhe é conferido “uma ação, extraordinária, nos casos, de cassação e revisão de atos dos governos estaduais”, o que lhe permitirá a suspensão da atividade financeira referente à educação, do Estado. E, por fim, a “*Flexibilidade, liberdade e descentralização*”, tendo como ponto principal a participação do educando, uma educação focalizada no aluno, contrária a educação tradicional (Teixeira, 1956, s.p).

Anísio foi um educador além de seu tempo, viu que a educação sob o domínio de uma elite minoritária não seria instrumento de reconstrução e desenvolvimento do Brasil. Por isso, as perseguições e as incompreensões sofridas durante toda a sua trajetória de homem público que, vestiu a camisa da educação por amor e vocação.

---

<sup>23</sup> Antônio Carneiro Leão, educador, ensaísta jurista e professor. Nasceu em Recife, PE, em 2 de julho de 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 31 de outubro de 1966. Segundo ocupante da Cadeira 14, eleito em 30 de novembro de 1944, na sucessão de Clóvis Beviláqua e recebido pelo Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho em 1º de setembro de 1945 (Academia Brasileira de Letras, s.d).

<sup>24</sup> Darcy Ribeiro, antropólogo, educador e romancista, nasceu em Montes Claros (MG), em 26 de outubro de 1922, e faleceu em Brasília, DF, em 17 de fevereiro de 1997. Eleito em 8 de outubro de 1992 para a Cadeira nº 11, sucedendo a Deolindo Couto, foi recebido em 15 de abril de 1993, pelo acadêmico Candido Mendes de Almeida (Academia Brasileira de Letras, s.d).

<sup>25</sup> César Mansueto Giulio Lattes, professor, pesquisador e cientista brasileiro. Estudou física e matemática na Universidade de São Paulo (UNICAMP, s.d.).

O professor Anísio idealizou um sonho e realizou, lutou pelo direito à educação, pelo financiamento, pela municipalização e pelo horário integral. Conseguiu mostrar ao Brasil, que a educação sem função social não é educação, ela precisa trazer dignidade ao homem, como imaginar uma grandiosidade dessa num tempo tão tradicional, com amarras religiosas? Uma educação laica, pública, universal e obrigatória, para elevar o nível do povo brasileiro que, era somente visto como manobra eleitoral, incomodou muitos.

Durante a sua ação em vida, teve a oportunidade de vivenciar o seu projeto de educação em horário integral, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Sentiu-se recompensado, viu na prática aquilo que defendia: “Educar é crescer. Crescer é viver. Educar é assim, vida no sentido mais autêntico da palavra” (Teixeira, 1971, p. 57). Em síntese, de forma simples, pura, generosa e eficiente, assim como nosso educador, como é a caracterização da escola pública no pensamento liberal de Anísio Teixeira? Em resposta diríamos, é acolhimento, participação, presente diferente, sentimento de dignidade, lazer, recreação, alimentação, saúde, esporte, cultura, é viver, de forma livre e feliz por meio da educação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos trouxe subsídios para mostrar a caracterização de escola pública na perspectiva do professor Anísio Teixeira. O que também nos permitiu irmos além, e entramos na sua seara pessoal, a ponto de conhecermos o homem Anísio Teixeira, os seus passos e etapas desde um jovem educador até um experiente homem defensor da educação pública.

A seção denominada “Um Teixeira em direção à educação”, discorreu desde os primeiros passos de Anísio Teixeira, abordou sobre a origem familiar, a formação, a sua crença religiosa, as suas primeiras viagens, o seu primeiro emprego, as decisões que marcaram a sua vida e “ouvir” as vozes que traduzem quem foi esse homem que marcou a educação pública brasileira.

Nessa perspectiva, a seção pôde nos aproximar mais do autor, nos tornarmos íntimos, isto é, antes de abordarmos o tipo de educação defendida por ele, podemos primeiramente conhecer a sua trajetória de vida, até, enfim, na defesa da Escola Nova. Ficou evidenciado o seu talento e interesse pelos estudos, a sua vocação e vontade de fazer parte da Companhia de Jesus, só não fez isso por proibição dos pais, cursou Direito a contragosto, e por incrível que pareça, não era assíduo às aulas jurídicas.

A pesquisa também nos revela que, era um jovem que gostava de discursos, de debates, possuía uma desenvoltura e um raciocínio incrível, e justamente essa boa conversa do rapaz que cativou o governador Francisco Góes Calmon. O governador, impressionado, lhe deu o cargo de Inspetor-Geral de educação. Anísio, um jovem rapaz de apenas 24 anos, teve o seu primeiro encontro com um sistema educacional.

Com toda sapiência, ouviu amigos que tinham experiência na área, adquiriu conhecimentos teóricos, e assim, em 1925, a partir do primeiro levantamento da realidade educacional do seu estado, viu a precariedade da educação. Fez um esforço, lutou criou legislações, daí a utilidade do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, fez a diferença no sistema educacional baiano ainda em 1925, com a reforma da Instrução Pública do Estado da Bahia, seu primeiro plano de ação.

Com isso, o jovem se tornou diretor-geral da instrução, e já antes mesmo de conhecer John Dewey tinha em mente que o homem necessita se adaptar ao

meio físico e social. A educação deveria estimular o indivíduo a utilizar os recursos locais, por isso, defendia que a escola deveria servir à sociedade. O que já nos sinaliza a sua ideia de descentralização da educação. Toda essa desenvoltura na sua função, em 1925, vai à Europa a convite da igreja, permanece por quatro meses passeando e estudando.

Ao retornar à Bahia, novamente no arado, continuou com a implantação da reforma na educação baiana, democratizou o ensino, inovando no acesso à educação de forma igualitária e aumentou o número de escolas e Ginásios, também aumentou os cursos no Liceu de Artes e Ofícios. Diante de toda essa ação educacional, e solicitação de Anísio, o Governador Calmon autoriza a sua primeira viagem ao EUA, com ajuda de custos de 30 contos de réis. E assim, ele foi, em busca do melhor, primeiramente para o estado da Bahia, mas, mal ele sabia que seria para toda a história da educação pública brasileira.

Nesta primeira viagem, em 1927, o objetivo principal era adquirir conhecimentos com o curso norte americano, no intuito de melhorar sua gestão. Com isso em mente, dedicou-se ao máximo, cumpriu todas as disciplinas, visitou estados, fez anotação que resultou num relatório de 166 páginas, denominado “Aspectos Americanos de Educação”. E pelo seu desempenho, voltou ao Brasil, já com uma bolsa de estudos para completar todo o *Master of Arts*, no ano seguinte.

Anísio defende o financiamento da educação; ele mesmo foi um dos contemplados com bolsa de estudos, logo, viu a importância desse tipo de programa para a educação e pesquisa. A partir desse retorno o Brasil ganha um educador, pois, Anísio confessa em carta ao pai, não largar mais a educação. Diante essa oportunidade, da bolsa de estudos, em 1928, embarcou para os EUA, e lá permaneceu até 1929.

Nessa sua segunda viagem, se encontrou com ele mesmo, imaginou, viu e viveu o que era uma Universidade, suas aulas com Dewey o lapidaram, entendeu o sentido da função social da educação pública, na recriação do sujeito por meio da sua democratização. Inspirado nessa experiência, Anísio deve ter posto em prática aquilo que ele imaginava ser uma universidade para a criança, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Diante toda essa transformação intelectual, Anísio se tornou um dos principais divulgadores de John Dewey no Brasil.

Cabe salientar que Dewey proporcionou a Anísio uma nova percepção de vida, trocando o fascínio da religião pela educação, mas não perdendo a fé. No sentido que, religião é uma coisa e educação é outra, a educação é um instrumento formador dos indivíduos, já a religião possuía os seus interesses então, a sua educação era limitadora, seletiva e elitista, por isso uma educação laica.

Essas experiências na vida de Anísio Teixeira foram fundamentais na defesa da Escola Nova, e no decorrer da pesquisa percebemos que seus atributos pessoais e qualidades, como: inteligência, intelectualidade, carisma, educação, generosidade, compreensão, entusiasmo etc., fizeram toda diferença na sua caminhada que, foi verdadeiramente direcionada à educação.

Na seção denominada “O início de um sonho: o movimento pela Escola Nova”, discutiremos sobre o surgimento dessa nova ideia de educação que iniciou na Europa e se difundiu na América do Norte, América Latina e Brasil. Nesta seção buscamos mostrar o processo de difusão, os principais adeptos as novas ideias, as diferenças entre Educação Nova e Educação Tradicional. Trouxemos a influência do pragmatismo norte americano de John Dewey baseado na filosofia da experiência e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que marcam o Movimento pela Escola Nova em nosso país.

A partir do desenvolvimento da seção 3 ficou evidenciado que o Movimento pela Escola Nova se deu ainda no final do século XIX, em escolas privadas na Europa, tendo como principal divulgador Adolph Ferrière. Essa nova concepção de educação era contrária a educação tradicional, no sentido de dar um novo sentido para escola, isto é, daquilo que não foi alcançado com a educação em termos de aprendizagem, desta forma surge devido o descontentamento com a educação tradicional.

Tendo como ponto de partida, o descaso com os interesses das classes mais vulneráveis, logo, a educação tradicional é insuficiente, no sentido de ter permitido ao longo do tempo o desnivelamento entre as classes, provocando a assimetria socioeconômica. Nessa perspectiva, pensou-se num tipo de educação que pudesse ajustar esse desnivelamento e assimetria, considerando o interesse dos vulneráveis.

Um exemplo na defesa desse novo pensar em educação é John Dewey, o professor do *Master of Arts* de Anísio Teixeira, que defendia a educação sob

ótica da filosofia da experiência, ou seja, no direcionamento das ações no intuito do indivíduo adquirir novos hábitos. Hábitos esses que pudessem proporcionar crescimento intelectual e moral, logo, automaticamente, interferiria nas experiências passadas, produzindo no sujeito continuamente novas ações. Na defesa da educação desde a infância, ao passo de construir através da experiência essas novas ações perpetuamente, devido a capacidade humana de aprender ilimitada.

E a escola, para Dewey, tem o papel fundamental de produzir tal intento, já que para ele, ela age como uma oficina real, de forma para preparar o indivíduo para a sociedade. Daí a necessidade, de uma educação eficiente desde a infância que conscientizem na criança a noção de pertencimento social, que ela faz parte da sociedade, já que vivemos numa sociedade democrática, e todos temos um papel a cumprir.

No Brasil, tem-se o primeiro registro de defesa da Escola Nova, a educadora Laura Jacobina, nomeada por Fernando de Azevedo, em 1927, para representar o Governo brasileiro e a ABE, na conferência em Locarno na Suíça. Além disso, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, documento dirigido ao povo e ao Governo brasileiro que traçava as diretrizes de uma verdadeira política nacional e ensino.

Anísio um dos signatários, incorporou neste documento os ensinamentos de John Dewey, juntamente com Fernando Azevedo e Lourenço Filho, na defesa de uma educação pública, laica, universal e obrigatória, sem segregação de social, raça ou sexo, a educação é para todos os brasileiros. Anísio via que o Brasil precisava mudar, e o instrumento da mudança seria a educação. Vale lembrar que o Brasil do início dos anos 1930 estava passando por uma nova realidade urbano-industrial, logo, que era tempo de mudança, de qualificação, de emprego, de um novo pensar social, e esta era a oportunidade de uma possível equalização social.

Diante esse anseio, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 resultou na inspiração e suporte do anteprojeto constitucional da CF/34, denominado “O problema educacional e a nova constituição”, tudo em prol da educação democrática. Os esforços não foram em vão, pela primeira vez a educação se torna direito constitucional de todos, ministrada pela família e pelo poder público, ficou assegurado os percentuais para o financiamento público da

educação, a formação do fundo de reserva e a necessidade da criação de políticas assistenciais na educação. Foram postas mudanças na CF/34, as quais nunca foram vistas antes, um grande passo foi dado em prol da educação brasileira.

Por fim, a seção denominada “Escola Pública Educação Democrática do século XX na perspectiva de Anísio Teixeira”. Trata das ações de Anísio Teixeira, com o fim da CF/34, já que esta vigorou somente por três anos, em face a instauração do Estado Novo (1937-1945) e o exílio do educador da vida pública. Em 1946, com o término do Estado Novo, e a CF/46, surge um ar de redemocratização do país. Anísio se depara no papel de fazer parte dessa história.

Nesta seção, viu-se um educador que não estava preocupado somente com letra de lei, mas em criar meios para executá-las. Então, na defesa dos três sustentáculos básicos para uma educação eficiente, que são: o Fundo de Educação, a municipalização do ensino público e a Escola Pública em horário integral. Ele defende a criação em primeiro lugar, dos Conselhos de Educação. Esses seriam na verdade para assegurar a flexibilidade do serviço público, em administrar o fundo destinado á educação, de forma descentralizada, ágil e dinâmica.

Política essa que tentou implementar na sua segunda gestão no estado da Bahia (1947-1951), porém conseguiu com algumas amarras. O que ficou de lição na pesquisa foi a habilidade de planejamento e articulação de Anísio, a habilidade de realizar um estudo baseado no desenvolvimento local, para colher impostos estaduais em benefício da educação, inspirado no sistema educacional norte-americano. E depois, como Diretor do INEP, leva essa ideia adiante, sustentando na Câmara dos Deputados a necessidade da conscientização sobre a importância do financiamento educacional de acordo com as peculiaridades locais.

Diante disso, entende-se que, Anísio já previa programas educacionais descentralizados, praticamente era o que cada Conselho iria fazer, investir naquilo que de mais necessário. Por essa razão defendia a municipalização, o que ele queria transmitir era, aonde o estado não chega o município está, assim é uma forma de desburocratizar o ensino. Na sua percepção, um município bem pequeno e interiorano, se caso precisasse de um auxílio financeiro, como faria

como uma educação centralizada. Logo, fica clara a posição de Anísio quando defende a descentralização e a municipalização do ensino público.

Além disso, o município poderá controlar melhor o processo de evasão, notadamente mais alunos nas escolas. Sem contar que cada local tem a sua realidade econômica e cultural, com isso seria uma troca de experiências fascinante, de como fazer educação no Brasil, com o crescimento e valorização local.

Na ideia da mudança social, Anísio também percebeu que seria necessário criar escolas que não apenas ofertassem educação, mas também, condição de vida. O seu mais sublime projeto em ação, o Complexo Educacional Carneiro Ribeiro, construído no bairro da Liberdade. Uma forma de proporcionar aos alunos verdadeiramente novas experiências, provando para cada um que eles têm potencialidades e que fazem parte da sociedade.

Anísio nos mostrou que dá para se fazer escola pública eficiente e que, assim como Dewey defendia, a Escola precisa ser compreendida como uma sociedade em miniatura, um local de aprendizado da vida em sociedade. E assim ele fez, deu dignidade para alunos que jamais teriam condições de frequentar uma escola nas proporções da Escola Parque. Foi perseguido porque defendia que a educação não é privilégio e sim um direito, e uma obrigação do Estado, em horário integral, por amor e vocação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a Educação na Bahia. s.p. *In: AZEVEDO et al. Fernando de. **Anísio Teixeira: pensamento e ação.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.*

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Antonio Carneiro Leão.** s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/antonio-carneiro-leao/biografia>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Antonio Hoiauss.** s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/antonio-houaiss/biografia>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Darcy Ribeiro.** s.d. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/darcy-ribeiro/biografia>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ALVES, Luís Alberto Marques. República e educação: dos princípios da Escola Nova ao Manifesto dos Pioneiros. **Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto, III Série, vol. 11, p. 165-180, 2010.**

AMÂNCIO, Márcia Helena; CASTIONI, Remi. Anísio Teixeira e o Plano Nacional de Educação de 1962 - qualidade social na construção da pessoa humana e da sociedade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 262, p. 723–741, 2021. DOI <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i262.4583> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/J6zLzgVBbYcMQk8FGkFXdBG/#> Acesso em: 3 jan. 2023.

BAHIA, **Constituição do Estado da Bahia, de 2 de agosto de 1947.** Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-02-de-agosto-de-1947> Acesso em: 4 dez. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BENATHAR, Roberto Levy. Lugar e posição de Anísio Spínola Teixeira na pedagogia brasileira. **Ciência e Cultura.** Rio de Janeiro, v. 33, n. 12, dez. 1981. p.1662-1665.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. **Correspondência.** Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/index.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. **Produção Intelectual.** Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/index.html>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista**

**Odontologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>.

BOMENY, Helena Maria. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 137-167.

BONOW, Iva Waisberg. Anísio Spínola Teixeira: missionário e mártir da educação democrática no Brasil. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: ed. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 143-152.

BRANDÃO, Zaia. **Paschoal Lemme**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em: 1º dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em: 4 dez. 2023.

CABRAL, Luiz Gonzaga. [Correspondência]. Destinatário: **Anísio Teixeira**, Salvador, 20 abr. 1921. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1926.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia** Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 249–259, maio 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200012>.

COMISSÃO ANÍSIO TEIXEIRA DE MEMÓRIA E VERDADE. **Relatório Setembro 2015**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: [https://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/RelatorioComissao\\_da\\_Verdade.pdf](https://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/RelatorioComissao_da_Verdade.pdf). Acesso em: 11 dez. 2023.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação Tradução Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. Tradução Anísio Teixeira. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

DEWEY, John. **Liberalismo, liberdade e cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ÉBOLI, Terezinha. **Uma experiência de educação integral**. Bahia: MEC – INEP, 1969.

FERNANDES, Florestan. Anísio Teixeira e a luta pela escola pública. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 51-57.

FERRO, Maria do Amparo Borges. Anísio Teixeira, democrata da educação. *In*: **Prêmio grandes educadores brasileiros**: monografias premiadas 1984. Brasília: INEP, 1984, p.135-164.

FRAZÃO, Dilva. **Florestan Fernandes**: político e sociólogo brasileiro. 2019. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/florestan\\_fernandes/](https://www.ebiografia.com/florestan_fernandes/). Acesso em 15 jul. 2023.

FREIRE, Gilberto. Anísio Teixeira: um depoimento. s.p. *In*: AZEVEDO, Fernando *et al.* **Anísio Teixeira**: pensamento e ação. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1960.

FREITAS, Lorena. Pelo olhar de Anísio Teixeira, um ensaio sobre educação e nacional-desenvolvimentismo. **Revista Princípios**. n 162, p.139-156, jul./out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.007>.

GALIANI, Claudemir; MACHADO, Maria Cristina Gomes. As propostas educacionais de John Dewey para uma sociedade democrática. **Revista Educação em Questão**, Natal, v 21, n 7, p. 119-135, set./dez. 2004.

GALTER, Maria Inalva; FAVORETO, Aparecida. John Dewey: um clássico da educação para a democracia. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 26, p. 1-10, jul./ago. 2020.

GATTI, Bernardete Angelina. Pesquisa em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.6, n.19, p. 25-25, set./dez., 2006.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2021. EPub.

GODOFREDO FILHO. Anísio Teixeira: mestre de amizade. **Tribuna da Bahia**. Caderno 3. Salvador, 3 abr. 1971.

GÓIS, Ana. Web Blog mais de Salvador. **Liberdade**. 2016. Disponível em: <https://maisdesalvador.blogspot.com/2016/03/liberdade.html> Acesso em: 02 jan. 2024.

GOUVEIA NETO, Hermano. **Anísio Teixeira**: educador singular. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1973.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1936].

HOUAISS, Antônio. Anísio Teixeira. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: ed. Senado Federal, 2002. p. 59-64.

HUXLEY, Julian Sorell. Carta a Anísio Teixeira, Nova Iorque, 12 jun. 1946. Carta publicada em VIANA FILHO, Luís. Anísio Teixeira: **a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p.105-106.

HUXLEY, Julian Sorell. *In*: La Unesco cumple 30 años. **El Correo una carta abierta al mundo**. Paris, Año XXIX, mar. 1976. p. 15-18.

KASPER, Rafael. **Movendo as peças do tabuleiro**: a atuação de Dom Vicente Scherer frente à Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981). 2012. 115f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2003.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr., 2005.

LIMA, Haroldo. Depoimento. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: ed. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 175-179.

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira**: estadista da educação. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, João Francisco Lopes de. Educar para a democracia como fundamento da educação no Brasil do século XX: a contribuição de Anísio Teixeira. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 225-239, jan./abr., 2011.

LIMA, Maria José Rocha Lima. O Legado de Anísio. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002.

LIMA, Maria José Rocha Lima. **Um abençoado fim de semana, cheinho de sinais**. 2023. Disponível em: <https://planaltoempauta.com.br/um-abençoado-fim-de-semana-cheinho-de-sinais/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. v. II. 8ª. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1963

LOVISOLO, Hugo; SERPA, Luiz Felipe; ALMEIDA, Stela Borges de. **Chaves para ler Anísio Teixeira**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1990.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 15ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

MACHADO, Teresa Sousa. Faria de Vasconcelos: um pioneiro no movimento da Escola Nova na Europa e na América Latina. **Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento**, v. 8, nº 2, p. 115-123, 2016.

MONTALVÃO. Sérgio de Sousa. **Por uma história política da educação: a Lei de Diretrizes e Bases e a da Terceira República (1946-1961)**. 2011. 261f. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 9. São Paulo: Atlas, 2022.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **O educador Anísio Teixeira**. In: I Congresso Nacional de Arte e Educação, Salvador, 14 a 18 nov. 1983. Salvador: CEPAMBRA, 1983. p.13-18.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira na América (1927-1929):** democracia, diversidade cultural e políticas públicas de educação. In: José Gonçalves Gondra; Ana Chrystina Venancio Mignot. (Org.). *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007, p. 143-162.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: ed. Universidade Federal de São Francisco, 2000.

NUNES, Clarice. Prioridade número um para a educação popular. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007b, p. 199-252.

PAGNI, Pedro Angelo. **Anísio Teixeira: experiência reflexiva e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia da educação**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008.

PICANÇO, Iraci. Depoimento. In: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: ed. Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 169-173.

PIERRO, Bruno de. Educação para a democracia. **Revista Pesquisa FAPESP**. v. 303. p. 91-93, 2021. Disponível em: [https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2021/05/091-093\\_memoria\\_303.pdf](https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2021/05/091-093_memoria_303.pdf) Acesso em: 2 jan. 2024.

PIRES, Homero. **[correspondência]**. **Destinatário:** Anísio Teixeira. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Bahia, 26 nov. 1936.

PORTUGAL, Decreto nº 9.223, de 29 de março de 1911. **Direção Geral da Instrução Primária**. Disponível em: <http://193.137.22.223/fotos/editor2/1911.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2023.

PORTUGAL, Mariana da Costa; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; MOREL, Marcia; CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral e educação do corpo na obra de Anísio Teixeira. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 527-542, maio/ago. 2015.

REBOUÇAS, Diógenes. Depoimento. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 153-159.

ROCHA, João Augusto de Lima. Morte de Anísio Teixeira a caminho de ser esclarecida. **Estudos Instituto Anísio Teixeira, Salvador**, v. 3, nº 1, p. 1-24, 2018.

SALES, Francisco. **Ateliê de educadores**. 2011. Disponível em: <https://ateliêdeducadores.blogspot.com/2011/02/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao.html> Acesso em: 3 jan. 2024

SANTOS, Heloísa Occhuize dos. Ideário pedagógico municipalista de Anísio Teixeira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 105–124, jul. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000200004>.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. [livro eletrônico]. 6ª. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. ePub.

SCHAEFFER, Maria Lucia Garcia Pallares. **Anísio Teixeira: formação e primeiras realizações**. 1975.112f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

SILVA, Artur de Moraes. **Anísio Teixeira e Florestan Fernandes: dialogando sobre a universidade brasileira**. Curitiba: CRV, 2020.

TÁVOLA, Artur. Anísio Teixeira: breve retrato de uma grande vida. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 185.

TAVARES, Odorico. Hierarquia para os problemas da educação. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 195-206.

TEIXEIRA, Anísio. [Correspondência]. Destinatário: Anna Spínola Teixeira e Deocleciano Pires Teixeira, Caetité, 25 mar. 1920. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima *et al.* **Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil**. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992, p. 226.

TEIXEIRA, Anísio. A crise educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.19, n.50, abr./jun. p.20-43,1953b.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Pública, Universal e Gratuita: O movimento de emancipação popular pela educação. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 75, n. 2, p. 166-187, 1957. DOI: 10.21874/rsp.v75i02.4287. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4287>. Acesso em: 4 dez. 2023.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.31, n.73, p.78-84, jan./mar. 1959.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: ed UFRJ, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

TEIXEIRA, Anísio. Estudo sobre o projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.18, n.48, p.72-123, out./dez. 1952.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola**. 6. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.

TEIXEIRA, Anísio. **Por que “Escola Nova”?** Boletim da Associação Bahiana de Educação, Salvador, n.1, p. 2-30, 1930.

TEIXEIRA, Anísio. Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 52, p. 27-42, 1953a.

TEIXEIRA, Anísio. **[Correspondência]**. **Destinatário:** Prefeito Pedro Ernesto Batista, Rio de Janeiro, dez. 1935. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1997.

TEIXEIRA, Anísio. **[Correspondência]**. **Destinatário:** Deocleciano Pires Teixeira, Bahia, 18 nov. 1927. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação e a crise brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional,1956.

TEIXEIRA, Anísio. **Anotações de viagem à Europa**. Lisboa: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1925.

TEIXEIRA, Anísio. **Anotações de viagem aos Estados Unidos**. Navio Pan American: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1927.

TEIXEIRA, Anísio. **Aspectos americanos de educação**. Salvador: Tip. De São Francisco, 1928.

TEIXEIRA, Anna Spínola. **[Correspondência]. Destinatário: Anísio Teixeira**, Caetité, 14 abr. 1921. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2010.

UNICAMP. Universidade de Campinas. Biblioteca Central César Lattes. **Quem foi Cesar Lattes?** S.d Disponível em: <https://www.bccl.unicamp.br/conheca-a-bccl/quem-foi-cesar-lattes/> Acesso em: 11 dez. 2023.

VALENTE, Silvio. Anísio. *In*: ROCHA, João Augusto de Lima. **Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil**. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992, p. 119.

VIANA FILHO, Luís. **Anísio Teixeira: a polêmica da educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIDAL, Diana Gonçalves; REBELO, Rafaela Silva. A criação de Institutos de Educação no Brasil como parte de uma história conectada da formação de professores. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n.1, p. 208-220, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-12>.

VIEIRA, Keitty Rodrigues; KARPINSKI, Cezar. A influência da Escola de Chicago na produção científica nacional em Ciência da Informação. **Transformação**, Campinas, v. 32, e190037, p. 2-13, nov./jan. 2020.

WARDE, Mirian Jorge. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2), p. 37-43, 2000.

WEB ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Gilberto Freyre**. 2022. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1785/gilberto-freyre>. Acesso em: 15 jul. 2023.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. *In*: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). **Max Weber: Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEBSITE TRT1. **Pedro Ernesto**. Disponível em: [http://portal2.trtrio.gov.br:7777/pls/portal/PORTRAL.wwwv\\_media.show?p\\_id=14150021&p\\_siteid=73&p\\_type=basetext&p\\_textid=14150022](http://portal2.trtrio.gov.br:7777/pls/portal/PORTRAL.wwwv_media.show?p_id=14150021&p_siteid=73&p_type=basetext&p_textid=14150022). Acesso em: 11 de dez. 2023.

WESTBROOK, Robert; TEIXEIRA, Anísio. **John Dewey**. Trad. José Eustáquio Romão e Verone Lane Rodrigues. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.